



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA – PPGSCA/UFAM**



**OCUPAÇÃO, CONFLITOS E CONQUISTAS: A LUTA PELO DIREITO A
TERRA PARA MORADIA E A FORMAÇÃO DO BAIRRO DE ITAÚNA
I/PARINTINS-AMAZONAS.**

PARINTINS-AM

2017

LUCINELI DE SOUZA MENEZES

**OCUPAÇÃO, CONFLITOS E CONQUISTAS: A LUTA PELO DIREITO A
TERRA PARA MORADIA E A FORMAÇÃO DO BAIRRO DE ITAÚNA
I/PARINTINS-AMAZONAS.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa 3 (três) que trata sobre Processos Sociais, Ambientais e Relações de Poder sob a orientação da professora Dra. Patrícia Melo Sampaio.

PARINTINS-AM

2017

LUCINELI DE SOUZA MENEZES

**OCUPAÇÃO, CONFLITOS E CONQUISTAS: A LUTA PELO DIREITO A TERRA
PARA MORADIA E A FORMAÇÃO DO BAIRRO DE ITAÚNA I/PARINTINS-
AMAZONAS.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa: 3 (três) - Processos Sociais, Ambientais e Relações de Poder, sob a orientação da professora doutora Patrícia Melo Sampaio.

Aprovada em:// 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Patrícia Maria Melo Sampaio – Presidente

Prof. Dr. Francisco Jorge – Membro da Banca

Prof. Dr. Júlio Cláudio da Silva

**PARINTINS
2017**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M543o Menezes, Lucineli de Souza
Ocupação, conflitos e conquistas : a luta pelo direito a terra para moradia e a formação do bairro de Itaúna I/Parintins-Amazonas / Lucineli de Souza Menezes. 2017
120 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Patrícia Maria Melo Sampaio
(Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. movimentos sociais. 2. ocupação de terra. 3. terra para moradia. 4. História Oral. I. Sampaio, Patrícia Maria Melo II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

DEDICATÓRIA

A Isaías meu companheiro de caminhada há 37 anos, por sua convivência e cumplicidade, por ter compartilhado comigo o melhor de sua vida e por ser o maior incentivador para que trilhasse essa jornada, sempre me encorajando e apoiando nas decisões compartilhadas, a Simone, Saymon, Saulo e Isaías Filho com quem aprendi a viver o amor eterno e incondicional, a Ana Sofia por me proporcionar a indescritível felicidade de ouvir sua voz me chamando de vovó e a Aquiles, meu netinho ainda não nascido, mas já muito querido, com vocês compartilho intensamente minha vida e esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão

A minha orientadora Prof. Dra. Patrícia Maria Melo Sampaio, pessoa especialíssima por quem tenho muita admiração e apreço, pelos ensinamentos e pelo exemplo de vida;

Aos membros da banca Prof. Dr. Francisco Jorge e Prof. Dr. Júlio Cláudio da Silva pelas valiosas sugestões e ponderações, feitas sempre com muito carinho e profissionalismo;

Ao professor Msc. João Marinho da Rocha pelo incentivo e dicas no projeto inicial, fundamentais para o meu ingresso no Mestrado;

Aos colaboradores Ambrósio Firmino dos Santos, Carlos Augusto de Oliveira das Neves, Everaldo Silvério Batista, Enéas Gonçalves de Jesus Sobrinho, Iolene Pereira Mendes, Iluio Temples, Maria do Desterro Teixeira Roberto e Maria Santarém Gama, sujeitos desta pesquisa, por terem me colocado em contato com uma história tão instigante e me ensinado grandes lições de vida com suas experiências de luta;

A meu pai Theodoro Farias de Souza (*in memoriam*), por cultivar em mim o desejo e o prazer da leitura e a minha sábia e saudosa mãe Maria do Carmo Góes de Souza (*in memoriam*), por ter dedicado sua vida na labuta constante de educar os filhos “para que nenhum se perdesse”;

Finalmente ao Deus no qual eu acredito aquele que é o Senhor da minha vida e da minha história, que me concedeu o sopro da vida e me sustenta em toda a minha caminhada.

Obrigada!

EPIÍGRAFE

Esta gigantesca ilegalidade não é fruto da ação de lideranças subversivas que querem afrontar a lei. Ela é resultado de um processo de urbanização que segrega e exclui.

(Ermínia Maricato)

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada aborda questões concernentes à disputa pelo direito a terra, considerando que estas sempre foram, ao longo da história, bastante debatidas, porém, mesmo tratando-se de temática revisitada, ela ainda integra preocupações da sociedade contemporânea. Considerando o exposto em razão de territorialidades amazônicas, e tratando especificamente do município de Parintins, a 367 km da capital Manaus, a leste do Estado, na divisa com o Pará, até o ano de 1991 havia grandes concentrações fundiárias. Elas foram geradas a partir de conjunturas socioeconômicas que remontam a governos da época militar do país (1964-1985). A análise que se realizou pretendeu compreender as circunstâncias em que um grupo de pessoas, até momento do evento estudado, consideradas sem relevância social, econômica ou política foi capaz de engendrar um projeto alternativo para alcançar a realização de uma aspiração comum à maioria das famílias brasileiras, o direito à moradia. O recurso metodológico escolhido para subsidiar a coleta dos dados e as análises deste estudo foi a História Oral, pois esta metodologia pode ser empregada em diferentes disciplinas das ciências humanas em que se pretenda trabalhar com categorias como biografia, tradição oral, memórias e linguagem falada, através de pesquisa qualitativa (ALBERTI, 2013). Esta pesquisa objetivou contar a primeira ocupação de terra da área da Fazenda Itaúna, em Parintins, a partir da visão dos sujeitos participantes do movimento, utilizando-os como fonte para coleta das informações necessárias, informações que certamente não seriam conhecidas por meio de outros tipos de fontes. A utilização da História Oral oportuniza para que se construa uma história contada a partir das percepções e experiências das classes desprivilegiadas da sociedade, que geralmente estão invisíveis no interior das documentações oficiais (THOMPSON, 2002).

Palavras-chave: movimentos sociais; ocupação de terra; História Oral.

ABSTRACT

The research presented here addresses issues related to the land rights dispute, considering that these have always been debated throughout history, but even when it comes to revisited themes, it still integrates concerns of contemporary society. Considering what was exposed due to Amazonian territorialities, and dealing specifically with the municipality of Parintins, 367 km from the capital Manaus, east of the state, on the border with Pará, until 1991 there were large concentrations of land. They were generated from socioeconomic conjunctures that date back to the military governments of the country (1964-1985). The analysis was intended to understand the circumstances in which a group of people, until the moment of the event studied, considered to be of no social, economic or political relevance, was able to generate an alternative project to achieve the aspiration common to most Brazilian families, the right to housing. The methodological method chosen to support the collection of data and analyzes of this study was Oral History, since this methodology can be used in different disciplines of the human sciences in which one intends to work with categories such as biography, oral tradition, memories and spoken language, through qualitative research (ALBERTI, 2013). This research aimed at counting the first land occupation of the Itaúna Farm area, in Parintins, from the view of the subjects participating in the movement, using them as a source for collecting the necessary information, information that would certainly not be known through other types from sources. The use of Oral History allows us to construct a story based on the perceptions and experiences of the underprivileged classes of society, which are generally invisible within official documentations (THOMPSON, 2002).

Keywords: social movements; occupation of land; Oral History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização de Parintins (AM).	20
Figura 2 - Início da ocupação do Itaúna I.	63
Figura 3 - Vista aérea dos bairros de Itaúna I, Itaúna II e Paulo Corrêa.	66
Figura 4 - Bairro de Itaúna I, Itaúna II e Paulo Corrêa em fase inicial.	73
Figura 5 - Primeira Igreja de São Sebastião no Itaúna I, com Pe. Gino (ao lado da mesa, de camisa branca), Everaldo Batista e Carlos Augusto.	74
Figura 6 – Primeira Igreja de São Sebastião localizada no bairro de Itaúna I (esquerda) e atual Igreja de São Sebastião localizada no Bairro Paulo Corrêa (direita).	75
Figura 7 - A ponte do Gabião.	78
Figura 8 - Ponte Amazonino Mendes.	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - MOVIMENTOS SOCIAIS E OCUPAÇÕES URBANAS.....	7
1.1 O contexto social brasileiro no final dos anos 80	7
1.2 Parintins no contexto brasileiro de reabertura política	19
1.3 Movimentos Sociais.	27
1.4 Movimentos Sociais Urbanos no Brasil.	31
1.5 Movimentos de ocupação urbana com fins de moradia.....	35
CAPITULO II – O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA TERRA E A FORMAÇÃO DO BAIRRO DE ITAÚNA I	41
2.2 O nascimento da ideia.	46
2.3 Estratégias para fortalecer o movimento	49
2. 4 Construindo alianças: buscando legitimidade	51
2.5 Itaúna I, o bairro da promessa?	54
2.6 A ocupação	62
CAPITULO III– ITAÚNA I, SEU RETRATO, SEUS AGENTES SOCIAIS.....	65
3.1 Reintegração de posse	65
3. 2 A presença da Igreja Católica	68
3. 3 Expansão territorial e demográfica de Parintins a partir da ocupação da Fazenda Itaúna.....	75
3.4- Itaúna I e seus agentes sociais	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
FONTES E BIBLIOGRAFIA	96
Bibliografia.....	97
APÊNDICES	104

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda questões concernentes à luta pelo direito à terra urbana com fins de moradia. A temática, embora amplamente revisitada, ainda integra preocupações da sociedade contemporânea. Avanços tecnológicos e inúmeras conquistas científicas do mundo atual têm concorrido para resolver injustiças e desigualdades vigentes no que se refere à concretização do direito à moradia e espaço coletivo de usufruto. Mas não se pode afirmar que resoluções definitivas para problemas básicos de moradia estejam avançando de modo ideal.

Desde o início da presença humana no planeta Terra, mesmo antes de organizar-se em grupos ou dominar tarefas agropecuárias, houve a necessidade de delimitar espaços territoriais onde fosse possível, ainda que de forma provisória, exercer as atividades de manutenção da vida. Nelson Rodrigo Pedon (2009) sugere que o espaço territorial utilizado pelo homem encontra-se estrategicamente relacionado com a ideia do poder, no sentido amplo. Essa relação de poder se estabelece no espaço territorial entre os sujeitos que se encontram nele estabelecidos e utilizando-o. Conforme Pedon, “As relações de poder se originam de inúmeros pontos e possuem *Intencionalidades* que impõe à sociedade os modelos de desenvolvimento adotados” (PEDON, 2009 p.221).

Considerando o exposto em razão de territorialidades amazônicas, e tratando especificamente do município de Parintins, a 367 km da capital, Manaus, a leste do Estado, na divisa com o Pará. Até o ano de 1991 havia grandes concentrações fundiárias. Em específico, havia uma área que se constituía em um castanhal pouco explorado, conhecido pelos parintinenses como “fazenda Itaúna¹”, pertencente ao empresário Paulo Corrêa, que morava em Santarém, no Pará. Área de floresta secundária², de ambiente alagadiço e com formações em capoeira, cortada por riachos que serviam de refúgio para lazer comunitário.

A análise realizada objetivou compreender as circunstâncias em que um grupo de pessoas, até o momento do evento estudado, consideradas sem relevância social, econômica ou política foi capaz de engendrar um projeto alternativo para alcançar a realização de uma aspiração comum à maioria das famílias brasileiras: o direito à moradia.

¹ Termo de origem tupi que significa “pedra negra”, por meio da junção dos termos itá (pedra) e un (preto, negro) www.dicionariotupiguarani.com.br.

² **Floresta secundária** é uma floresta ou mata que se tem recultivado após uma grande perturbação, como fogo, corte de madeira ou devido ao vento, por um período longo o suficiente para que os efeitos da perturbação já não sejam evidentes. In: ROSENTHAL, Elisabeth. "New Jungles Prompt a Debate on Rain Forests". [The New York Times](http://www.nytimes.com/2009/01/30/science/earth/30forest.html), New York, January 29, 2009, Science: Page 1. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2009/01/30/science/earth/30forest.html>. Acesso em: dezembro de 2016.

Este estudo se originou das inquietações da pesquisadora. Como professora de História do Ensino Médio da rede pública estadual na cidade de Parintins, verificou na prática, as dificuldades em encontrar fontes que possam ser trabalhadas com os alunos nas salas de aula do município sobre a história local. Acrescido da constatação de que os acontecimentos que ocorrem neste município são registrados em documentos oficiais, mas, na maioria das vezes se ocupam apenas em narrar os fatos a partir do ponto de vista de quem está no poder excluindo as demais falas.

Consciente de que, em se tratando de História, não existe uma verdade, mas que, dependendo do lugar social em que a pessoa se encontra é possível construir interpretações diferentes sobre um mesmo acontecimento e, fazendo um esforço para ser o mais objetiva possível, sabendo que esses acontecimentos os quais são contemporâneos, de alguma forma também afetam a mim como professora e pesquisadora, lançou-se o desafio de refletir e escrever uma parte da história deste município.

Assim, no decorrer da pesquisa buscou-se investigar: quais elementos serviram de motivação para os organizadores do movimento de ocupação de terra que resultou na formação do bairro de Itaúna I. Como estes se articularam para fortalecer o movimento e alcançar seus objetivos? Qual o envolvimento de membros da Igreja Católica no movimento de ocupação da fazenda Itaúna e qual a relevância desta participação para que fosse assegurado o direito à moradia aos ocupantes? Constitui-se um terceiro ponto de estudo, descrever as transformações geográficas, territoriais e demográficas sofridas no perímetro urbano de Parintins após a tomada de posse da área da antiga fazenda Itaúna.

Os movimentos populares que buscam romper a ordem estabelecida e conquistar direitos aos menos favorecidos tornam-se muitas vezes efetivos em seus intentos, no entanto, essas conquistas nem sempre ocorrem pacificamente. Conforme Ana Amélia Silva (1995), no Brasil, são inúmeras as pessoas assassinadas nos movimentos de luta pelo direito a terra, isso acontece principalmente devido às dificuldades na trajetória da sociedade brasileira em construir uma democracia pautada pela conquista dos direitos de cidadania.

Em Parintins, no caso da primeira ocupação da Fazenda Itaúna não foram encontradas, no decorrer da pesquisa, confirmações de que tenham acontecido casos de morte durante o processo de ocupação e negociação pela posse, entretanto, não se pode afirmar que a luta pelo direito de possuir um pedaço de terra para moradia tenha ocorrido de forma pacífica.

Considerando a luta pelo direito a terra como uma das formas de se desenvolver a consciência histórica e participativa de um povo, afirma-se que os estudos realizados sobre a abordagem da problemática de ocupação de terras no município de Parintins e a participação

de membros da Igreja Católica local na luta para efetivar as famílias do movimento na área da antiga “Fazenda Itaúna”, é de profunda relevância para a população parintinense, não somente para as famílias que ali residem, mas para toda a população e autoridades municipais.

Conforme Maria da Gloria Gohn (1991), todo movimento social urbano, organizado pelas classes populares, que se manifesta em oposição à exclusão dos direitos básicos da população e em favor da construção de melhores condições de vida precisa ser visto como ações coletivas a fim de conquistar acesso à satisfação de necessidades básicas e serviços e equipamentos de consumo coletivo, vinculados à problemática urbana e ao ordenamento do espaço urbano.

O evento analisado nesta dissertação foi o primeiro na história do município de Parintins. Seu pioneirismo trouxe em seu rastro mais três ocupações que, juntas, aumentam consideravelmente o espaço territorial urbano e abrigam em torno de 30% da população cidadina parintinense. Além de servir como ponto norteador para as políticas públicas municipais e futuras situações de impasse a respeito da posse da terra e dos direitos do cidadão comum no município.

Dessa forma, no dia 24 de janeiro de 1992, uma população de aproximadamente 600 (seiscentas) famílias, lideradas por Everaldo Batista³ adentrou nas terras da Fazenda Itaúna, no entanto, em menos de vinte e quatro horas já havia mais de mil famílias na área. A ocupação da área do Itaúna foi realizada por pessoas das classes menos abastadas que moravam em casas alugadas cujos salários não eram suficientes para honrar o compromisso com essa despesa, junto com os pais ou sogros, e ainda, por pessoas vindas das comunidades rurais e cidades localizadas nas cercanias do município.

Por ocasião da ocupação, orientadas pelos líderes do movimento, as famílias ocupantes construíram barracos utilizando madeiras extraídas da vegetação local, com plástico e papelão, na tentativa de delimitar e assegurar seu espaço, temendo que outras famílias o ocupassem. Havia ainda o medo de, a qualquer hora, serem retirados pela polícia como havia sido anunciado pela juíza de direito da época, Dra. Denilza Maria Bezerra.

Sem poder sair para procurar trabalho, os pais de família permaneceram em seus barracos, sem água, sem alimento e sem a menor estrutura necessária para sua sobrevivência. Nesse contexto, começa a ficar evidente a presença direta de membros ordenados da Igreja Católica na pessoa de Pe. Gino Malvestio, padre do Pontifício Instituto das Missões

³ Everaldo Silvério Batista Coelho, 55 anos, autônomo, nascido em Parintins, considerado um dos principais líderes do movimento da primeira ocupação da Fazenda Itaúna.

Estrangeiras - PIME, italiano, pároco da paróquia de São José Operário, à qual pertence à área em questão.

Padre Gino com a ajuda de Irmã Cristine, alemã, da Irmandade “Santo Nome de Maria”, comandou uma equipe de leigos pertencentes à sua paróquia com o objetivo de arrecadar roupas, água e alimentos para tentar suprir as necessidades mais urgentes e para encaminhar os casos mais preocupantes de doenças ao hospital Padre Colombo, de responsabilidade da Diocese de Parintins, onde Irmã Cristine realizava um trabalho assistencial, visto que esta tinha formação em Enfermagem e exercia a função de coordenadora das pastorais da saúde e da criança.

O proprietário da fazenda Itaúna entrou na justiça com um pedido de reintegração de posse e ganhou a causa. A polícia foi para o Itaúna executar a ordem judicial, mas diante da recusa dos “invasores” em deixar a área aconteceu um conflito generalizado. Líderes do movimento foram presos, barracos foram derrubados e queimados. Neste momento, pode-se perceber novamente a presença de padre Gino Malvestio que interferiu em favor das famílias.

Iniciou-se um longo processo de negociação, formou-se uma comissão de líderes que representavam os interesses do “povo do Itaúna”, entre eles estava padre Gino, com o evidente apoio de D. João Rizzatti, bispo de Parintins, e alguns leigos engajados. As negociações chegaram ao fim quando o então prefeito Enéas Gonçalves Sobrinho determinou a desapropriação, indenização das terras em litígio e efetivação legal de posse aos ocupantes. Na busca de melhor compreender este primeiro processo de ocupação e negociação das terras da Fazenda Itaúna, considerou-se necessário ouvir os atores sociais nele envolvidos.

O recurso metodológico escolhido para subsidiar a coleta dos dados e as análises deste estudo foi a História Oral, pois de acordo com Verena Albert (2013) esta metodologia pode ser empregada em diferentes disciplinas das ciências humanas em que se pretenda trabalhar com categorias como biografia, tradição oral, memórias e linguagem falada, através de pesquisa qualitativa,

A escolha da História Oral foi propícia porque possibilitou o alcance dos objetivos propostos no aspecto em que privilegiou o acesso direto às fontes testemunhais, as quais são as narrativas dos próprios sujeitos envolvidos no acontecimento em foco. Colhidas por meio da técnica de entrevistas em que as narrativas dos colaboradores são gravadas e podem servir como fonte possibilitando futuras pesquisas sobre o assunto. (ALBERTI, 2013).

Esta Dissertação discorre sobre a primeira ocupação de terras da área da Fazenda Itaúna, em Parintins, a partir da visão dos sujeitos participantes do movimento, utilizando-os como fonte para coleta das informações necessárias. Informações que certamente não seriam

conhecidas por meio de outros tipos de fontes. A utilização da História Oral oportuniza para que se construa uma história contada a partir das percepções e experiências das classes desprivilegiadas da sociedade, que geralmente estão invisíveis no interior das documentações oficiais. (THOMPSON, 2002).

A História Oral lida com pessoas vivas que se dispõem a partilhar com a sociedade suas impressões e experiências e contribuir para a construção de uma identidade social porque traz à memória do sujeito entrevistado a oportunidade de exercitar a reconstrução e ressignificação dos acontecimentos vividos individual ou socialmente. Por esse motivo, a História Oral é carregada de significações, as narrativas tratadas são impregnadas de subjetividade, o que desperta a oposição de pessoas que não veem com bons olhos este método de construção historiográfica. Conforme Paul Thompson (2002, p. 197) “toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permiti-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta”. (THOMPSON, 2002, p.197).

O estudo que originou esta dissertação é a continuidade de um projeto já defendido no curso de graduação em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e um artigo no curso de Especialização em Historiografia do Amazonas, pela Faculdade Táhirih - FT, Brasil, portanto, o relacionamento com o objeto em questão contava com algumas pesquisas anteriores à execução desta.

Concorreu-se à vaga para o Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia com o projeto intitulado “A Luta pelo Direito a Terra: uma análise da participação da Igreja Católica no movimento de ocupação dos bairros de Itaúna I, Itaúna II e Paulo Corrêa”.

O projeto inicial sofreu algumas alterações ao longo da caminhada do mestrado, o foco inicial que era o papel social da Igreja Católica dentro do movimento de ocupação dos bairros de Itaúna I e II e do bairro Paulo Corrêa foi transformado em um tópico a ser tratado dentro do terceiro capítulo e o foco principal foi direcionado aos articuladores do movimento; o objeto de estudo foi recortado para trabalhar apenas o bairro Itaúna I; outra mudança ocorreu no título que foi mudado para: *Ocupação, conflitos e conquistas: a luta pelo direito a terra para moradia e a formação do bairro de Itaúna I/Parintins-Amazonas*.

Essa pesquisa está inserida na linha três: Processos Sociais, Ambientais e Relações de Poder. A análise ocorreu através do uso de testemunhos diretos, recorrendo aos recursos utilizados pela História Oral. Acredita-se que essa investigação é relevante para amenizar as dificuldades encontradas, como falta de arquivos e outros materiais escritos. Espera-se que

sirva como fonte para novas pesquisas e produções historiográficas sobre a história do município de Parintins, uma vez que existem imensas lacunas na construção histórica deste município.

Neste contexto, o trabalho estrutura-se em três capítulos. No primeiro capítulo “Movimentos sociais e ocupações urbanas” é apresentada a contextualização histórica brasileira que propiciou a construção dos movimentos sociais por direitos à moradia. A situação econômica, política e social parintinense à época em que ocorreu o primeiro movimento de ocupação da Fazenda Itaúna. Com utilização de mapas visando situar o município no contexto amazônico e o bairro Itaúna I na conjuntura geográfica municipal. Em seguida, realiza-se um diálogo com a historiografia que trata da luta por direito à moradia urbana no Brasil, visto que não se tem conhecimento da existência de uma historiografia específica que trate da ocupação do bairro Itaúna I.

Por se tratar de uma história do tempo presente recorreu-se ao auxílio de teóricos das Ciências Sociais, da Geografia e da Sociologia para análise dos dados e do caráter do movimento com objetivo de explicitar os seguintes eixos teóricos: O que é movimento social? O que é movimento social urbano? O que é processo de ocupação? O que é processo de ocupação urbana com fins de moradia?

O segundo capítulo, intitulado “O processo de ocupação da terra e a formação do bairro de Itaúna I”, descreve e analisa o processo de articulação social e político e a organização de reivindicações que culminou com a ocupação da fazenda Itaúna em Parintins no ano de 1992, apresentando as motivações citadas pelos colaboradores da pesquisa e suas experiências dentro do movimento que originou o bairro Itaúna I.

No capítulo III com o título “Itaúna I, seu retrato, seus agentes sociais”, trata-se a partir do processo de reintegração de posse, com análise do envolvimento de membros eclesiais da Igreja Católica no movimento e sua contribuição para que fosse assegurado o direito à moradia aos ocupantes. São apresentadas algumas modificações geográficas e demográficas ocorridas em Parintins a partir do evento estudado. E os atores sociais colaboradores da pesquisa que estiveram envolvidos no movimento de ocupação por direito à moradia que resultou no surgimento do bairro Itaúna I.

CAPÍTULO I - MOVIMENTOS SOCIAIS E OCUPAÇÕES URBANAS

“Todo o movimento social carrega o germe da insatisfação” (Safira Bezerra Ammann).

1.1 O contexto social brasileiro no final dos anos 80

No Brasil, o período de 1964, quando os militares tomaram o poder depondo o presidente João Goulart, a 1985, foi marcado pela implantação e desenvolvimento de um regime governamental autoritário que procurou controlar o Estado e a sociedade em geral por meio dos chamados Atos Institucionais⁴. De acordo com Marcos Napolitano (1998, p.33), “o mais repressor de todos os Atos Institucionais foi o AI-5”. Decretado pelo presidente Artur da Costa e Silva em 1968. Oficializou a censura, suspendeu direitos constitucionais que poderiam favorecer aos opositores do regime militar e concedeu ao presidente controle absoluto sobre os destinos da Nação.

O governo imposto sob o comando dos militares afirmava que o Brasil vivia momentos de extrema instabilidade econômica, política e moral, daí a necessidade da intervenção militar que seria de caráter provisório com a finalidade de restabelecer a ordem social, conter o avanço do comunismo e da corrupção e retomar o crescimento econômico, conforme Napolitano (1998).

Para José Paulo Netto (2007), a tomada de poder pelos militares no Brasil foi apenas uma pequena parte do mosaico internacional capitalista construído pelos centros imperialistas sob a hegemonia norte americana a qual resultou em uma sucessão de golpes de Estado. Esses movimentos que o autor denomina de *contrarrevolução preventiva* tinham como principais objetivos ajustar o desenvolvimento dos países subalternos às novas tendências capitalistas, dissolver a resistência da coletividade ao capitalismo e impossibilitar a construção de movimentos revolucionários socialistas. Netto afirma que,

A finalidade da contrarrevolução preventiva era tríplice, com seus objetivos particulares íntima e necessariamente vinculados: adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo. (NETTO, 2007, p. 31).

⁴ É um conjunto de leis promulgado pelo poder público federal, sem necessidade da aprovação do congresso nacional e que se sobrepõem até mesmo a Constituição Federal. Disponível em www.dicionarioinformal.com/postado em 25-06-2012. /pesquisa feita em 21-12-2016.

Fato é que a promessa de provisoriedade, no entanto, não se cumpriu e por um período de vinte e um anos o Brasil ficou sob o comando de presidentes militares impostos pelas Forças Armadas. Através dos Atos Institucionais foram limitando os direitos democráticos, impondo censuras aos meios de comunicação e às expressões artísticas, perseguindo, exilando, torturando e assassinando os opositores do regime, desmobilizando assim a sociedade civil e os movimentos sociais.

Por ocasião da tomada de poder pelos militares no Brasil, na tentativa de contornar os graves problemas econômicos, o primeiro presidente militar, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, escolheu uma equipe de economistas liberais⁵ para comandar a política econômica do país e tomou medidas para garantir “o poder político necessário para a realização de reformas conservadoras e de um plano de estabilização econômica que criaria a base de um novo modelo de crescimento”. (PRADO E EARP, 2010).

Nos quatro primeiros anos de governo dos militares a crise econômica não arrefeceu, porém, a partir do ano de 1968, teve início no país um intenso crescimento econômico devido à abertura do mercado ao capital e às empresas estrangeiras, fato que gerou estabilidade financeira e possibilitou a realização de grandes e inúmeras obras públicas à custa de empréstimos externos. Tais investimentos alcançaram o ápice durante o governo do presidente Emilio Garrastazu Médici, especialmente nos anos de 1969 a 1973, os quais ficaram conhecidos como *milagre econômico*⁶.

O intenso crescimento econômico colocou o país entre as principais economias do mundo. A situação de boa condição econômica brasileira e o controle dos meios de comunicação, apresentando um país estável e crescente nas mãos dos militares, foi extremamente aproveitada por estes para disfarçar o processo de exclusão social e a realidade opressora que a ditadura oferecia. De acordo com Prado e Earp (2010), “a expressão “milagre brasileiro” passou a ser usada como sinônimo do boom econômico observado desde 1968 e também como instrumento de propaganda do governo”. (PRADO E EARP, 2010, p.219).

O discurso do governo para justificar o aumento da desigualdade e da exclusão social e política no Brasil de boa parte da sociedade, apesar do crescimento econômico, conforme Prado e Earp (2010) veio através da divulgação do livro *Distribuição de renda e*

⁵ “Economistas que defendiam um modelo liberal de economia de mercado onde o papel do Estado seria o de garantir estabilidade monetária e um modelo de tributação que incentivasse os investimentos. O crescimento econômico resultaria da iniciativa privada e das condições econômicas favoráveis” (PRADO E EARP, 2010, p.212).

⁶ Período de 1968 a 1973 caracterizou-se por uma política monetária expansiva e por vigoroso crescimento da atividade econômica (média anual de 11,1%), acompanhado de gradual redução da inflação e do desequilíbrio externo (HERMAN, Jennifer, 2011).

desenvolvimento econômico no Brasil, um estudo encomendado ao professor da Fundação Getúlio Vargas, Carlos Geraldo Langoni, divulgado ao público somente em 1973, mas já conhecido pelo governo. Neste livro, cujo prefácio foi escrito pelo Ministro da Fazenda, Delfim Neto, Langoni defendeu a ideia que para reduzir o nível de pobreza, seria necessário primeiramente aumentar o nível de desigualdade até que se chegasse a um determinado nível de renda em que seria possível compatibilizar a redução da pobreza e a diminuição da desigualdade.

Prado e Earp (2010, p.233), afirmam que, “Seria necessário primeiro aumentar o nível de renda (isto é, o bolo) e depois a distribuição surgiria em consequência. Embora a participação dos mais pobres no bolo fosse relativamente menor”. No entanto, por mais que o “bolo” tenha crescido, nunca foi repartido com os mais necessitados, pelo contrário, os gastos públicos com educação e saúde, por exemplo, diminuíram neste período.

Até os anos de 1980 a taxa de crescimento do Brasil era considerada estável, porém, à medida que a inflação vinha apresentar níveis bem elevados, a crise econômica ficou evidente e rapidamente foi se agravando.

A positividade da economia brasileira não durou por muito tempo, nos anos de 1971 e 1972 a balança comercial sofreu leve saldo negativo por motivo de o aumento nas exportações ter sido inferior ao aumento das importações, somando-se a isso o déficit em serviços, que era uma realidade constante. (PRADO E EARP, 2010).

O governo brasileiro não apresentou grande preocupação com essa pequena queda na economia, pois naquele contexto foi fácil o financiamento do déficit e se contava com grande investimento externo, o que contribuiu para a obtenção de crédito para os setores público e privado. “Isso implicou, naturalmente, o aumento da dívida externa, que pulou de US\$4,5 bilhões, em 1966, para US\$ 12,6 bilhões, em 1973,” (PRADO E EARP, 2010, p.227).

A economia brasileira começou a mostrar sinais de crise real a partir de 1974 quando se evidenciaram duas consequências marcantes da política econômica dos governos militares, a crescente concentração de renda e o aumento da dívida externa. Ficou manifesto que o *milagre econômico*, tão exaltado pelo governo tornara-se ineficiente, visto que ao mesmo tempo em que o Brasil ocupava a posição de 10ª economia mundial, a qualidade de vida dos brasileiros atingia baixíssimos níveis, tanto que o próprio presidente da República chegou a afirmar “Brasil vai bem, mas o povo vai mal”. (PRADO e ARP, 2010, p. 228).

Desde o princípio o governo ditatorial civil militar teve que enfrentar as constantes manifestações de oposição às suas ações. Estudantes se posicionavam pela liberdade, operários organizavam greves contra o arrocho salarial e a perda de direitos trabalhistas,

políticos opositoristas criticavam as arbitrariedades e o endurecimento da ditadura, padres “progressistas” denunciavam a fome do povo e as diferentes torturas praticadas por órgãos de segurança contra os adversários do regime.

Em meio aos opositores surgiram alguns grupos que defendiam a luta armada como única forma eficaz de combater o regime militar e restaurar a democracia brasileira, assim passaram a promover diferentes atividades de guerrilha como assaltos a bancos para financiamento das despesas da luta armada, sequestros de pessoas consideradas importantes para o governo e exigiam como resgate a libertação de companheiros de luta presos e torturados pelos órgãos de segurança do governo. Segundo Marcelo Ridente,

As primeiras ações armadas surpreenderam o aparelho repressivo do governo que, entretanto, não tardaria a se profissionalizar no combate à “subversão”, especialmente após a edição do Ato Institucional número 5 (AI-5), conhecido como “o golpe dentro do golpe”, em 13 de dezembro de 1968. (RIDENTE, p.37, 2007).

De acordo com Maria Paula Araújo (2007), os militantes que recorreram à luta armada, em sua maioria jovem, o fizeram principalmente por não acreditarem que o Estado estivesse disposto a flexibilizar suas ações para restituir a democracia, especialmente após as maciças manifestações de 1968 e do fechamento político decretado pelo Ato Institucional nº 5, que proibiu qualquer tipo de manifestação contestatória, o que não significa que o AI-5 seja por si só responsável pela luta armada, mas, sem dúvida, contribuiu para que esta opção de resistência ganhasse força entre os militantes.

Qualquer que fosse o tipo de oposição manifesta, a reação do governo foi sempre muito dura reprimindo violentamente com suspensão de direitos fundamentais, perseguição política, demissão de emprego, exílio, prisão, tortura e morte.

Paradoxalmente o período conhecido de maior crescimento econômico, o milagre brasileiro, também ficou marcado na História do país como os anos de chumbo, devido ao alto grau de violência repressiva do governo com seus opositores. O jornalista Elio Gaspari, na obra *A ditadura escancarada*, ao tratar deste assunto afirma que “o Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo foram simultâneos. Ambos reais coexistiram negando-se. Passados mais de trinta anos, continuam negando-se. Quem acha que houve um, não acredita (ou não gosta de admitir) que houve o outro”. (GASPARI, 2002, p. 13).

O crescimento que marcou o período do milagre econômico foi também marcado pelo aumento da dependência da economia brasileira com relação ao petróleo e à economia externa. O risco que essa dependência causava à economia brasileira ficou evidente a partir de 1973 quando os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP

combinaram um aumento nos preços do produto que gerou seguidas crises que afetaram o mundo capitalista, conforme Michaela Hellmann (2011).

De acordo com Jennifer Hermann (2011) as crises mundiais do petróleo em 1973 e 1979 afetaram fortemente os países importadores de petróleo, principalmente os que já estavam endividados, como o Brasil. A economia brasileira sofreu grande queda de exportação e a desaceleração do crescimento, fato que desencadeou uma série de problemas que estavam represados, provocando o retorno da inflação e o fim do milagre econômico brasileiro.

O Brasil começou a conviver com uma de suas mais fortes crises econômicas. A partir deste cenário de crescimento da dívida externa, alta dos juros internacionais e a alta dos preços do petróleo, somaram-se grandes desafios, os principais eram: a dívida externa, o déficit público e a inflação. “Além desse cenário externo propício, havia, internamente, uma pressão para adoção de um modelo de ajuste não recessivo” (HERMANN, 2011, p.81).

Hermann (2011), afirma que a desaceleração da economia além de acarretar riscos e custos elevados para as empresas investidoras e bancos financiadores abalou politicamente o governo brasileiro que “buscava a legitimidade do poder pelo crescimento econômico” (p.81). Conforme Hermann (2011), a radicalização do regime autoritário com utilização de métodos violentos de repressão para organizar o país não se justificava mais. A imagem dos militares ficou abalada, tanto perante a elite brasileira quanto no exterior. Abrindo-se “um espaço para organização da sociedade e dos políticos de oposição (do MDB, no caso) contra o regime militar e sua política de defesa da “economia de mercado” ((HERMANN, 2011, p.81).

A crise econômica trouxe como consequência uma crise política e social. Aumentou a quantidade da população que passou a demonstrar seu descontentamento com o regime, primeiramente de forma moderada temendo a censura e a repressão, em um segundo momento perdeu-se a timidez e surgiram movimentos de enorme insatisfação em todos os segmentos da sociedade, acirrando as tensões sociais existentes no país.

Com o fim do milagre econômico, o governo militar perdeu o seu mais forte argumento para justificar-se no poder, visto que com a derrubada da economia confirmava-se a incapacidade da ditadura de garantir o desenvolvimento, o que cedeu espaço para que seus opositores políticos se reorganizassem e passassem a exigir, de modo crescente, a volta da democracia.

Lucília Delgado (2007), narra que nos últimos anos da década de 70 e considerável parte dos anos 80, mais especificamente, de 1978 a 1988, ano da promulgação da nova Constituição brasileira, ocorreu no Brasil uma série de movimentos representando diversos

setores da sociedade civil que se opunham frontalmente ao regime ditatorial. Nesse contexto, em 1978, os operários metalúrgicos da região do ABC paulista desencadearam o maior ciclo grevista da história do país. Para a autora, esses acontecimentos indicavam “uma crescente pressão pela redemocratização do país”. (DELGADO, 2007, p. 421).

No cenário político e social brasileiro surgiram novos atores através da organização de sindicatos, associações científicas, estudantis e comunitárias. A população foi mobilizada a participar das manifestações nas ruas por bens sociais básicos, entre estes, a educação, saúde, saneamento básico e habitação, diminuindo as possibilidades de o governo conter as reivindicações.

Antonio Gasparetto (2010), diz que quando o general Ernesto Geisel⁷ assumiu a presidência do Brasil, a sociedade já demonstrava claramente seu descontentamento, a economia continuava em crise e o presidente tinha consciência que seria necessário tomar medidas capazes de “sustentar o regime e reduzir a insatisfação da população”. Sem alternativa, os militares iniciaram um discurso de que o Brasil entraria em um processo de abertura política, mas que este seria feito de forma lenta, gradual e segura.

As primeiras atitudes do presidente Geisel que sinalizaram a intenção de redemocratização brasileira foi o abrandamento da censura aos meios de comunicação e a realização de eleições diretas ainda em 1974 para vereadores, senadores e deputados, o povo teve a oportunidade de escolher entre os candidatos da ARENA (partido do governo) ou MDB (partido da oposição), ocasião em que concedeu ao MDB uma vitória considerável. Aos poucos, o regime foi permitindo algumas pequenas liberdades, em dezembro de 1978 o ato institucional de nº 5 foi revogado.

Gasparetto (2010), afirma que com o término do governo de Ernesto Geisel, o Brasil passa a ser governado pelo general João Batista de Oliveira Figueiredo⁸. Eleito por meio de voto indireto, o novo presidente, com finalidade de combater a crise financeira, implementou um programa de incentivo à agricultura com o slogan “Plante que o João garante!”, modernizou o sistema agrícola do país tencionando transformar o Brasil em um dos grandes

⁷ General Ernesto Geisel, presidente eleito indiretamente, governou o Brasil no período de 1974 a 1979. Em seu governo surgiram os primeiros sinais de abertura política, exigida por diversos setores da sociedade civil. (GASPARETTO, 2010. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/abertura-politica>. Acesso em 18/12/16).

⁸ Último presidente militar a governar o Brasil, de 1979 a 1985. Em seu mandato a abertura política se intensificou e as manifestações populares conseguiram pressionar o governo em sentido ao fim da ditadura. (GASPARETTO, 2010. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/abertura-politica>. Acesso em 18/12/16).

exportadores de produtos agrícolas do mundo, além de autorizar a construção de três milhões de casas populares, recorde histórico, até então, por meio de um programa de habitação.

Conforme Gasparetto (2010), as medidas econômicas adotadas pelo governo Figueiredo não surtiram o efeito desejado, visto que o cenário de contenção de crise internacional elevou os juros cobrados dos empréstimos feitos pelos governos anteriores, aumentando a dívida externa e diminuindo a capacidade de exportação do Brasil.

O ministro da Fazenda, Delfim Neto, adotou drásticas medidas como meio de solucionar as dificuldades, entre as quais, contenção salarial, corte nos investimentos públicos, redução nas importações, aumento das exportações e alta nas taxas de juros para redução do consumo. Tais medidas tiveram como resultado a queda do PIB (Produto Interno Bruto), altas taxas de desemprego e declínio da renda da população.

No aspecto político, o presidente promoveu uma reforma. A primeira medida tomada foi em 1979 quando ocorreu a quebra do sistema bipartidário que marcava os anos ditatoriais e permitiu-se que novos partidos políticos se formassem. Ainda em 79, Figueiredo concedeu anistia a todos os condenados pelo regime militar, essa anistia atingiu tanto aos perseguidos quanto aos perseguidores, ou seja, aos militares acusados de praticar torturas e aos por eles torturados, bem como aos exilados políticos que receberam permissão para voltar ao Brasil (GASPARETTO, 2010).

As medidas governamentais fomentaram reações adversas no cenário político brasileiro, se por um lado os militares integrantes da ala radical chamada de “linha dura” mostravam sua insatisfação com o processo de democratização promovendo ataques contra manifestações públicas críticas do regime com objetivo de espalhar o pânico, caso do ataque ao Riocentro. Por outro lado, se intensificaram os movimentos populares nas ruas rejeitando a Ditadura Militar e exigindo mudanças (GASPARETTO, 2010).

No ano de 1983, a população brasileira deu início a um verdadeiro exemplo de organização com o movimento das Diretas Já que apoiava o projeto de lei proposto pelo deputado Dante de Oliveira, a Proposta de Emenda Constitucional Nº5 que sugeria a realização imediata de eleições diretas para presidente do país.

A campanha Diretas-Já foi um movimento “suprapartidário”, capaz de reunir em torno de um ideal os principais partidos que faziam oposição aos militares e diversas organizações da sociedade civil, realidade que contribuiu concretamente para o fortalecimento da campanha, cuja principal característica foi seu caráter “heterogêneo” e sua “despersonalização”, de acordo com Delgado (2007).

A crescente onda de insatisfação popular foi direcionada pelas lideranças políticas oposicionistas que conseguiram aglutinar diferentes setores da sociedade como políticos, organizações sindicais, associações de moradores, grupos feministas, igrejas, comitês de defesa de direitos humanos, entidades científicas, estudantis, universitárias, empresariais, imprensa, sociedades ecológicas e culturais para a campanha em favor das eleições diretas para presidente.

A campanha cresceu e se espalhou por todo o território brasileiro ganhando cada vez mais adeptos e força de reivindicação, marcada por gigantescos comícios, reunindo milhões de pessoas entre as quais membros da classe artística, intelectuais e outros militantes. Cantava-se o Hino Nacional brasileiro e se discursava em defesa da redemocratização do país.

O ano de 1984 ficou marcado na memória dos brasileiros, praticamente o país inteiro tomou parte do movimento pelo direito de voto direto para presidente. Foram as maiores manifestações de massa da história do Brasil, “na verdade, a campanha pelas Diretas-Já foi o maior movimento cívico-popular da história republicana do Brasil”. (DELGADO, 2007, p.413).

Apesar da intensa participação popular no movimento, a emenda do deputado Dante de Oliveira foi derrotada com uma diferença de 22 votos no Congresso Nacional após uma série de manobras realizadas pelo governo em uma seção em que 113 deputados não compareceram e 03 preferiram se abster. “A contundente voz das multidões não alcançou suficiente ressonância junto a inúmeros parlamentares, que votaram contra o restabelecimento de eleições diretas”. (DELGADO, 2007, p.412).

Ao final do processo ficou definido que as eleições de 1984 permaneceriam pelo colégio eleitoral e as próximas eleições deveriam se dar por voto direto, permitia-se, no entanto, a candidatura de civis à presidência, de acordo com Gasparetto (2010). No dia 15 de janeiro foram eleitos pelo Colégio Eleitoral, ainda em eleição indireta, Tancredo Neves e José Sarney presidente e vice, respectivamente, marcando a transição do poder militar a governantes civis. Às vésperas de sua posse, Tancredo Neves apresentou grave enfermidade e veio a falecer no dia 21 de abril de 1985, cabendo a José Sarney o título de primeiro presidente civil depois de 21 anos de ditadura, tendo este sido um dos mais fiéis aliados dos militares. (GASPARETTO, 2010).

O movimento das Diretas Já não conseguiu seu objetivo de forma imediata, mas foi o trampolim para acelerar o processo de reabertura política e derrubada do regime militar, além de evidenciar e fortalecer o desejo popular brasileiro de mudanças substanciais no que tange

aos direitos políticos, econômicos e sociais das populações menos favorecidas. Em relação a esse desejo, Delgado (2007) afirma:

A derrota da Emenda Dante de Oliveira não significou um ponto final na transição política. Inúmeras iniciativas para o retorno do país ao estado democrático de direito, em sua plenitude, continuaram sendo implementadas. Legitimavam-se pelo eco das vozes de milhões de brasileiros, que fizeram das ruas e praças das cidades o espaço privilegiado para defesa de importantes aspirações republicanas: democracia política, representatividade, eleições periódicas para cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo e preocupação prioritária com os interesses públicos (DELGADO, 2007, p.413-414).

Delgado afirma ainda que “a principal e talvez mais importante característica da campanha Diretas-Já foi seu caráter heterogêneo e sua despersonalização”. (DELGADO, 2007, p.414), sendo capaz de unir em torno de um objetivo, partidos com diferentes programas e trajetórias, igrejas e a sociedade civil em geral tornando-se um elemento de maior demonstração de que quando o povo se une não pode ser derrotado.

Durante todo o período da ditadura militar houve oposição aos métodos utilizados pelo governo, mas nos últimos anos da década de 70 e anos iniciais da década de 80, a oposição se acirrou devido à participação da sociedade civil que despertou para se organizar em busca de direitos básicos, ocupando as ruas em busca de abertura política. Portanto, “o regime militar não tinha nem recursos, nem projetos para a crise do seu projeto de abertura, e recolhia-se, de forma acabrunhada, ao imobilismo, enquanto manifestações de massa ocupavam as ruas”. (SILVA, 2010, p. 273).

Em sua obra “Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970 – 1980”, o sociólogo Eder Simão Sader (1988), apresenta os resultados de uma extensa pesquisa sobre diferentes movimentos sociais que se organizaram na cidade de São Paulo nas décadas de 1970 e 1980, durante o governo militar e sua crise, analisando-os, afirma que esses movimentos foram capazes de produzir um “novo sujeito coletivo”. (SADER, 1988).

Esse novo sujeito coletivo, forjado a partir da própria prática social cotidiana e da percepção de que se fazia necessária sua participação individual somada à participação de outros indivíduos com interesses afins, independentemente de estarem ligados a qualquer instituição que os pudesse salvaguardar, ampliou o espaço político para fora das esferas tradicionais e criou novos espaços, discursos e práticas políticas estreitamente vinculadas aos interesses e necessidades dos próprios sujeitos.

Ainda na esteira da análise de Sader (1988), a emergência dos novos movimentos sociais marcados pela solidariedade e portadores de promissões de mudanças para uma vida mais digna em um cenário aberto às vicissitudes políticas, econômicas e sociais próprias da época em questão, transformaram-se em fértil aprendizado e prática de cidadania onde os sujeitos pensavam sanar as injustiças sofridas a partir de suas próprias lutas.

Desta forma, os novos movimentos sociais podem ser considerados como um dos elementos que forneceram a transição política e social do final do governo militar à medida que contribuíram para evidenciar a crise política institucional e vislumbraram um sentido para a transformação social. Neste cenário, surgiram “grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos”. (SADER, 1988. p. 26).

O sociólogo Ricardo de Jesus Silveira (2000), em um artigo escrito para a revista *Mediações* intitulado *O legado dos Movimentos Sociais dos anos 70-80*, afirma que os referidos movimentos sociais legaram à sociedade brasileira a experiência mais marcante e fundamental para a construção de uma verdadeira sociedade democrática, capaz de enfrentar os problemas trazidos pela globalização econômica e abriram caminho para novas modalidades de organizações de uma sociedade “minimamente civilizada”, além de contribuírem para a efetivação de direitos sociais e humanos contidos na Constituição Federal Brasileira de 1988, a chamada constituição cidadã. Conforme Silveira:

Nos últimos trinta anos vivemos a experiência de um regime autoritário de governo e a sua superação com a passagem para um regime de democracia representativa. Nessa mudança de regime político, que culminou com a Carta Constitucional de 1988, os movimentos sociais foram, sem dúvida, os grandes atores desse processo que se caracterizou simultaneamente como resistência e negação à ordem autoritária e como proposição e instituição de uma ordem democrática fundada no reconhecimento dos direitos de cidadania (SILVEIRA, 2000, p. 79).

Maria da Glória Gohn (2011), ao abordar a trajetória dos movimentos sociais no Brasil das décadas 1970 e 1980 afiança a ideia de que, não somente no Brasil, mas também em outros países da América Latina o período foi profundamente fértil para a organização de movimentos sociais populares reivindicatórios de direitos civis articulados por grupos de oposição aos regimes militares instalados na região, principalmente movimentos de base cristã inspirados pela teologia da libertação.

Esses movimentos de intensa atividade nos anos de 1980 perduraram ao longo dos anos 1990 e contribuíram para que ocorressem mudanças substanciais no cenário sociopolítico brasileiro, embora se considere que tenham perdido força não se pode

desconsiderar seu poder de mobilização e seu papel transformador. Gohn (2011), afirma que “o fato inegável é que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em lei na nova Constituição Federal de 1988”. (GONH, 2011, p.342)

Efetivamente, ao se analisar as pesquisas aqui citadas que tratam dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 ocorridos no Brasil, considera-se que em sua pujança fizeram deste momento histórico um dos mais importantes do país no que concerne às lutas e movimentos reivindicatórios e à tomada de posição política cidadã colaborando decisivamente para a conquista de direitos sociais posteriormente estabelecidos na atual Constituição Federal do Brasil, a Constituição de 1988.

O entusiasmo que atingiu as diferentes camadas sociais brasileiras as levou a articular-se contra as arbitrariedades e o autoritarismo governamental, fez surgir uma nova sociedade civil, mais confiante em si mesma, capaz de criar novos espaços de diálogo onde era possível ouvir sua própria voz como sujeito histórico e experimentar ativa participação política, o que alimentou a confiança popular de que seria possível, ao organizar-se, promover consideráveis mudanças, principalmente nos setores econômico, social e político.

Nesta conjuntura de autoconfiança, o Brasil vivencia o crescimento de organizações de caráter social que combinam esforços visando o alcance de objetivos comuns. Nas cidades ou no campo as associações, sindicatos, comunidades eclesiais, estudantis, operárias, feministas, partidos políticos recém-criados, enfim, diferentes representações da sociedade saem do anonimato e empreendem esforços no sentido de reconquistarem direitos há muito perdidos e conquistarem novos.

Os mais recorrentes eram o direito à reforma agrária, à saúde pública, recuperação dos direitos trabalhistas, cancelamento de pagamento da dívida externa, volta do voto universal, crescimento econômico, diminuição do desemprego, direito à moradia e expansão dos direitos sociais.

A Constituição Federal de 1988 vem ao encontro dos anseios do cidadão brasileiro de ter maior participação social e política nas decisões que lhe dizem respeito permitindo a tão ambicionada “democracia participativa”, bem como traz em seus artigos a garantia de novos direitos que devem ser assegurados através de políticas sociais repartindo as responsabilidades de sua execução entre o Estado e a Sociedade em geral.

Desta feita, pode-se afirmar que a despeito de que alguns economistas classificaram a década de 1980 como a “década perdida” no que se refere ao desenvolvimento econômico,

visto que o Brasil e outros países da América Latina experienciaram um período de estagnação na economia marcada por alta inflação, redução do Produto Interno Bruto (PIB), crescimento da dívida externa e interna, além do aumento do déficit público, a referida década também foi marcada por grandes avanços no caminho da democracia com o início da abertura política e a efervescência das lutas por direitos políticos e sociais.

Em uma matéria publicada no portal Centro de Mídia Independente (CMI), o jornalista Sanderson Oliveira afirma que,

a década de 80 não foi de um todo ruim para o país na medida em que as pressões sobre o governo militar foram tantas e insuportáveis frente à crise que se instalou no Brasil, que em 1985 iniciava-se a nova república com a eleição de um presidente civil pelo voto indireto que seria a porta de entrada para a retomada da democracia. Pelo menos no campo cívico o país teve um grande avanço nos anos 80⁹.

Considera-se que a década de 1980 pode ter ficado conhecida como perdida do ponto de vista econômico devido aos terríveis ciclos de depressão, inflação e instabilidade, mas do ponto de vista político não foi uma década perdida, pelo contrário, foi uma das mais importantes e promissoras da História Brasileira se considerar a extensão das conquistas constitucionais adquiridas pelos eventos ocorridos na época.

Exemplo das conquistas citadas foi o direito à moradia, tema que trataremos mais detalhadamente ao longo desta pesquisa. O direito à moradia já se configurava em diversos tratados internacionais que a República Brasileira fazia parte como um direito humano e é reconhecido como tal no artigo 5º, parágrafo 2º da Constituição Federal Brasileira, encontrando-se no artigo 6º como um direito social assegurado.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu o direito à moradia como um direito fundamental¹⁰ positivando-o para a superação da exclusão social através da efetivação da reforma urbana, conferindo legalidade aos movimentos de luta pelo direito à moradia que irromperam por todo o país como parte dos movimentos sociais se prolongando no decorrer da década de 1990 e perdurando até os dias atuais.

Os movimentos de reivindicação pelo direito à moradia ao longo da década de 1990 e os que estão em curso foram se configurando diversamente dos das décadas anteriores, mas

⁹ Sanderson C. Oliveira. CMI BRASIL: Centro de Mídia Independente [A crise financeira dos anos 80]. 26 de fevereiro de 2005 às 00h53. Sanderson C. Oliveira. [citado em 19 de junho de 2017]. Disponível em: <http://midiaindependente.org/pt/red/2005/02/308819.shtml>

¹⁰ Direitos Fundamentais são aqueles direitos reconhecidos e positivados na esfera do Direito Constitucional de determinado Estado, ao passo que direitos humanos são os que guardam relação com os documentos de Direito Internacional por referir-se àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, e que, portanto, aspiram à validade universal, para todos os povos e tempos, de tal sorte que revelam um inequívoco caráter supranacional (SARLET, 2006, p.35).

mantiveram algumas permanências que os identifica como produto ideológico dos referidos movimentos se considerada sua visão de se tornar sujeito que age como ator transformador de seu próprio destino, que realiza conquistas e se auto afirma na luta pela efetivação de seus direitos. Em Parintins, o primeiro movimento de ocupação da Fazenda Itaúna pode ser considerado uma forma característica deste tipo de movimento social.

1.2 Parintins no contexto brasileiro de reabertura política

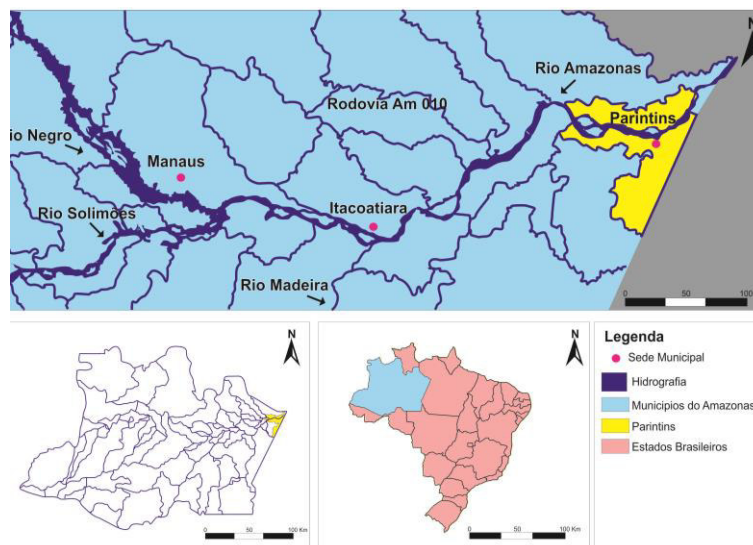
O Município de Parintins, que abriga a cidade¹¹ de Parintins, tem sua população estimada no ano de 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 112.716 habitantes. É o segundo município mais populoso do estado, superado apenas pela capital, Manaus, numa área de 5.952 km², com densidade demográfica de 17, 14 hab./km² e se encontra localizado na Ilha Tupinambarana, no extremo leste do estado do Amazonas, formada por florestas de várzea e terra firme, por lagos, ilhas e uma serra que faz a divisa do Estado do Amazonas com o Pará.

Seus limites territoriais estão assim demarcados: ao norte o município de Nhamundá, iniciando na margem esquerda do rio Amazonas, subindo até a Barreira do Paurá tendo a Serra de Parintins como o fim dos limites territoriais; ao sul faz fronteira com o município de Barreirinha, o marco divisor são rios Andirá - Uaicupará; a leste com Urucurituba, no lago Arapapá, no paraná de Urucurituba e a oeste com os municípios de Terra Santa e Juruti, no estado do Pará, o limite tem início na boca do igarapé da Valéria, na margem direita do rio Amazonas.

A sede do município de Parintins, a cidade de Parintins, encontra-se localizada à margem direita do rio Amazonas (Figura 1), é passagem obrigatória para as embarcações locais, regionais ou as que vêm de outras regiões do Brasil e do mundo, barcos de pequeno, médio e grande porte, lanchas, navios, rebocadores que transportam passageiros, encomendas ou cargas trafegam o rio, subindo ou descendo, considerando que o meio de transporte mais utilizado na região é o fluvial.

¹¹ Por **cidade**, entende-se o espaço urbano de um município delimitado por um perímetro urbano, por **município**, entende-se uma divisão administrativa autônoma do território do estado governada por uma prefeitura, que é o órgão executivo das leis, e uma câmara municipal que é o órgão legislativo. O município possui a sua zona rural e a zona urbanizada. Um mesmo município pode ter várias cidades, também chamadas de distritos, de forma que o nome do município será o mesmo da cidade principal ou do distrito sede, e é nesse distrito que se encontra a administração ou prefeitura. In: PENA, Rodolfo F. Alves. "Cidade e Município: qual é a diferença?"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/cidade-municipio-qual-diferenca.htm>>. Acesso em 13 de março de 2017).

Figura 1 - Mapa de localização de Parintins (AM).



FONTE: Solano de Souza (2017)

Localizada a uma distância de cerca de 370 km, em linha reta, da capital do Estado, Manaus, e 420 km, por via fluvial. Parintins é considerada uma cidade de porte médio da região amazônica pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira (Nepecab). Tem suas origens no século XVIII, como a maioria dos atuais centros populacionais brasileiros, nos primeiros aldeamentos indígenas organizados pelos colonizadores portugueses, conforme Antônio Bittencourt (2001).

A cidade que atualmente se destaca no cenário amazonense pelas suas características culturais e expressões artísticas que tem na festa dos bois Garantido e Caprichoso seu principal representante, sediando o Festival Folclórico, uma das maiores manifestações culturais brasileiras, é também palco de diversos problemas sociais causados pela falta de assistência básica à sua população.

Entre as diferentes manifestações sociais ocorridas em Parintins se elegeu para essa dissertação o movimento social que resultou na ocupação de uma área suburbana localizada na cidade, conhecida pelos moradores citadinos como “fazenda Itaúna”. Esse movimento, de acordo com as pesquisas feitas se configurou na segunda metade do ano de 1991 com um pequeno número de pessoas que não possuíam moradia.

A ocupação da fazenda Itaúna começou a ser executada em janeiro de 1992 a partir de uma primeira ocupação que abriu precedentes para que novas ocupações fossem empreendidas. Este primeiro momento tornou-se ímpar na história do município se levarmos em consideração que se tratou de um movimento desigual aos que a cidade já havia

presenciado na luta pelo direito à moradia urbana. Conforme Tadeu de Souza (2003, p. 161). “foi a primeira vez que Parintins assistiu tamanha mobilização popular”.

As características impares do movimento de ocupação da fazenda Itaúna de Parintins são evidenciadas principalmente pelo momento histórico, social e econômico em que se deu. A cidade vivia as consequências de mais uma crise econômica nacional que se estendia desde o governo do presidente José Sarney motivada pela dificuldade do governo em conter a inflação e desenvolver o crescimento da economia e ao insucesso dos planos econômicos lançados.

Do ponto de vista econômico, o início da década de 1990 foi profundamente marcada pela herança dos anos 80, denominada pelos economistas de década perdida devido à estagnação, aos desequilíbrios econômicos e à hiperinflação, de acordo com Armando Castelar Pinheiro, Fabio Giambiagi e Joana Gostkorszewicz:

Nesse mesmo período de 1980 a 1993, a taxa de inflação, medida pelo IGP-DI, atingiu o patamar médio de 438% ano. Paradoxalmente ao mesmo tempo que se tentava conter a inflação, iam sendo criados mecanismos que objetivavam torná-la suportável, o que acabava facilitando sua aceleração. O fracasso de uma sequência de planos heterodoxos de estabilização em curto período de tempo – cinco planos em cinco anos - contribuiu para aumentar a instabilidade na economia, intensificando a aceleração da inflação (PINHEIRO, GIAMBIAGI e GOSTKORZEWICZ, 1999, p. 14)

Do ponto de vista histórico e social, Jelinek (2006) considera que vivia-se a euforia do retorno à democracia e da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual inovou em termos de garantias individuais, a chamada “**Constituição Cidadã**”. A nova Constituição, pela primeira vez, em seu artigo 5º, definiu a função social¹² da propriedade privada urbana, prevendo a existência de instrumentos urbanísticos que, interferindo no direito de propriedade, não mais considerado inviolável, abriu possibilidades para que a sociedade organizada lutasse por mudanças estruturais no aspecto de moradia.

Sader (1998) informa que a definição e regulamentação destes instrumentos ocorreram apenas em 2001 com a outorga do Estatuto da Cidade, o que não impediu que as populações menos favorecidas atingidas por essa necessidade se organizassem para adquirir tais direitos, postos na atual Carta Magna Brasileira como consequência exatamente dos

¹² JELINEK, Rochelle. **O princípio da função social da propriedade e sua repercussão sobre o sistema do código civil.** Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/areas/urbanistico/arquivos/rochelle.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

movimentos sociais das duas décadas anteriores, portadores de promessas de vida mais digna colocados em um espaço aberto de oportunidades¹³.

Parintins, conforme Souza (2013), como outras cidades brasileiras, passa por fortes dificuldades financeiras desde o início da década de 1980, as quais acarretaram desemprego, fechamento de postos de trabalho, assistência básica deficitária e aumento do êxodo rural, uma vez que como as demais cidades do Amazonas, teve sua economia alternada entre ciclos econômicos de crescimento e estagnação. Neste contexto, o evidente enfraquecimento do ciclo da juta que afetou toda a região do baixo Amazonas também contribuiu negativamente para a economia de Parintins, pois o município teve no ciclo econômico da juta um de seus mais prósperos momentos de expansão.

De acordo com Tonzinho Saunier (2003), as conversações entre o governo japonês e brasileiro para a instalação de um Instituto Agrícola no Amazonas iniciaram em 1927. O Instituto foi instalado no município de Parintins, na região de Vila Amazônia, com a chegada de uma missão, chefiada por Tsukasa Uyetsuka, vinda do Japão trazendo um grupo de 271 koutakusei no início da década de 1930. Esse Instituto tinha como objetivo desenvolver a cultura da juta na região, mas a fibra não era nativa, as sementes eram trazidas da Índia, assim, as primeiras experiências tiveram resultado negativo. Após diversas tentativas o colono Ryota Oyama conseguiu sucesso na aclimação da fibra de juta e iniciou seu plantio regular em 1939 (SAUNIER, 2003).

A partir daí, o cultivo da juta ganhou também o interesse dos ribeirinhos que passaram a cultivá-la para vender às companhias que se instalaram no município de Parintins e circunvizinhos, os quais realizavam a prensa e enfardamento da fibra com destino certo para exportação nas indústrias regionais, nacionais e estrangeiras. A fibra de juta tornou-se o principal produto econômico do município e se tornou a principal atividade econômica no rio Amazonas nesse período. A produção de Juta, como sugerem Tatiana Schor e Thiago Marinho (2013), teve seu início no município de Parintins, mas seu cultivo foi ampliado para outros municípios do Amazonas e do Pará.

Na década de 1970, a produção da juta se intensificou, este período é considerado o de maior crescimento, de tal forma que Parintins contava com 16 estabelecimentos industriais que se ocupavam com o beneficiamento do produto, entre os quais a Fabril Juta que contava com mais de mil funcionários trabalhando em três turnos, segundo José Camilo Souza (1998).

¹³ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

A Companhia de tecelagem de juta de Parintins - Fabril Juta, entre as indústrias de beneficiamento foi a de maior destaque por ser a primeira empresa de médio porte, com atividade permanente o ano inteiro e não somente nos períodos de safra (TORRES, 2015). O fundador da Fabril Juta foi o empresário e político José Raimundo Esteves¹⁴ o qual em sua gestão como prefeito nos anos de 1960, criou através da Cia. Fabril Juta, na plenitude de suas atividades, cerca de três mil e trezentos postos de trabalho direto, com carga horária de oito horas diárias, durante quase três décadas, e fomentou aproximadamente quinze mil postos de trabalhos indiretos em outros setores da economia municipal. (BRASIL, s/d, p.)¹⁵.

Apesar do dinamismo econômico gerado em Parintins durante o chamado *ciclo da juta*,¹⁶ na segunda metade da década de 1970, três acontecimentos iniciaram uma transformação no *modo vivendis* local, o primeiro foi o enfraquecimento da produção da juta e da malva, outro produto de destaque econômico da época, devido à concorrência internacional; o segundo foi o crescimento da atividade pecuária que motivou os fazendeiros locais a comprar áreas de várzea para a criação de gado e o terceiro, trata-se da enchente sofrida pelo rio Amazonas no ano de 1975 que causou o aumento do êxodo rural na região. De acordo com Souza (2013):

Em 1975 acontece a segunda maior enchente do Rio Amazonas, ocasião em que 13,45% dos ribeirinhos foram obrigados a abandonar a área rural e ocupar a área urbana registrando a primeira explosão demográfica urbana, pelo característico fenômeno do êxodo rural. (SOUZA, 2013, p. 58).

Em nível nacional, os últimos anos da década de 1970 são marcados pelas dificuldades econômicas, causadas pela crise internacional do petróleo e o fim do Milagre Brasileiro. Todos os acontecimentos citados corroboraram para que muitos pequenos proprietários de terras nas áreas rurais do município parintinense vendessem suas terras e se mudassem para a sede por entenderem que as condições de vida na área rural se tornaram cada vez mais difíceis, visto que tinham na produção da juta sua principal atividade de sustentação.

¹⁴ Prefeito de Parintins no período de 1958 – 1961, eleito deputado federal em 1962 e 1966 e senador em 1970 falecendo no curso do mandato.

¹⁵ BRASIL. A vida pública do Senador José Esteves, Vol. I, TOMO II. Coletânea elaborada pelo Senado Federal. Distrito Federal, s/d.

¹⁶ A juta foi o suporte econômico do município de Parintins no período de 1940 a 1970, sendo que o município contava com a Fabriljuta e dez usinas/prensas de juta composta de cerca de 100 trabalhadores, o que acelerava a economia da localidade (TORRES, 2015, p. 8; GONÇALVES, 2012, p.65).

Castells (2004) considera que, muitas vezes, o êxodo rural ocorre, nem tanto por motivo de a cidade possuir melhores atrativos ou oportunidades, mas porque os moradores de áreas rurais já não suportam conviver com as dificuldades que se impõem no campo.

A primeira metade da década de 1980 não trouxe boas mudanças para a economia parintinense, acentua-se, então, o declínio na produção de juta e a Companhia Fabril Juta de Parintins, a mais importante do setor na cidade, abriu falência em 1984 deixando boa parte da população em dificuldades financeiras devido à grande quantidade de trabalhadores que exerciam suas atividades nesta empresa, de forma direta ou indireta.

De acordo com Iraildes Torres (2015), o fechamento da Fabril Juta acarretou para o município de Parintins diversos problemas sociais e o “aprofundamento da pobreza”, o dinheiro foi saindo de circulação, “as pessoas ficaram meio que perdidas sem emprego e sem perspectivas” e muitos estabelecimentos comerciais fecharam suas portas demitindo empregados. (TORRES, 2015, p. 7).

Essa informação ganha respaldo nas palavras de Saunier (2003), quando concretiza uma comparação entre os resultados dos diagnósticos municipais sumários de 1988 realizados pelo CEAG/AM¹⁷, nos quais são citadas 422 empresas comerciais em Parintins e o resultado do censo empresarial/1993 que identificou a existência de 326 empresas na cidade, ou seja, 96 empresas desapareceram em cinco anos, uma redução de cerca de 20% na quantidade de empreendimentos.

Em uma produção intitulada *Uma análise sobre o ciclo da juta no município de Parintins*, Emmanuel Rosal (2000), afirma que as motivações para que a juta perdesse valor de mercado estão ligadas ao fato de que os custos eram cada vez mais acentuados enquanto a capacidade de absorção do mercado consumidor se reduzia.

Para Rosal, três fatores contribuíram diretamente para que isso acontecesse: o trabalho em regime de significativa capacidade inativa e dificuldades no capital de giro das fábricas; a concorrência na produção de sacarias e plásticos de polipropileno e a queda na exportação do café que diminuiu as vendas de sacas para armazenar o produto. (ROSAL, 2000).

Não se pode afirmar que a crise da juta tenha sido o único motivo para que na década de 1980 tenha ocorrido considerável êxodo rural em Parintins, mas é inegável que esta década marca o início da inversão populacional no município com maior concentração urbana, enquanto o campo vai aos poucos se esvaziando. Conforme pode ser observado na tabela abaixo:

¹⁷ Centro de Apoio a Pequena e Média Empresa do Amazonas – CEAG/AM.

Tabela 1 - População do município de Parintins de 1970-2010.

	1970	1980	1991	2000	2010
URBANA	16.747	29.504	41.591	58.125	69.890
RURAL	21.334	21.877	17.192	33.993	32.143
TOTAL	38.081	51.381	58.783	92.118	102.33

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
Censo Demográfico 1970-2010

Em Parintins, o crescimento demográfico não se deve apenas ao êxodo rural, deve-se considerar também a migração de muitas famílias nordestinas, de outros estados brasileiros e de outras cidades da região. (SOUZA, 2013). Ao analisar o processo de expansão territorial e demográfico da cidade de Parintins na década de 1980, Souza (2013), relaciona uma série de eventos que, a seu ver, contribuíram para que a cidade, a partir da década de 1970, aumentasse territorial e demograficamente.

Para Souza (2013) os motivos do crescimento populacional e “inchaço” da cidade devem-se primeiramente ao fim do ciclo de grande produção juticultora que resultou no fechamento da Fabril Juta e no desemprego de muitas pessoas. À hiperinflação em que se encontrava a economia brasileira, realidade que levou pequenos proprietários rurais a venderem suas terras para os fazendeiros e mudarem-se para a cidade na esperança de encontrarem melhores condições de vida. Sugere ainda, que as escolas existentes nas áreas rurais de Parintins eram multisseriadas e funcionavam apenas com as séries do Ensino Fundamental, não atendendo mais à demanda dos alunos, o que motivou os pais a mudarem para a sede do município ou mandar os filhos para morarem com parentes ou conhecidos.

Em relação a Parintins na década de 1990, conforme Souza (2013), a cidade continuou em crescimento acelerado, acrescentando-se aos motivos já citados, mais dois que a autora destaca, “a inadequação cada vez mais das políticas do campo, dificultando a vida do interiorano e sua permanência nos locais de origem”. (SOUZA, 2013, p. 66) e o apogeu do Festival Folclórico que criou um clima de euforia em que o turismo manifestou-se como alternativa capaz de geração de emprego e investimento, o que tornou a cidade ainda mais atrativa.

Observando a tabela 1, a qual demonstra o senso demográfico de 1991 do município de Parintins é visível a disparidade populacional urbana e rural, a sede municipal contém 41.591 habitantes enquanto a área rural conta com 17.192, de um total de 58.783 habitantes. Se comparados ao senso anterior, o de 1980, quando a área rural tinha 21.877 habitantes e a zona urbana contava com 29.504 habitantes, é possível afirmar que a população citadina teve

um aumento significativo no decorrer de onze anos, porém, as estruturas básicas municipais não se adequaram para o aumento desse contingente populacional.

O acentuado crescimento populacional ocorrido na cidade de Parintins a partir das décadas de 1970, 1980 e 1990 trouxe à tona diferentes problemas sociais, próprios dos grandes núcleos populacionais que evidenciaram uma conjuntura de exclusão e expropriação de direitos fundamentais a grupos menos favorecidos e despertou nestes o desejo de organização para protagonizar a efetivação da conquista de que estes compreendiam como sendo direitos assegurados. Conforme Souza (2013):

Esse fluxo migratório resultou num crescimento demográfico urbano na ordem de aproximadamente 13,33%. Diante do aumento do número de habitantes e da falta de estrutura para atender todas as demandas, aceleram-se ainda mais os problemas ditos urbanos, entre eles a questão da moradia. Essa situação, somada aos interesses de determinados grupos políticos motivaram um processo de ocupação de terras em Parintins, começando pela fazenda Itaúna, que formou o Bairro de Itaúna I. (SOUZA, 2013. p. 66).

A primeira ocupação que ocorreu na fazenda Itaúna, a qual deu origem ao bairro de Itaúna I foi só o início de uma série de quatro ocupações na referida área parintinense que formaram os bairros de Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa e bairro da União, no entanto, encontra-se em curso uma quinta ocupação contínua ao território em uma área conhecida como Castanhal, ainda em litígio.

Concretamente avaliamos que a condição de ocupação urbana na cidade de Parintins, desde 1992, quando se deu a primeira ocupação da fazenda Itaúna, passou a fazer parte do crescimento da cidade sendo responsável pelo povoamento de muitas áreas, fazendo surgir novos bairros, todavia neste estudo, nos dedicaremos apenas a analisar o surgimento do bairro Itaúna I.

Neste cenário de omissão do poder instituído em que proliferam as ocupações que vão construindo a espacialização urbana de forma arbitrária, mas seguindo uma lógica definida pelos ocupantes, a partir de suas próprias necessidades e convicções políticas de luta pela sobrevivência, essas ocupações irregulares transformaram-se em alternativas para enfrentar a ineficácia de políticas habitacionais locais e têm sido compensadas pela legitimação de ações sociais, permitindo que áreas ocupadas de maneira ilegal sejam precariamente acolhidas pelo planejamento urbano e seus ocupantes se tornem proprietários definitivos dos lotes.

Os movimentos de organização de ocupação de terra urbana que ocorreram em Parintins, apesar de terem suas especificidades e objetivos, não são eventos que fazem parte apenas da realidade local, no Brasil, esses grupos organizados com tal finalidade têm uma

trajetória histórica de lutas, marginalização e conquistas e são popularmente conhecidos como fazendo parte dos Movimentos Sociais Urbanos.

1.3 Movimentos Sociais.

Ao tratar sobre o movimento de ocupação da Fazenda Itaúna nos questionamos qual o caráter efetivo do referido movimento? Podemos classificá-lo como um movimento social? Os interesses que moveram os atores históricos que o lideraram podem ser considerados como sociais?

Os processos, comumente chamados de movimentos sociais, não têm até hoje uma definição específica nem clara da limitação de seu campo específico. Ammann (1991) sugere que “na literatura sobre o assunto não se encontram até hoje bem definidas suas características essenciais, nem clara delimitação de seu campo específico”. (AMMANN, 1991, p.13).

Em busca de respostas para esses questionamentos foi realizada uma investigação sobre o que os teóricos que tratam do assunto definem como sendo um movimento social. O conceito mais popular para definir o que são movimentos sociais os mostram como ações de grupos organizados os quais têm como objetivo gerar mudanças na sociedade, em determinada área de atuação, por meio dos embates políticos.

Maria da Glória Gohn (2011), afirma que esses movimentos sempre existiram e crê que sempre existirão, por tratar-se de representações de forças organizadas socialmente capazes de unir sujeitos com interesses afins. Uma união que não se caracteriza como uma “força-tarefa de ordem numérica”, e sim como “campo de atividades e experimentação social”. Afirma também que “essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais”, e que, as experiências nelas adquiridas, embora sejam espelhadas no passado não provêm de forças congeladas e “criam memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente” recriando-se cotidianamente, “na adversidade das situações que enfrentam” (GOHN, 2011, p.336).

Os movimentos sociais investigam a realidade social para, a partir de dados encontrados, estabelecerem propostas de ação coletivas de resistência à exclusão em favor da inclusão social. Um movimento social se diferencia de uma organização não governamental por ser portador de características básicas. De acordo com Gohn (2011):

Possuem identidade, têmpositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. Historicamente, observa-se que têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresentam conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. (GOHN, 2011, p.336).

O sociólogo francês Alain Touraine compreende que os movimentos de luta por mudanças só podem ser considerados como movimentos sociais a partir de sua ação conflitante de atores das classes sociais pelo controle do sistema de ação histórica. Isso porque o gérmen destes movimentos reside na capacidade de evidenciar os conflitos existentes entre classes e vontades políticas. Em sua obra *Production de La Société*, ressalta que “movimentos sociais são a ação conflitante de agentes das classes sociais, lutando pelo controle do sistema de ação histórica”. (TOURAINÉ, 1973, p. 347).

A expressão “sistema de ação histórica” utilizada por Touraine (1973, p. 347) seria, segundo ele próprio, “o sistema de influência da historicidade sobre a prática social”. Ou seja, a sociedade é um campo de debate entre os que se apropriam da cultura histórica a fim de dominar e aqueles que empreendem constantes lutas contra a submissão e pela reapropriação coletiva da historicidade.

Os conflitos sociais estão inseridos na forma organizacional de governo do Estado Moderno, o qual se encontra atravessado por interesses individuais que aprofundam as desigualdades sociais ferindo os princípios do Estado Democrático. Criando segregação social, cultural e econômica e interferindo nas formas de atuação civil, acarretando reação de atores coletivos atingidos por tais desigualdades, os quais entram em conflito, resistem à autoridade instituída e procuram fazer pressão sobre o sistema institucional estabelecendo uma posição de luta pela inclusão social.

Nos movimentos sociais, segundo Touraine (1973), primeiramente os atores se organizam, porque toda ação coletiva presume a existência de um ator, esse ator está na base organizacional em constante dualidade, porque ele é o ator, capaz de agir, mas ao mesmo tempo sofre influências externas visto que a reivindicação é dirigida aos que têm poder e estes também seguem um conjunto de normas que os limita. Esse tipo de conflito é a própria organização e ele através das reivindicações se desorganiza para se reorganizar, logo em seguida.

De acordo com Touraine (1973), no interior de cada grupo social existe um conflito central que leva os sujeitos à luta, de um lado, contra o triunfo do mercado e das técnicas e, de outro lado, contra os poderes autoritários, desta feita pode-se conjecturar que os movimentos sociais são ferramentas de mediação que os grupos desfavorecidos podem utilizar para buscar garantir seus direitos em uma sociedade extremamente diversa e dinâmica, daí o imperativo de sua existência garantida dentro de um Estado que se diz democrático, o qual depende da

legitimação dos cidadãos que o integram para que possa exercer sua função de governar em nome do bem comum.

Conforme as definições de Manuel Castells (1976), os movimentos sociais são sistemas de práticas sociais conflitantes com a ordem estabelecida, cuja natureza é a de transformar a estrutura do sistema, seja através de ações revolucionárias ou não, numa correlação classista e, em última instância, o poder estatal. “Movimentos Sociais Urbanos são sistemas de práticas sociais contraditórias que contravertem a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana”. (CASTELLS, 1976, p. 03).

Ao analisar o poder dos movimentos sociais na história, como ocorrem, o que transformam e como se originam, Castells (1976), afirma que os movimentos sociais têm origem na insatisfação e no sentimento de injustiça que é compartilhado por grupos que se sentem alijados de seus direitos.

Para Castells (1976), os processos de mudanças urbanas só se constituem em Movimentos Sociais à proporção em que são capazes de gerar contradições mais abrangentes no sistema capitalista a ponto de controverter a ordem social e provocar um contra movimento por parte do sistema urbano.

Destas ideias, pode-se considerar que os movimentos sociais são os meios de intervenção direta no contexto político social que os grupos minoritários possuem para promover inserção de suas necessidades básicas e vê-las representadas no contexto político para que sejam atendidas, todavia, tais interesses e necessidades nem sempre são providos devidamente pelo Estado ou pelos representantes políticos.

Recorre-se ainda às ideias de Safira Bezerra Ammann, a qual realizou pesquisas sobre Movimentos Populares de Bairros durante dez anos (10) nos quatro estados da região Centro-Oeste brasileiro. Para Ammann, “o que distingue um movimento social dos demais movimentos urbanos é a contestação”. (1991, p.17). Em sua obra Movimento Popular de Bairro: De frente para o estado, em busca do parlamento, onde relata suas experiências, Ammann afirma que “todo movimento social carrega o germe da insatisfação, do protesto contra relações sociais que redundam em situações indesejáveis para um grupo ou para a sociedade, sejam elas presentes ou futuras”. (1991, p.17).

Segundo a visão de Ammann, um movimento urbano só é de cunho social se é fomentado pela contestação. Muitos movimentos que ocorrem e têm como suporte básico a promoção da coletividade como os clubes de mães, grupos de jovens, alfabetização de adultos ou distribuição de roupas ou alimentos e não se constituem em movimentos sociais porque

buscam apenas ajudar a suprir algumas necessidades sociais, mas não têm corte contestatório (AMMANN, 1991).

As definições teóricas aqui abordadas com pretensão de compreender se o movimento de ocupação da fazenda Itaúna, em 1992, na cidade de Parintins pode ser caracterizado como um movimento social está repleto de pontos que coincidem e pontos divergentes, entretanto, esses pontos nos auxiliam para que sejam relacionadas algumas características comuns às ações que definem um movimento social.

É possível considerar que o movimento que ocupou a fazenda Itaúna seja classificado como um movimento social partindo do âmbito de que se tratou de uma expressão de ação coletiva de setores da sociedade parintinense a qual se organizou, representando parte de uma classe social em defesa ou promoção de determinados objetivos ou interesses de transformação da ordem estabelecida na sociedade local.

O movimento em questão também permite observar em seu bojo alguns princípios citados pelos teóricos como característicos de um movimento social, como: a) a criação de uma identidade que os fez se auto definir como “Movimento dos sem-terra de Parintins” demonstra a consciência de pertencimento a um grupo ou classe social com objetivo comum que os une, além das diferenças individuais internas; b) a definição de um opositor a quem reconhecem claramente ao longo do processo como o adversário, aquele que deveria tomar medidas para solucionar o problema, mas não o faz, atitude que lhes faz despertar a consciência de serem atores históricos em ação; c) são detentores e articuladores de um projeto de vida comum a todos os membros na medida em que se pronunciam em favor de demandas sociais; d) consegue influenciar outros atores, fato que lhes confere continuidade e permanência. (GOHN, 2011).

A análise proposta quanto aos interesses que moveram os atores históricos líderes do primeiro movimento de ocupação da fazenda Itaúna para serem considerados como social nos conduz à reflexão de que a resposta seja positiva se considerado que a força da ação coletiva só é efetiva quando direcionada. Os líderes que planejam e representam abertamente as reivindicações do grupo e o organizam são as pilastras e a força que impulsiona a engrenagem para que a ação não fique estática.

No entanto, as intenções e desejos estão sempre no campo da subjetividade, daí a dificuldade de responder de forma precisa tal questionamento. Cabe, portanto, compreender que os movimentos sociais trazem em seu interior uma pluralidade, mesmo porque ocorrem em sociedades plurais, construídos, o movimento e a sociedade, a partir de preocupações e

projetos políticos contraditórios pessoais ou coletivos e esses movimentos sociais estão diretamente ligados à resolução deles mesmos.

Castells (1978) sugere que os grupos que produzem ações buscando representatividade política e sociais em prol de uma causa estão sempre sujeitos a se tornar um objeto de manobra para interesses pessoais ou institucionais. Risco sempre presente em uma sociedade politicamente ativa, pois suas aspirações atuam de modo a pressionar direta ou indiretamente o corpo político de um Estado. Conforme Castells, “todo movimento social provoca por parte do sistema urbano um contra-movimento que não é senão a expressão de uma intervenção do aparato político (integração-repressão) que tende a manutenção da ordem”. (CASTELLS, 1978, p. 321).

1.4 Movimentos Sociais Urbanos no Brasil.

De acordo com Pedro Jacobi (1993), os movimentos sociais urbanos são problemas sociais novos que anunciam as contradições inerentes às sociedades capitalistas e ilustram não apenas a oposição entre capital e trabalho, mas também as desigualdades criadas como consequência da aplicação desigual dos recursos públicos utilizados no desenvolvimento e manutenção dos aglomerados urbanos.

A má administração do erário público atinge os cidadãos de formas variadas afetando com maior rigor alguns que a outros, dependendo de sua posição na estrutura social da cidade e do seu acesso aos recursos públicos, por isso afirma-se que esses movimentos têm surgido das contradições do cotidiano da população na sua condição de moradores das cidades, (JACOBI, 1993).

A malversação dos recursos públicos e a defasagem na prestação de serviços básicos como água potável, rede de esgotos, meios de transportes coletivos, atendimento à saúde e educação de qualidade são os principais motivadores do surgimento de organizações sociais urbanas que lutam por melhorias na condição de vida dos cidadãos.

Para Gohn (1991), os movimentos sociais urbanos devem ser vistos como as ações coletivas organizadas pelas classes populares a fim de conquistar melhores condições de vida urbana e de acesso à satisfação de necessidades básicas e serviços e equipamentos de consumo coletivo, ligados à problemática urbana e ao uso, à distribuição e apropriação do espaço urbano.

Os movimentos urbanos são habitualmente designados como populares porque se trata de mobilização com caráter de enfrentamento ao *status-quo*, não que sejam unicamente populares, mas esta é a referência fundamental, embora se admita que as demandas neles

apresentadas possam atingir diferentes camadas sociais, devem ser distintos de outros movimentos sociais por conterem uma problemática urbana. (GOHN, 1991).

A definição feita por Castells (1976), em referência ao que o autor denomina de movimento social urbano é de que se trata de um sistema de práticas sociais contraditórias resultantes da articulação de uma combinação de acontecimentos que simultaneamente insere agentes suportes tanto na estrutura urbana como na estrutura social, de forma que seu desenvolvimento volta-se objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da correlação de forças. (CASTELLS, 1976).

Partindo deste pressuposto, pode-se afirmar que os movimentos sociais urbanos se traduzem por diferentes maneiras de organização popular, cuja principal característica é sua capacidade de mobilização coletiva de resistência ou reivindicação por melhores condições de vida das pessoas que habitam os centros urbanos, relacionados ao direito à cidade e ao exercício da cidadania.

De acordo com Ammann (2008), no início do século XX, no Brasil, o conceito de movimentos populares urbanos estava ligado, quase que exclusivamente, às organizações do proletariado das indústrias e às ações coordenadas por seus sindicatos. Os operários brasileiros, influenciados pelas ideias trazidas pelos imigrantes europeus iniciaram a organização de sindicatos e também uma série de ações pela emancipação e valorização da classe operária, greves por melhores salários, pela redução da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e infantil, descanso semanal e revogação da lei de expulsão dos estrangeiros.

Touraine (1977) informa que nas primeiras décadas do século XX, ocorreu o reaparecimento dos atores sociais envolvidos em ações coletivas que se espalharam por muitos países da América Latina e o ressurgimento de lutas sociais consideradas tradicionais e dos movimentos populares urbanos de bairros.

Ana Carla Silva¹⁸ (2011) afirma que as necessidades urbanas que deveriam ser sanadas por programas de desenvolvimento humano de iniciativa governamental que apontassem soluções para o crescimento desordenado das cidades só aumentavam deixando à população a

¹⁸ Ana Carla Iquierdo da Silva. **Sociologia/Educação** [O Surgimento dos Movimentos Sociais]. Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Ana Carla Iquierdo da Silva. 12 de julho de 2011. [citado em 18 de junho de 2017]. Disponível em: <http://anacarlaisquierdo.blogspot.com.br/2011/07/o-surgimento-dos-movimentos-sociais.html>.

¹⁸ Junior Gambarotto. **Sociologia e Democracia** [Movimentos Sociais no Brasil (1945-1988)]. São José do Rio Preto. Junho de 2013. Junior Gambarotto. [Citado em 20 de junho de 2017]. Disponível em: <http://sociologiaedemocracia.blogspot.com.br/2013/06/movimentos-3.html?m=1>.

única alternativa de se organizar para reivindicar mudanças na situação por ela vivida devido à ineficiência do Estado.

Conforme Silva (2011) a ausência do Estado como administrador capaz de resoluções satisfatórias é o principal motivo do nascimento dos movimentos sociais, visto que estes surgem da necessidade eminente de reivindicar aquilo que falta ou não é satisfatório a uma parte da sociedade.

O período da História brasileira que vai de 1930 a 1945, conhecido como Era Vargas, foi profundamente marcado por um intenso controle do Estado sobre a sociedade. O governo, por meio de amplas alianças, controle dos meios de comunicação e uma política populista se transformou em uma quase unanimidade política, o que limitou o espaço para manifestações populares. Vinicius Caldeira Brant (1983), afirma que neste período a institucionalização dos sindicatos estabeleceu “limites extremamente rígidos” às suas ações, principalmente através da Consolidação das leis do Trabalho, em 1943, que enquadrou os sindicatos “a uma estrutura que garantisse seu controle pelo governo e limitasse o confronto direto entre patrões e empregados”. (BRANT, 1983, p. 31).

Brant (1983), afirma ainda que os sindicatos não estavam totalmente conformados com a situação imposta pelo governo de limitação à sua autonomia, porém esta limitação impunha dupla dificuldade de movimento, visto que estavam “diretamente subordinados ao Ministério do Trabalho, administrativa e economicamente”, ao mesmo tempo em que sua atuação foi “rigidamente regulamentada” pela CLT. Para o autor, “a legislação enfaixada da CLT era apresentada como proteção aos trabalhadores, mas funcionava de fato para limitar as lutas sindicais”. (BRANT, 1983, p. 31).

Com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1946, a qual reestabeleceu a democracia no Brasil, os movimentos sociais voltam a aparecer, não que tenham desaparecido totalmente na fase anterior, mas vão encontrar um cenário mais favorável às suas atividades. (GAMBAROTTO, 2013)¹⁹. Neste cenário, emergem com vigor novos setores populares, muitos provenientes das áreas rurais e outros originários da área urbana, onde fervilha a insatisfação e as manifestações de cunho social como greves trabalhistas, criação de sindicatos, criação ou reestruturação de partidos políticos, antes considerados ilegais. (GAMBAROTTO, 2013).

¹⁹ Junior Gambarotto. **Sociologia e Democracia** [Movimentos Sociais no Brasil (1945-1988)]. São José do Rio Preto. Junho de 2013. Junior Gambarotto. [Citado em 20 de junho de 2017]. Disponível em: <http://sociologiaedemocracia.blogspot.com.br/2013/06/movimentos-3.html?m=1>.

As greves nacionais contra o custo de vida, as manifestações pelo retorno ao presidencialismo e por reformas de base, além da eclosão de muitas outras manifestações sociais urbanas e rurais no Brasil foram tão intensas que os setores conservadores civis, militares e religiosos temendo o estabelecimento de um governo socialista no país combinaram a deposição do então presidente brasileiro João Goulart do cargo. De acordo com Rainer Souza (s/d):

Foi nesse momento que, durante o Governo de João Goulart (1961 – 1964), os movimentos pró e antirrevolucionários eclodiram no país. A urgência de reformas sociais viveu em conflito com o interesse do capital internacional. Em um cenário tenso e cercado de contradições, os militares chegaram ao poder instaurando um governo ferrenhamente centralizador. Em 1964, o estado de direitos perdeu forças sem ao menos confirmar se vivemos, de fato, uma democracia²⁰.

Para Lucília de Almeida Neves Delgado e Mauro Passos (2010), as ações dos movimentos sociais urbanos no Brasil da década de 1960 passaram por dois momentos diferentes, o primeiro corresponde aos anos que antecederam o golpe militar, marcado pela efervescência e mobilização popular. O segundo momento, a partir de 1964 quando se deu a implantação do regime militar, marcado pelo autoritarismo e desrespeito aos direitos humanos, “no seu conjunto, foi um período complexo, caracterizado pelo cultivo de diferentes utopias, como também pela frustração de projetos que animaram inúmeros seguimentos da sociedade civil”. (DELGADO E PASSOS, 2010, p.95).

O intenso processo de participação popular urbano que agitava o Brasil nos primeiros anos da década de 1960 foi interrompido pelo golpe militar de 1964 com a justificativa de livrar o Brasil dos comunistas, reconduzir o país ao crescimento econômico e restabelecer a ordem, a principal consequência deste acontecimento foi a restrição da participação popular e a propagação da ideia de que as manifestações de massa contrárias às decisões governamentais seriam sempre uma representação de ameaça à ordem pública estabelecida.

A instalação de um governo militar autoritário com todo um aparato governamental de controle e até mesmo proibição das liberdades de organização para o exercício dos direitos políticos e civis desmobilizou temporariamente os movimentos sociais urbanos e contribuiu para que se estabelecesse um modelo de desenvolvimento econômico elitista, excludente das massas, em que ficou evidente, com o passar dos anos, a urgência de novas mobilizações populares que buscassem a satisfação das necessidades mínimas de sobrevivência das classes

²⁰ SOUSA, Rainer Gonçalves. "O regime liberal populista"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/o-regime-liberal-populista.htm>>. Acesso em 18 de junho de 2017.

menos favorecidas. Delgado e Passos (2010), ao comentarem esses acontecimentos, afirmam que:

Os retalhos que restam na memória abrigam crises, insurgências, heroísmos de uma realidade em movimento. Lembram, ainda, o silêncio orquestrado de vozes silenciadas. Prova de uma oposição em jogo, incluindo intelectuais, políticos, estudantes, trabalhadores, socialistas de diferentes matizes, militantes católicos. A efervescência política desse período histórico está cadenciada por momentos de decisão, crise e confronto (DELGADO E PASSOS, 2010, p.95-96).

Na década de 1970, afligidos pelo aumento da crise econômica e iminência de perda de direitos trabalhistas conquistados anteriormente com muitas lutas, ressurgem o movimento operário, por outro lado, os moradores de bairros e favelas sentindo-se negligenciados pelo poder público se manifestam reivindicando autonomia administrativa e direitos que incluem melhorias sanitárias, creches, transportes, postos de saúde, habitação. (PAOLI, 1995).

Entram no cenário político brasileiro novos atores sociais organizando um “novo sindicalismo” e “novos movimentos de bairros”, distintos dos movimentos tradicionais por não terem ligação com os sindicatos e partidos, uma forma de organização não institucionalizada. (SADER, 1998).

Essas organizações denominadas Novos Movimentos Sociais (NMS) criaram uma dinâmica à organização da sociedade civil que se opunha ao regime militar para que acontecessem mudanças radicais no cenário sociopolítico brasileiro e exerceram considerável influência para que se estabelecesse na Constituição Federal de 1988 diversos direitos sociais. (GOHN, 2011).

Na pauta das reivindicações dos citados movimentos por direitos urbanos aparecem sempre o direito à moradia, visto que, a despeito de todos os projetos governamentais para o crescimento do país e colocá-lo no ranque dos mais desenvolvidos, para a maioria dos brasileiros o sentido de progresso não pode ser absorvido de forma desconectada da satisfação de suas necessidades básicas, o que inclui a legalização de seu direito à moradia digna.

1.5 Movimentos de ocupação urbana com fins de moradia.

As reflexões que se seguem nesta seção têm como pretensão realizar um breve esclarecimento sobre os movimentos de ocupação de terras urbanas que passam a ocorrer no Brasil com o intuito de construção de habitações, nascidos a partir dos “novos movimentos sociais”, nas décadas de 1970 e 1980, mas que continuaram influenciando e encorajando grupos das classes subalternas por toda a década de 1990 e perdura até os dias atuais.

O termo “ocupação”, muito utilizado pelas ciências sociais para se referir à ação de grupos que adentram em lugares, casas, prédios ou terrenos, que não lhes pertence legalmente, busca substituir o termo “invasão”, comumente utilizado pelos meios de comunicação ao noticiarem tais ações e pela população em geral, de forma pejorativa e muitas vezes até mesmo pelos sujeitos que se encontram no cerne da ação.

De acordo com o Dicionário Houaiss Conciso (2011), o termo “ocupação” contém dois principais significados, um se refere à principal atividade ocupacional, em relação a trabalho, exercida por uma determinada pessoa, o outro está ligado ao ato de invadir uma propriedade, de aquisição de propriedade ou coisa móvel sem dono ou abandonada, apropriação, ação de ocupar, de invadir, de apoderar-se, e tem sua origem no latim *ocupatio,ōnis*.

Neste estudo, vamos utilizar a palavra ocupação em seu sentido de apropriação. No sentido de apoderar-se de algo que se encontra ao seu alcance, que não lhe pertence, mas que não está sendo útil ao proprietário legal de forma direta ou indireta. Seguiremos as definições do segundo significado da palavra ocupação acima citado, considerando que este algo necessário seja um lugar na cidade para residir com a família.

A urbanização efetiva do Brasil ocorreu principalmente a partir do início do século XX. Com a aceleração do crescimento geográfico e demográfico após a revolução de 1930, ficou evidente a atração exercida pela cidade sobre a população rural. Essas populações viam nas medidas políticas governamentais um universo urbano que lhes proporcionaria melhores condições de vida em face do processo de urbanização e industrialização que estava ocorrendo. (MARICATO, 2003).

Os migrantes que se deslocavam para as cidades brasileiras no início do século XX encontravam novos desafios de sobrevivência como a falta ou ineficácia de políticas públicas para resolver ou amenizar as questões habitacionais. O que levou à formação de áreas urbanas com aglomerados de habitações irregulares e ilegais. Sheila Holz e Tatiana Villela de Andrade Monteiro ao se reportarem ao período em questão afirmam que “as áreas ocupadas ilegalmente são expressões diretas da ausência de políticas de habitação social”. (HOLZ E MONTEIRO, 2008, p. 1).

Regina Fátima Ferreira (2012) reporta que no Brasil e na maioria dos países sul americanos, é recorrente a falta ou precariedade de moradia para as classes menos favorecidas. O que incorre em graves e constantes problemas sociais que raramente são tratados como prioritários pelo Estado, mas este quadro se agravou a partir da década de 1980

por conta das políticas neoliberais que reduziram investimentos com políticas sociais e aumentaram a taxa de desemprego no país.

De acordo com Ermínia Maricato (1999) a ocupação de terras com objetivo de construir moradia faz parte de todo o processo de urbanização da maioria das cidades brasileiras. No início tratava-se de ocupações gradativas, realizadas por indivíduos, famílias ou pequenos grupos familiares, mas a partir da década de 1980 essas ocupações passaram a ocorrer de forma coletiva e organizada, de forma massiva. Como consequência da crise econômica que se iniciou em 1979.

Maricato (1999) informa que se for levado em consideração o fato de que toda a população que habita as favelas invadiu terras para morar, serão 20% da população do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, 28% da população de Fortaleza, 33% da população de Salvador, em Recife, essa população chega a 40%. A autora calcula que nas cidades do Norte e Centro Oeste essa porcentagem seja ainda maior. Com base em tais informações afirma que nas grandes cidades brasileiras a ocupação de terras para a construção de moradia é quase uma regra e não exceção.

São muitas as pesquisas acadêmicas que tratam do assunto no Brasil. Encontram-se estudos que se debruçam sobre os movimentos de ocupação de terra urbana para moradia ocorridos em todas as regiões do país²¹, o que sustenta a afirmativa de Maricato (1997) de que esta é uma realidade presente nas cidades brasileiras, não somente nas capitais, como nas cidades consideradas de nível médio ou mesmo nas pequenas.

Os movimentos sociais urbanos de luta pelo direito à moradia no Brasil evidenciaram-se na década de 1970, encontrando considerável apoio da igreja católica progressista para o andamento do processo de reivindicação. Nos anos 1980 recebeu o apoio também de sindicatos, intelectuais e organizações não governamentais o que contribuiu para que seu

²¹ Cf. XIMENES, Emília Ferreira; VELÔSO, Thelma Maria Grisi. A luta por moradia e o surgimento da Vila dos Teimosos: uma análise a partir de relatos orais. In: XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2009, Maceió - AL. Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2009; ASSAD, Tâmera Maciel. **A problemática das “invasões” na cidade e Manaus:** perspectivas de legalização fundiária à luz do Estatuto da Cidade. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/novos_desafios_tamera_maciel_assad.pdf. Acesso em 04/05/2017; TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opin. Publica** [online]. 2012, vol.18, n.2, pp.399-426. ISSN 0104-6276. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762012000200007>; OLIVEIRA FILHO, João César Abreu. A cidade de direito ao direito à cidade: movimentos sociais de luta pela moradia e a produção do espaço na cidade do Crato - Ceará. **Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 2, p. 29-48, 2013; SANTOS, Sérgio da Silva. Movimentos sociais de luta por terra e moradia em Alagoas/Brasil: luta por reforma agrária e reforma urbana.. *Revista Café com Sociologia*, v. 3, p. 92-106, Set/dez. de 2014.

campo de reivindicações fosse ampliado para, não apenas o direito à moradia, mas à cidade, à educação, transporte, enfim, a todo o ordenamento urbano. (FERREIRA, 2012). Ferreira ainda diz que:

É neste contexto que vão se inserir as lutas dos movimentos de moradia e reforma urbana tanto por políticas de habitação de interesse social voltadas para grupos autogestionários como pela radicalização da participação social nos processos de formulação e gestão das políticas públicas urbanas. (FERREIRA, 2012, p. 3).

Regina Fátima Ferreira (2012) informa que as lutas pelo direito à moradia fecundaram a formação de movimentos que tomaram dimensão nacional e se espalharam pelo Brasil. Entre os quais os mais promissores foram, a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), criado em 1989, responsável pela coleta de assinaturas que legitimou a criação do Sistema e Fundo e o Conselho Gestor de Habitação e Interesse Social no Brasil; e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), criado em 1990 por ocasião do I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, que se materializou a partir das grandes ocupações de áreas e conjuntos habitacionais urbanos deflagradas na década de 1980.

Ferreira (2012) diz que a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade, aprovado no ano de 2001, estabeleceram normativas as que visavam democratizar e regularizar as questões fundiárias rurais e urbanas e trouxeram alguns avanços neste sentido. No entanto, os anos que decorreram da aprovação dos referidos instrumentos, sem dúvida, fundamentais à democratização da moradia, mostram que a efetivação desses direitos ainda encontra-se muito aquém da realidade, visto que a formação de áreas ilegais no Brasil está diretamente relacionada ao processo excludente da urbanização e da produção de habitação pelo Estado durante todo o século XX.

Silvia Funes (2005) acredita que o acesso à moradia é um dos maiores problemas atuais do Brasil. Principalmente pela falta de boa vontade do governo para implementar políticas habitacionais que alcancem as classes mais necessitadas e desprovidas de condições para aquisição destas. Acredita também que o principal agente de exclusão territorial e degradação ambiental é a segregação espacial, a qual acarreta uma série de outros tipos de exclusão, como desigualdades e discriminações. Contribuindo para a perpetuação da desigualdade social e dificultando o exercício pleno da cidadania.

De acordo com Sheila Holz e Tatiana Monteiro (2008), o que torna ainda mais difícil ao trabalhador assalariado adquirir uma casa, com desvantagem social e de crédito devido ao baixo salário, são as especulações do mercado imobiliário capitalista. Grande parte da população brasileira não ganha o suficiente para assumir o compromisso de pagar por uma

moradia própria ou alugada, resta a opção de coabitação familiar ou a ocupação. Por outro lado, o Estado se omite de suas responsabilidades de produção de moradias populares porque o crescimento da cidade ilegal, quando as famílias se apossam da terra sem compra nem título de posse, acaba sendo bem mais cômodo para o Estado que sem necessidade de investimentos de infraestrutura legaliza a terra para os ocupantes.

Maricato (1999) argumenta que no Brasil o salário nunca levou em consideração o preço da moradia. O salário do trabalhador não inclui o custo da mercadoria habitação, fixado pelo mercado privado, conseqüentemente, mesmo os trabalhadores regularmente empregados não ganham o suficiente para pagar por uma casa. Para Maricato, se a ocupação de terras para moradia não fosse tolerada no Brasil a população pobre ficaria sem alternativa, e considerando a quantidade de famílias desabrigadas e insatisfeitas seria construída uma situação extrema, provavelmente uma situação de guerra civil. Desta feita a gigantesca ilegalidade cidadina não seria estabelecida por líderes subversivos fora da lei, mas sim por um processo de urbanização segregador e excludente.

Em virtude do exposto, conclui-se que a história do crescimento urbano brasileiro foi fortemente marcada pela desigualdade social e econômica que alijou grande parte da população habitante dos centros urbanos de diferentes direitos básicos necessários à vida nas cidades, entre os quais, o direito à moradia. Conforme Maricato (2003), o universo urbano brasileiro nas primeiras décadas do século XX, apesar de acenar com as possibilidades de avanços e modernidades em relação ao campo, não foi capaz de superar algumas características marcantes dos períodos colonial e imperial como a concentração de terra, renda e poder.

Esta herança histórica pautada na segregação e exclusão sócio territorial urbana que ampliou e adensou a periferia das pequenas e grandes cidades brasileiras se reflete na ausência ou deficiência de moradia digna para as classes subalternas contribuindo para a formação de áreas de segregação habitacional evidenciando as contradições urbanas e a necessidade de políticas públicas de habitação que amenizem tais discrepâncias.

Os debates sobre a problemática da moradia urbana criaram maior fôlego no Brasil a partir das manifestações de movimentos de reivindicações sociais das décadas de 1970 e 1980 os quais trouxeram à tona as discussões sobre os problemas causados pelo crescimento populacional desordenado e a omissão do Estado em tomar para si a resolução destes. As lutas pela moradia popular digna não envolvem somente a construção de casas para morar, mas toda a estrutura necessária para que se more com dignidade, ou seja, o acesso ao transporte, educação e saúde de qualidade, meio ambiente, trabalho e comunicação.

Apesar de a Constituição Brasileira de 1988 ter assegurado o direito à moradia como um direito social, na prática a problemática está muito aquém de ser tratada com seriedade pelos órgãos responsáveis por sua resolução. As políticas habitacionais do Estado não vêm logrando grande êxito, o que abriu espaço para que as populações atingidas por esta necessidade se organizem em busca de meios mais práticos de fazer valer o direito assegurado, através da composição de grupos populares de lutas de movimentos sociais que se estruturam em torno da questão da moradia, caso do movimento de ocupação da Fazenda Itaúna, em Parintins.

CAPITULO II – O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA TERRA E A FORMAÇÃO DO BAIRRO DE ITAÚNA I

“A organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência”. (Bernardo Mançano Fernandes).

2.1. História Oral e memórias do surgimento do Itaúna I

Neste segundo capítulo apresenta-se o caminho percorrido pelo grupo de pessoas que participaram do primeiro movimento de ocupação da Fazenda Itaúna. As informações estão baseadas nas narrativas de atores sociais convidados. Esses atores aceitaram colaborar na empreitada de reconstrução das memórias referentes ao evento no qual estiveram envolvidos por ocasião do movimento de ocupação por direito à moradia que resultou no surgimento do bairro Itaúna I.

Os referidos atores sociais são de fundamental relevância, pois o cerne do estudo está localizado exatamente nos relatos de suas experiências de vida e suas motivações para a participação no movimento. Tal característica do objeto de pesquisa conduziu à escolha da metodologia da História oral cuja aplicação é adequada porque “tem por objetivo realizar pesquisas que se constituam em fontes para o estudo da história contemporânea através de entrevistas gravadas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente”. (ALBERTI, 2011, p.155).

A história construída a partir de fontes orais pode tornar-se uma atividade muito mais democrática, menos determinista e resgatar o indivíduo como sujeito do processo histórico porque quem a produz o faz a partir das palavras dos que vivenciaram e participaram de um determinado acontecimento, a partir de suas percepções e memórias individuais, de sua forma de reinterpretação do passado vivido, ou seja, apresenta-se como “uma alternativa à história oficial”. (FREITAS, 2003, p.83).

O evento em estudo é bastante recente, outro motivo que contribuiu para a escolha em se trabalhar com a metodologia da História Oral para empreender as reflexões que se pretende. Conforme Freitas (2003), utilizando como instrumento a voz dos próprios protagonistas a História Oral tem prestado grandes contribuições para a reconstrução do passado recente de muitos povos, “pois o contemporâneo também é história”. (FREITAS, 2003, p. 47.).

Conforme José Carlos Meihy (1996), o terreno percorrido pela História Oral é ainda muito novo e ela apresenta-se de forma dinâmica e criativa. Realidade que impõe certas

dificuldades para que se possa conceituá-la com objetividade. O que pode ser afirmado é que se trata de um expediente moderno utilizado com a finalidade de “elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos” (MEIHY, 1996, p.13)

Para este trabalho de pesquisa, nos apropriamos da modalidade acima citada por entendermos que corresponde com mais fidelidade aos procedimentos assumidos no decorrer do trabalho empreendido uma vez que o escopo do mesmo refere-se a um processo social contemporâneo em que a maioria dos principais atores envolvidos ainda vive no local e possui lucidez para partilhar suas experiências. De acordo com Verena Alberti:

A história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas *contemporâneos*, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. E claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 1990, p.4).

O procedimento metodológico utilizado pela História Oral está baseado no registro de narrativas das impressões, vivências e lembranças de sujeitos que concordam em conceder as entrevistas para compartilhar suas memórias com o pesquisador. Por argumentação a História Oral é permeada de subjetividades porque trabalha a partir das informações selecionadas pela memória de quem as socializa. Daí este método ter sofrido algumas críticas a respeito da possibilidade de “distorções” da memória, que poriam em dúvida os relatos do entrevistado. No entanto, segundo Verena Alberti (2011) considera-se que a análise das “distorções” citadas “pode levar à melhor compreensão dos valores coletivos e das próprias ações de um grupo. É de acordo com o que se pensa que ocorreu no passado que se tomarão determinadas decisões no presente”. (ALBERTI, 2011, p.166-167).

Conforme Alessandro Portelli (2006), as fontes orais, como todas as outras fontes históricas, documentais ou não devem ser submetidas a análises críticas e metodológicas obedecendo a procedimentos criteriosos. Porém, a riqueza das fontes orais consiste em que elas sejam capazes de revelar as intenções contidas nas ações, o imaginário dos sujeitos, os pensamentos e as mentalidades, as experiências vividas. Para o autor, as fontes orais são subjetivas, mas possuem riquezas de dados que os documentos escritos não são capazes de conter.

A História Oral nesta pesquisa nos oportuniza realizar registros e análises sobre o acontecimento em estudo, visto que as informações colhidas junto aos colaboradores

certamente não encontrarão espaço nos documentos da história oficial do município de Parintins. Tais informações, como já afirmado, são frutos da oralidade e da seleção de memória dos colaboradores, por isso se faz necessário realizar breve reflexão a respeito do entendimento do que é e como funciona a memória.

Michel Pollak (1992), afirma que a memória é um fenômeno de reconstrução coletivo construído social e individualmente, é uma construção do passado que se realiza no presente e por se tratar de uma construção envolve um processo de escolha parcial e seletivo que sofre constantes flutuações e mutações.

Para Pollak (1992), a memória pode estar baseada em fatos reais, a partir de experiências vividas diretamente pelo indivíduo ou grupo, mas também pelas experiências herdadas, apreendidas pelo indivíduo a partir da socialização destas, e mesmo as experiências diretas do indivíduo ou grupo podem ser alteradas quando registradas em forma de lembranças não correspondendo totalmente aos acontecimentos reais, porque a memória do passado se reconstrói a partir das necessidades individuais e coletivas do presente.

Ao se trabalhar com História Oral não se deve perder de vista sua subjetividade porque se trabalha com a memória, e esta, “é objeto de contínua negociação”, de tal forma que se pode falar de “uma história das memórias de pessoas ou grupos” e que existe mesmo uma disputa para definir que memórias prevalecerão em um determinado grupo, ou comunidade ou nação, pois estas memórias serão importantes para que se conheça esse mesmo grupo. (ALBERTI, 2011, p. 167). Segundo Verena Alberti:

A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela [a memória] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, continuidade e de coerência – isto é, de identidade (ALBERTI, 2011, p.167).

Os relatos aqui construídos narram práticas de pessoas comuns, experiências particulares e coletivas, dificuldades, lutas e conquistas e não têm a pretensão de propor soluções, acusações ou defesas. Sobretudo, são conscientes de que em se tratando de História, não existe uma verdade absoluta, mas que, dependendo do lugar social em que a pessoa se encontra, é possível construir leituras diferentes sobre um mesmo acontecimento.

O que se pretende é compreender a partir das narrativas dos colaboradores o que os motivou a construir um movimento de ocupação de terras para fins de moradia em Parintins, mesmo admitindo que não nos seja possível apresentar uma análise definitiva que encerre a matéria.

A real situação é que a utilização desigual de terras, com alguns poucos concentrando enormes porções em suas mãos enquanto grande parte da população é tolhida em seu direito à propriedade já acarretou muita tensão em todos os lugares e épocas da história humana. Fatos desta natureza ocorreram e ocorrem constantemente, embora seja possível relacionar um número considerável de pessoas ou grupos que lutam para que se realize uma ruptura nessa estrutura que cada vez evidencia mais a desigualdade entre os homens.

Essa ruptura, no entanto, nunca foi e talvez nunca venha a ser pacífica. No Brasil, os mártires da terra são incontáveis, pois, “são enormes os desafios que se colocam, hoje, na sociedade brasileira, para a trajetória de construção de uma democracia que se pautela pela conquista dos direitos de cidadania”. (SILVA, 1995, p.56).

Ao se referir às lutas pelo direito a terra no Brasil, Maria Aparecida de Moraes Silva, autora de *A luta pela terra: experiência e memórias* (2004), deixa claro que essas lutas tiveram início nas áreas rurais, migrando para as áreas urbanas, principalmente em meados do século XX quando pequenos proprietários, forçados pelo desenvolvimento, mudaram-se para os centros urbanos, visto que suas terras passaram a pertencer a posseiros e grandes empresários latifundiários, o que acarretou variados problemas sociais de enfrentamento, entre estes e os articuladores de políticas de conquista do direito à moradia. (SILVA, 2004). Para a autora:

A ideologia desenvolvimentista iniciada nos finais da década de 50, durante o governo de Juscelino Kubitschek, e consolidada durante o regime militar pelo autoritarismo, foi responsável pelo aumento da concentração fundiária e da apropriação de terras pelas empresas nacionais e multinacionais (SILVA, 2004, p. 40-41).

A realidade exposta deu início a um processo de migração que obrigou um considerável número de pessoas a se deslocar das áreas rurais para as cidades em busca de melhores condições e alternativas de vida para si e suas famílias. A cidade, à primeira vista, parece ser a melhor alternativa por ter sua imagem associada ao desenvolvimento cultural e econômico, realidade nem sempre comprovada, porque cresce de forma desordenada criando o problema da desigualdade urbana e acentuando a distância entre os mais abastados e os menos favorecidos a partir da construção de muros visíveis e invisíveis. (SILVA, 2004).

Na maioria das vezes, as famílias migram para a zona urbana nem tanto atraídos pelas aparentes melhorias que pretendem alcançar, mas principalmente, por não conseguirem mais conviver com as dificuldades que se impõem no campo, pois “a fuga para as cidades é, em

geral, considerada muito mais como o resultado de um *push* rural do que de um *pull* urbano”. (CASTELLS, 2004, p.85).

Estabelecida na cidade, essa população advinda do campo vê-se envolvida por novas dificuldades que precisam ser superadas. Entre as mais diversas estão a manutenção dos serviços básicos necessários à vida urbana como a obtenção de salário para pagamento de serviço de energia elétrica, água, saúde, educação e moradia, esta última com maior peso monetário, traz ainda a sensação de que o indivíduo está sujeitando-se a outro, o proprietário do imóvel, subjugado a mensalmente repassar para suas mãos boa parte do dinheiro ganho pela família.

Essa circunstância é que, na maioria das vezes, anima tais pessoas a criarem ou participarem de movimentos que lutam por uma reforma urbana que gere mais cidadania ao povo marginalizado como a ocupação de terras visando garantir maior visibilidade para suas causas e viabilizar a negociação com o Estado para atingir assim seus objetivos.

A luta por moradia sempre foi um assunto complexo e controverso. No contexto em que se considerou realizar estes estudos, Parintins, município amazonense, localizado a 367 km da capital, Manaus, até o ano de 1991 havia uma área de terras que se constituía em um castanhal pouco explorado, conhecido pelos parintinenses como “Fazenda Itaúna” pertencente ao empresário Paulo Corrêa, que morava em Santarém, no Pará. Área de floresta, de ambiente alagadiço e com formações secundárias²² em capoeiras, cortada por vários riachos que serviam de refúgio para grupos de pessoas que nos fins de semana para lá se dirigiam com finalidade de lazer.

No dia 24 de janeiro de 1992 aproximadamente 600 famílias lideradas por Everaldo Batista²³ se apossou das terras do Itaúna e em vinte e quatro horas cerca de mil famílias estavam instaladas na área.

²² **Floresta secundária** é uma floresta ou mata que se tem recultivado após uma grande perturbação, como fogo, corte de madeira ou devido ao vento, por um período longo o suficiente para que os efeitos da perturbação já não sejam evidentes. In: ROSENTHAL, Elisabeth. "New Jungles Prompt a Debate on Rain Forests". **The New York Times**, New York, January 29, 2009, Science: Page 1. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2009/01/30/science/earth/30forest.html>. Acesso em dezembro de 2016.

²³ Everaldo Silvério Batista Coelho, 56 anos, autônomo, nascido em Parintins, considerado um dos principais líderes do movimento da primeira ocupação da Fazenda Itaúna. Foi vereador por dois mandatos (de 1993 a 1996 e de 2013 a 2016). Na ocasião da entrevista ocupava o cargo de presidente da Câmara Municipal de Parintins. A entrevista foi realizada pela pesquisadora na sala da presidência da Câmara Municipal de Parintins em 21/08/2016.

2.2 O nascimento da ideia.

O acelerado crescimento populacional urbano em Parintins, como no Brasil, proporcionou o surgimento de bairros periféricos gerando um tipo de expansão territorial excludente dos pobres dos centros urbanos para áreas mais afastadas, menos atingidas pela assistência básica governamental. Este crescimento encontra-se historicamente atrelado ao desenvolvimento do capitalismo industrial. (ENECOM²⁴, 2011).

A formação do bairro de Itaúna I, em Parintins, é exemplo do processo acima citado. O evento ocorreu em 24 de janeiro de 1992 quando liderados por Everaldo Batista um grupo de aproximadamente 600 famílias ocuparam as terras da fazenda Itaúna, e ao final do processo de ocupação, já havia cerca de cinco mil famílias na área.

Informações colhidas junto aos participantes do movimento esclareceram que a ideia de ocupação nasceu a partir da necessidade de um grupo de pessoas residentes no bairro de Palmares, que buscavam uma solução para a situação em que viviam, morando no fundo do quintal de outrem ou pagando aluguéis que já não conseguiam manter.

Os referidos moradores conversavam sobre suas necessidades, mas principalmente sobre as dificuldades financeiras ou de convivência que estavam experimentando devido ao fato de não possuírem casa própria e por esse motivo eram obrigados a pagar aluguéis ou conviver com familiares em casas fisicamente desestruturadas, desapropriadas para moradia de até três ou quatro famílias.

De acordo com Ambrósio Firmino²⁵, 63 anos, uma das primeiras pessoas a se envolver no movimento que deu origem à ocupação do bairro de Itaúna I, este havia montado um pequeno bar em uma casa alugada na Rua Paraíba, bairro de Palmares, lugar onde ocasionalmente algumas pessoas que o conheciam, ao voltar do trabalho, paravam para comprar algo ou conversar. Certo dia encontrava-se no local quando chegou Maria Santarém²⁶ e o convidou para que a ajudasse a organizar um movimento de reivindicação que os levassem a conseguir um pedaço de terra para morar. Ambrósio Firmino afirma que,

²⁴ 32º Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação – ENECOM, realizado em Belém do Pará nos dias 22 a 29 de Julho de 2011.

²⁵ Ambrósio Firmino dos Santos, 63 anos, pedreiro, natural de Santarém – PA. Um dos líderes do movimento da primeira ocupação da Fazenda Itaúna. Foi o primeiro presidente da Associação de Moradores do Bairro de Itaúna I. A entrevista foi realizada pela pesquisadora em uma sala da Universidade do Estado do Amazonas em 28/05/2016.

²⁶ Maria Santarém Gama, 60 anos, cozinheira marítima, natural de Juruti Velho – PA. Uma das principais lideranças do movimento da primeira ocupação da Fazenda Itaúna. Considerada idealizadora do movimento da primeira ocupação da Fazenda Itaúna. A entrevista foi realizada pela pesquisadora na residência da colaboradora em 20/08/2016

Ela veio comigo lá no bar, ela disse, Ambrósio o fulano de tal, não lembro o nome dele mais, disse por que a gente não invade um terreno? Uma conversa que a gente tava levando numa brincadeira, mas em seguida nós paramos pra pensar assim, sabe que na cidade grande os bairros todo é desse jeito? Ai o Joca, outro companheiro, que morava próximo, disse, eu topo. Ai veio a Maria do Desterro, ela disse, eu também topo e, veio a dona Fátima e disse, eu topo também. Formou aquele grupo ali naquela conversa. (Ambrósio Firmino, 63 anos, Entrevista, 2016)

Nas falas do colaborador, percebe-se que ele e muitas outras pessoas entendem que muitas cidades brasileiras possuem bairros originados de invasões. Tomando por exemplo a cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, verifica-se que nela existem muitos bairros que se originaram de invasões de terra entre os anos 1960 e 2000 como os bairros “Compensa, Santo Agostinho, Alvorada, [...] Coroadó, Zumbis, Tancredo Neves, Santa Inês, Armando Mendes, Mutirão [...]”. (ASSAD, s/d, p.10). A notícia da ocupação desses bairros pode ter influenciado muitos amazonenses, assim como o conhecimento de ocupações em outros lugares do Brasil.

Outra pessoa que fez parte do movimento autodenominado Sem Terra de Parintins desde sua origem foi Maria do Desterro²⁷, 58 anos. Ao nos relatar como surgiu a ideia da ocupação da fazenda Itaúna, esta explica que,

Eu morava alugada na Santa Clara, na Quinta da Boa Vista um dia eu vim passear na casa da minha prima que é a Maria Santarém, aqui no Palmares. Ela disse assim, pô mana vamos fazer uma invasão? A gente não tem casa, eu não tenho casa, tu não tem casa, a gente não tem terreno... Vumbora juntar um monte de gente que não tem casa pra fazer uma invasão? Eu disse vumbora, aí nós saímos procurando as pessoas que não tem casa foi quando nós encontramos o Ambrósio, aí nós convidamos o Ambrósio, ele aceitou nossa proposta. Aí começamos a reunir o povo indo de casa em casa de quem não tinha terra, quem morava junto com pai, quem morava junto com sogra, quem morava alugada, então assim a gente foi reunindo as pessoas. (Maria do Desterro, 58 anos, entrevista, 2016)

Com diferentes contextos e necessidade de moradia que os unia em torno de um objetivo comum, o grupo foi se organizando. Para Ferreira e Veloso, autoras do artigo *A luta por moradia e o surgimento da Vila dos Teimosos: uma análise a partir de relatos orais* (2009), “a legitimidade do movimento vai sendo construída a partir do que se faz para conseguir o espaço de moradia e as condições sociais que levam os sujeitos a participarem dos movimentos”. (FERREIRA E VELÔSO, 2009, p.6).

Conforme Ambrósio Firmino e Maria do Desterro ambos foram convidados para integrar o primeiro grupo dos ocupantes da fazenda Itaúna por Maria Santarém. Ao ser

²⁷ Maria do Desterro Teixeira Roberto, 58 anos, feirante, natural de Parintins. A entrevista foi realizada pela pesquisadora no local de trabalho da colaboradora em 18/06/2016.

questionada a respeito da origem do movimento, Maria Santarém respondeu que em 1991 trabalhava como cozinheira em um barco que fazia viagens para Belém, no Pará, estava separada do marido e morava com os filhos em uma casa alugada no bairro de Santa Clara, mas seu salário não supria todas as suas despesas de forma que em uma de suas viagens, quando esta chegou em casa a proprietária do imóvel havia despejado seus filhos, este fato lhe marcou profundamente e desde então ela procurava uma solução para essa sua necessidade.

Por ocasião do início do movimento de ocupação, Maria Santarém, 60 anos, informa que se encontrava morando em uma casa cedida pelo senhor Chiquinho Picanço até que ela conseguisse pagar um aluguel ou ele precisasse da casa. Quanto ao surgimento da ideia de ocupação, Maria Santarém diz,

Olha pra falar a verdade eu não sei, eu acho que foi Deus que me deu essa ideia, foi Deus porque outro não foi, nós vamos invadir em Parintins. Às vezes a gente ouvia falar que invadiam em Manaus né, mas eu nunca vi, nunca estive numa invasão, nunca acompanhei uma invasão... Foi Deus mesmo! (Entrevista, 2016).

A colaboradora Maria Santarém atribui o surgimento da ideia de ocupação da Fazenda Itaúna a uma inspiração divina porque, segundo a mesma “outro não foi”, mas ao mesmo tempo afirma já ter ouvido algumas vezes que em Manaus estavam havendo “invasões” de terra com fins de moradia. A fala da colaboradora demonstra a formação religiosa que a faz crer em uma intervenção divina em favor de sua causa.

No entanto, não se exclui o fato de que tinha acesso às informações sobre as ocupações que ocorriam em Manaus e no Brasil todo que são anteriores a ocupação da Fazenda Itaúna, pois, conforme Oliveira Filho (2013, p.37), “no início da década de 80, algumas expressões dos movimentos sociais desapareceram ou enfraqueceram diante das políticas sociais implantadas pelo Estado. Outros se fortaleceram como é o caso da luta pela moradia”.

Os relatos dos participantes da ocupação da fazenda Itaúna direcionam para que se pense que o movimento nasceu de uma proposta que inicialmente parecia algo inalcançável, mas que encontrou respaldo junto aos que compartilhavam do desejo de possuir uma casa própria, uma necessidade que lhes era comum. Entende-se que “a organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência. Acontece pela consciência construída na realidade em que se vive. É, portanto, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência”. (FERNANDES, 2001, p. 3).

O que desperta nas pessoas a organização de um movimento social é a existência de “situações indesejáveis”, essas situações estabelecidas por razões diversas e geralmente de

grande peso externo à vontade do indivíduo ou grupo geram grandes insatisfações carregadas de protestos e de ansiedade em encontrar resoluções definitivas sejam elas presentes ou futuras. (AMMAN, 2008).

2.3 Estratégias para fortalecer o movimento

Passados alguns dias da conversa que se desenvolveu sobre a possibilidade de se executar um movimento de ocupação por moradias em Parintins, novas pessoas foram convidadas para uma primeira reunião de organização. A reunião aconteceu em um barracão no quintal da residência da genitora de Adailton Pessoa, conhecido como Dadaia, na Rua Itacoatiara, onde residia juntamente com sua família.

Nesta reunião, ficou definida uma comissão responsável em pensar e comandar as articulações necessárias para que se desse andamento às atividades do movimento. Essa comissão foi composta pelos seguintes membros: Maria Santarém, Maria de Lourdes, Fátima Cavalcante, Ambrósio Firmino, Josinaldo Lopes, Francisco Pessoa, Vladimir Hipólito e Maria do Desterro.

Com objetivo de trazer para o movimento um número considerável de participantes e fortalecer suas reivindicações foram planejadas duas ações imediatas, a primeira foi a continuidade e assiduidade de todos nas reuniões como forma de manter o grupo coeso e bem informado, visto que nesta fase dos acontecimentos ainda não era interessante tornar público as pretensões do grupo. A segunda ação consistiu em formar algumas duplas de visitação casa a casa em busca de outras pessoas, que como eles estivessem desejando moradia própria para ingressarem na empreitada. As referidas visitas eram feitas, geralmente, por dois membros do grupo que procuravam saber de pessoas nas condições pré-estipuladas, ou seja, pessoas que não tivessem casa própria.

Ao tomarem conhecimento de alguém nas condições determinadas, uma dupla²⁸ ia até sua casa e conversava primeiro questionando sua condição domiciliar para sondar sua disposição em adquirir uma casa e, em um segundo momento, lançando-lhe a proposta de ir participar das reuniões que estavam ocorrendo. Na mesma ocasião, era preenchido um cadastro com as devidas informações necessárias e comunicado o dia, horário e local da próxima reunião.

²⁸ As duplas caracterizam-se como uma divisão feita pelos integrantes do movimento de ocupação da Fazenda Itaúna. Os colaboradores relatam que duplas iam nas casas de pessoas verificar quem necessitava de moradia. Porém, os nomes das pessoas que formavam as duplas não são relatados pelos colaboradores.

Segundo informações de Ambrósio Firmino foram visitadas e cadastradas setecentas (700) famílias com informações documentais. As fichas de cadastros eram levadas por Maria de Lourdes que as datilografava e arquivava para que a equipe tivesse a possibilidade real de calcular suas ações e possibilidades de negociação quando se tornasse necessário.

Sobre as visitas feitas pela equipe, Iolene Pereira Mendes²⁹, 50 anos, conta que morava no bairro de Palmares, no quintal de sua mãe, com o marido e os filhos, em uma casa feita de madeira doada para o seu marido por um professor para quem seu marido realizava alguns trabalhos. A casa era resultado de um desmanche que o professor solicitou ao seu marido porque o professor construiu sua casa de alvenaria e, tendo conhecimento das condições financeiras da família, doou-os esse material de sua antiga casa de madeira. Iolene contou que,

Um dia uma pessoa passou na minha casa, se chamava Ambrósio Firmino e perguntou se aquela casa era minha, eu disse que a casa era, mas o terreno era da minha mãe, a gente morava no fundo do quintal.

Ele perguntou pra mim, você gostaria de ganhar uma casa? Eu fiquei assim e disse casa? Ele disse é. Quem não gostaria de ganhar uma casa? A eu gostaria muito de ganhar uma casa!

Ele me pediu meu RG, perguntou quantos filhos eu tinha, eu disse que tinha quatro crianças, perguntou o nome do meu marido, em que ele trabalhava, eu fui respondendo e ele foi anotando, aí ele falou pra mim, então a senhora vai ganhar uma casa, mas a senhora vai assinar aqui, eu assinei e aí ele me convidou para a reunião. (Iolene Pereira Mendes. Entrevista, 2016).

Através da narrativa de Iolene podemos conhecer uma das estratégias utilizadas pelo movimento de luta por moradia que se formava em Parintins. A atitude de Ambrósio Firmino nos revela que existia uma organização não institucionalizada se constituindo conforme a necessidade inerente dos participantes do movimento, necessidade esta que precisava ser sanada.

Compreende-se que o grupo vai se organizando independentemente das ações do poder público, tomando para si a responsabilidade de tornar-se “sujeito de sua própria história” na resolução das condições de vida em que se encontravam. Para Eder Sader, autor de *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*, publicado em 1988, “através de suas formas de organização e de luta, eles alargaram as fronteiras da política. Neles apontava-se a autonomia dos sujeitos

²⁹ Iolene Pereira Mendes, 50 anos, comerciante, natural de Urucurituba. Tesoureira na primeira gestão da Associação de Moradores do Bairro de Itaúna I. A entrevista foi realizada pela pesquisadora na residência da colaboradora em 24/04/2016.

coletivos que buscavam o controle das suas condições de vida contra as instituições de poder estabelecidas”. (SADER, 1988, p.314).

Tratando-se ainda de Iolene Pereira, esta informa que só passou a ter conhecimento da situação em que seriam adquiridas as casas quando participou pela primeira vez de uma reunião do movimento em uma casa no bairro São Vicente de Paulo, a reunião ocorreu “em um quintal lotado de gente” e a partir daí aderiu ao grupo não faltando mais a nenhuma reunião. Segundo ela, a maioria dos participantes eram “mulheres guerreiras porque os esposos não aceitavam. Meu esposo dizia isso aí é só mentira, tu não vai ganhar é nada”.

Miriam Regina de Sousa Bezerra, autora da dissertação intitulada *O movimento de luta por moradia do bairro Capitão Eduardo: processos educativos resgatados pelas lembranças dos seus primeiros moradores* (2006) considera que as mulheres têm maior participação nos movimentos por moradia devido ao fato de no decorrer do processo serem capazes de construir um posicionamento político de valorização na sua participação que as faz sentirem-se sujeitos históricos e romper ou superar o lugar social de subordinação a elas atribuído. (BEZERRA, 2006).

Durante as reuniões eram feitos pronunciamentos dos líderes para estimular a confiança de todos e incentivavam as pessoas a começarem a adquirir esteio, tábuas, palha, telhas e tudo que lhes fosse útil para a construção de suas casas.

As práticas aqui descritas demonstram que o grupo que formou o movimento de ocupação da fazenda Itaúna, mesmo que, segundo eles, não tivessem a experiência de outros momentos de embate social de grande porte, criaram estratégias de luta e defesa para suas ações. Sobre essas práticas, é necessário entender que “quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de ocupar terra, desenvolve um conjunto de procedimentos que toma forma, definindo uma metodologia de luta popular. Essa experiência tem a sua lógica construída na práxis”. (FERNANDES, 2001, p.3).

2. 4 Construindo alianças: buscando legitimidade

Informações de Maria Santarém dão conta de que as visitas continuavam ocorrendo e o número de pessoas que aderiam ao projeto participando das constantes reuniões aumentava consideravelmente, preocupando-a quanto ao destino que seria dado ao movimento, até que o então vereador Valdenor Cardoso³⁰ teve conhecimento do que estava ocorrendo e mandou chamá-la para uma conversa.

³⁰ Advogado. Foi vereador da 10ª Legislatura parintinense (1/1989 a 31/12/1992).

O vereador a aconselhou a comparecer na Câmara do legislativo parintinense e apresentar as necessidades e planos do movimento para verificar se os vereadores teriam alguma proposta de resolução do problema. Ficou acertado que o vereador conversaria com o presidente da Câmara, naquele momento o vereador José Walmir³¹ e depois faria contato com ela para informar data e horário para o encontro. Poucos dias depois, foi marcado para que os “Sem Terra de Parintins” fossem ao encontro com os vereadores.

A esta altura dos acontecimentos, segundo Maria Santarém, “eu fui atrás de convidar alguém pra me ajudar porque era muita gente já e eu tava me perturbando, eu tava ficando meio atrapalhada, aí eu digo, vou atrás de uma pessoa que saiba falar”.

Na busca de encontrar alguém que assumisse a posição de falar pelo grupo, Maria Santarém, acompanhada de algumas pessoas dirigiu-se ao comitê político do deputado Raimundo Reis Ferreira na esperança de que este a ajudasse apontando alguém que fosse capaz de assumir tal função, mas que fosse de confiança. Chegando ao local, foi constatado que este não se encontrava, o que os deixou desapontados e quase sem esperanças, foi quando encontraram com Everaldo Batista.

Ao relatarem para Everaldo o motivo de ali estarem perceberam logo seu interesse pelo assunto e o convidaram para fazer parte do movimento assumindo a função de falar em nome de todos. Ao ser questionada sobre os motivos que a levaram a convidar Everaldo Batista para ajudá-la, Maria Santarém afirma que,

Eu conhecia ele porque sempre ia no comitê do Xibiu por causa de política, mas não tinha amizade, mas eu vi algumas vezes ele falando lá a favor do Xibiu, eu achei ele, assim, uma pessoa muito valente, sei lá como né? Eu disse bom esse aqui dá pra ser meu parceiro né? Ele não corre do pau, esse aí me serve, aí eu convidei ele. Ele falava, ele fazia, ele me ajudou muito e ajudou o movimento dar certo. (Maria Santarém, 60 anos, Entrevista, 2016)

Everaldo Batista, 56 anos, afirma: “na verdade a ideia não foi minha, eu abracei a ideia de outros” e conta que estava chegando ao comitê político do Raimundo Reis quando “por acaso, não sei se foi por acaso também”, ao entrar encontrou com Maria Santarém, Maria de Lourdes e Ambrósio Firmino que procuravam falar com Raimundo Reis e demonstravam estar angustiados.

Vendo que tinham urgência em querer falar, Everaldo resolveu interrogá-los para examinar se seria possível atendê-los. Na conversa, os três confidenciaram o motivo pelo qual

³¹ Laboratorista da Fundação SESP. Foi vereador e presidente da Câmara no segundo biênio da 10ª Legislatura parintinense (1/1989 a 31/12/1992).

buscavam Raimundo Reis e disseram que estavam falando em nome de algumas famílias para as quais o então prefeito de Parintins Enéas Gonçalves, durante sua campanha eleitoral, havia prometido moradia, porém seu mandato estava chegando ao final do terceiro ano e não foi cumprida a promessa. Para Everaldo, “essa promessa de moradia em tempos políticos, isso não é de agora, isso vem de muito tempo”.

Ao ouvir essa informação Everaldo ficou interessado para conferir o que estava acontecendo e aceitou fazer parte de uma reunião do grupo para ficar mais inteirado do assunto e avaliar a possibilidade de aceitar o convite a ele feito. Chegando ao local em hora marcada encontrou os citados e mais um grupo de cerca de dez pessoas que lhe narraram suas experiências e reforçaram o convite para que este se juntasse ao movimento. A partir desse encontro, Everaldo integrou-se ao grupo e afirma:

Dali em diante eu abracei essa causa, eu vi que realmente eles tinham um objetivo de lutar e eu sou uma pessoa que gosta de desafio. Eu visitei cada um na sua casa e vi, um pagava aluguel, outro dizia olha, eu não tenho mais como pagar. O desemprego era grande, como sempre em Parintins, mas eu avisei que não ia ser fácil, nós vamos lutar contra políticos, nós vamos lutar contra justiça, nós vamos lutar contra a população que não entende uma causa como essa. (Everaldo Batista, Entrevista, 56 anos, entrevista, 2016)

A entrada de Everaldo para o grupo dos autodenominados “Sem Terra de Parintins” mudou os rumos do movimento, visto que este juntamente com os membros da comissão inicial convidou o radialista Carlos Augusto das Neves³² a unir-se a eles. Carlos Augusto passou a utilizar sua popularidade frente aos programas que comandava na rádio Alvorada fazendo destes um instrumento de divulgação das ideias defendidas em sua plataforma de reivindicações.

Carlos Augusto, 49 anos, informa que a partir de sua adesão ao movimento e de suas declarações públicas onde defendia o direito à moradia para todos, divulgava que o grupo estava apenas requerendo o cumprimento de promessas eleitorais, conclamava os que não fossem proprietários de moradia a participarem das reuniões, foi chamando a atenção da equipe de jornalismo da rádio Alvorada, especialmente do diretor de jornalismo da emissora, Floriano Lins, que passou a interessar-se muito mais pelo assunto até envolver-se e acompanhar as reuniões dando cobertura jornalística.

³² Carlos Augusto de Oliveira das Neves, 49 anos, radialista, natural de Parintins. Considerado o porta voz do movimento da primeira ocupação da Fazenda Itaúna. A entrevista foi realizada pela pesquisadora na residência do colaborador em 10/05/2016.

Na concepção dos líderes iniciais a adesão de Everaldo Batista, Carlos Augusto das Neves e Floriano Lins, por se tratar de pessoas que, embora não fossem detentoras de poder político e econômico, detinham o poder da comunicação, eram bastante conhecidos e bem relacionados, o que lhes inspirou confiança e aumentou ideologicamente as possibilidades de conquista de seus objetivos.

Talvez esse aumento de possibilidades pareça apenas um detalhe para quem não viveu a experiência, mas de alguma forma contagiou os participantes do movimento saber que pessoas que não tinham necessidades comuns às suas sensibilizaram-se com a sua causa e se propuseram a lutar com eles.

Não é simples para ninguém aceder a um movimento de ocupação, pois se trata de uma decisão que acarretará transformações profundas de vida, daí a necessidade que têm os participantes de acreditar que seus líderes são capazes de cumprir com sucesso seu papel de liderança. (FERNANDES, 2001).

2.5 Itaúna I, o bairro da promessa?

No Brasil tradicionalmente em épocas de campanhas eleitorais os candidatos aos diversos cargos políticos criam e divulgam em seus discursos plataformas de trabalho com propostas e promessas de que se eleitos transformarão para melhor as vidas dos cidadãos de suas localidades. É notório também que as promessas feitas em período de campanha são tão efêmeras quanto o próprio período.

Ao tratar da questão de ocupações por moradia nas cidades brasileiras, mais especificamente em São Paulo, Ermínia Maricato (2003), defende que as instituições públicas brasileiras, principalmente as municipais, fazem “vista grossa” para as ocupações ilegais. Pois estas acabam exercendo dupla função que alimenta o capitalismo, a de preservar na área urbana um contingente populacional como “exército de reserva” e porque, ao ocupar uma área urbana, na maioria das vezes, os segregados urbanos aceitam pequenas melhorias. Fato que não os obriga a implementar uma urbanização profunda o que acalma os ânimos da luta de classes e aumenta o poder de voto de políticos já instalados no poder pelas elites. Segundo Maricato,

A lógica concentradora da gestão pública urbana não admite a incorporação ao orçamento público da imensa massa, moradora da cidade ilegal, demandária de serviços públicos. Seu desconhecimento se impõe, com exceção de ações pontuais definidas em barganhas políticas ou períodos pré-eleitorais. Essa situação constitui, portanto, uma inesgotável fonte para o clientelismo político (MARICATO, 2003, p.157).

Informações concedidas por colaboradores desta pesquisa nos dão conta de que os motivos que levaram à organização do movimento de ocupação da fazenda Itaúna foram, além da necessidade de moradia, a cobrança de promessas feitas em tempos de campanha eleitoral. Essa prática é ilegal e passível de penalidades segundo o Código Eleitoral³³, Lei nº. 4.737/1965 que classifica como crime a compra de votos, no artigo 299, procedimento que se tornou comum em todos os tempos e espaços deste imenso Brasil.

Entre os colaboradores, Maria do Desterro foi a única a afirmar desconhecer a existência da promessa política de moradia que não foi cumprida, ela afirma que se houve esta promessa, não pode confirmar porque nunca ouviu falar este assunto nos encontros em que participou. Sua afirmação pode ser compreendida a partir das reflexões de que a memória é uma construção social, mas o sujeito é capaz de administrar as influências exteriores e construir suas próprias recordações. (POLLAK, 1992).

É salutar que se recorra ao argumento de que o referido estudo não pretende desenvolver uma visão maniqueísta dos acontecimentos ou das pessoas neles envolvidas, mas contá-los a partir da experiência dessas pessoas.

Carlos Augusto das Neves relata que ao concordar em participar do movimento fez uma série de perguntas para inteirar-se da situação em que se encontravam as atividades e planejamentos do grupo. Um dos questionamentos feito por ele aos líderes foi justamente se eles tinham em vista a terra a ser ocupada, a resposta que recebeu foi que a terra seria “a área atrás do bairro São Francisco” e justificaram que a terra teria sido escolhida devido ao fato de estar contínua a um pequeno loteamento feito pelo prefeito da gestão anterior, Gláucio Bentes Gonçalves.

Algumas pessoas afirmavam ter em sua posse documentos denominados por eles de requisição que teriam sido entregues, pelo então prefeito de Parintins Enéas Gonçalves, com a promessa de que em sua gestão seria realizada a distribuição de terreno com a finalidade de construção de moradia e quem portasse uma dessas requisições seria agraciado com um terreno. Para Carlos Augusto essa notícia se propagou e mesmo os que não eram portadores de uma requisição tinham a esperança de ganhar um terreno.

³³ Para Speck (2003) o Código Eleitoral de 1965 (Lei 4.737) reconhece como propaganda ilegítima aquela que "implica em oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza" (Art. 243, V) e imputa a penalidade de reclusão de até 4 anos e o pagamento de 5 a 15 dias-multa (Art. 299). A referida pena também é predita no Artigo 301 em caso de coação ou ameaça ao eleitor no intuito de direcionar seu voto para determinado candidato. Também é coibido pela legislação a compra de votos através de favores administrativos, presumindo pena de detenção de até 6 meses e o pagamento de 60 a 100 dias-multa, de acordo com o Artigo 300. Na Lei Eleitoral de 1997 (Art. 73 a 78) estão explicitados os procedimentos vetados em relação aos votos (SPECK, 2003).

O colaborador lembrou-se ainda que o ex-prefeito de Parintins Gláucio Gonçalves³⁴ havia construído algumas casas em madeira, pequenas casas, no bairro de São Francisco, e doado para um pequeno número de famílias. Ele acredita que esse fato também serviu para alimentar a ideia de ganhar do executivo municipal uma casa própria. Carlos Augusto diz que,

Eles apresentaram essas requisições como motivo de existir a ocupação, o movimento dos sem terra de Parintins nasceu exatamente por conta dessas requisições que foram prometidas e não foram cumpridas com as pessoas, porque isso foi em 88, nós estávamos no ano de 1991, ou seja, três anos haviam se passado e eles não cumpriram a promessa. Aquelas requisições andavam circulando na mão de muitas pessoas. (Carlos Augusto, 49 anos, Entrevista, 2016).

Ambrósio Firmino conta que, apesar de a ideia inicial da ocupação ter surgido de uma conversa sem grandes pretensões a existência das requisições e as visitas realizadas nas casas os uniu a outro grupo de pessoas para as quais havia sido prometida a moradia durante a campanha do então prefeito Enéas Gonçalves.

As pessoas às quais se refere eram famílias que receberam as tais requisições, mas ficaram sem casa por ocasião da distribuição das mesmas no bairro de São Francisco, durante a gestão municipal de Gláucio Gonçalves e viviam em terrenos alagadiços localizados nas cercanias do bairro. Conforme Ambrósio:

Esse povo juntou conosco porque eles tinham umas requisições que o prefeito da época dava, olha eu vou construir casa popular pra vocês morarem, eu consegui treze requisições, isso serviu como documento, foi provado. Dizia fulano de tal você vai ser contemplado por uma casa. Era um jogo político, isso aí quando chegava próximo à eleição era muito usado. Eu consegui treze, então nós provamos que havia promessa de o Itaúna ser desapropriado. (Ambrósio Firmino, 63 anos, Entrevista, 2016).

Iluio Temples³⁵, 66 anos, diz que foi convidado para fazer parte do movimento de ocupação do Itaúna quando morava em uma área alagadiça perto do Itaúna, segundo ele, houve dois principais motivos para a ocupação, o primeiro foi mesmo a carência de teto “a cidade estava cheia de gente e todo mundo morava amontoado”, mas “o motivo mais grave mesmo foi a falta do cumprimento da promessa de casa própria”.

Ao abordar o assunto das requisições, Maria Santarém diz que o plano da ocupação antecede ao aparecimento das requisições, mas admite que a partir de quando se unem com as

³⁴ Gláucio Bentes Gonçalves: prefeito de Parintins por duas gestões (1969-1973 e 1983-1988).

³⁵ Iluio Temple da Silva, 66 anos, agricultor e pescador, natural de Parintins. Entrevista realizada pela pesquisadora na residência do colaborador em 07/06/2016.

famílias que diziam ter as requisições que lhes daria direito a uma moradia, essa ideia se fortaleceu e adquiriu novos adeptos. Ela afirma que:

Eu sabia que o prefeito tinha dado para várias pessoas um papelzinho dizendo que se ele fosse eleito, que se ele ganhasse, ele daria um lote de terra no Itaúna, aí eu saí procurando e encontrei no bairro de Itaquatinga três pessoas que tinham. Então eu peguei o papel e levei para provar que ele tinha prometido. Aí eu digo agora nós vamos invadir. (Maria Santarém, 60 anos, entrevista, 2016).

A existência das chamadas requisições, para a maioria dos entrevistados foi a motivação ou a mola propulsora para que ocorresse o processo de ocupação da Fazenda Itaúna, trata-se de uma fala consensual e recorrente em suas narrativas, o que nos conduz à refletir novamente sobre a construção da memória coletiva na visão de Pollak, quando afirma que a constituição da memória envolve não somente as experiências vividas, mas também, as experiências herdadas, aprendidas, transmitidas pelo grupo com o objetivo de criar uma identidade. (POLLAK, 1992).

Pollak (1992) defende a ideia de que memória e identidade estão sempre vinculadas, o que pode gerar situações de conflito, visto que ambas são construídas socialmente e a memória, mesmo sendo uma reconstrução do passado, se estabelece a partir dos interesses e inquietações do indivíduo ou do grupo no presente, havendo necessidade de concordância das lembranças para que seja estabelecido um patrimônio comum de recordações.

Em entrevista concedida à pesquisadora, o ex-prefeito Enéas Gonçalves Sobrinho afirma que por ocasião de sua primeira campanha para ocupar o executivo parintinense (1988) nunca prometeu desapropriar as terras da Fazenda Itaúna para distribuir aos prováveis eleitores. Conforme o colaborador:

Eu nunca falei isso em campanha nenhuma política, isso não procede, e quem falou isso está sendo irresponsável pra dizer isso, porque eu nunca falei em campanha. Olha! A fazenda Itaúna nem se tocava naquela altura do campeonato, não se falava, na verdade em invasão na qual o Itaúna, foi uma questão, eu diria fomentada pela necessidade do povo que aumentou a população de Parintins, e era justo que se buscasse, aquela fazenda estava ali desabitada, estava ali é..., não estava servindo pra nada, não tinha nada ocupacional que pudesse dar rendimento pra população, pra alguém [...]. A eleição minha de prefeito, eu falei de ideias pro município de Parintins [...]. Então eu não fiz uma campanha de promessas mirabolantes, eu fiz sim uma promessa de pé no chão, porque foi uma eleição dura [...], 302 foi a diferença minha pro Gerson Teixeira “O Piraíba”. Então eu fui um candidato em cima da hora, eu não fiz promessas e nem tinha o porque fazer promessas de Itaúna, não!.. (Enéas Gonçalves, 61 anos, Entrevista, dezembro de 2016).

Quando se trabalha com a metodologia da História Oral faz-se necessário ter bem claro que a pessoa que colabora concedendo ao pesquisador suas experiências, suas

memórias, o fazem a partir de suas impressões dos acontecimentos. Portelli (1998), afirma que as fontes orais são importantes porque revelam as intenções no interior dos acontecimentos. Revela crenças, mentalidades e imaginário de quem fala.

As narrativas orais são fruto da seleção e produção de memória de sujeitos diferentes, estejam eles inseridos no mesmo grupo ou não. As experiências são individuais, desta feita, sempre haverá menores ou maiores desconexões em suas narrativas, podendo haver inclusive conflitos. Essa constatação de forma alguma desqualifica a História Oral.

Para Portelli são exatamente as contradições que legitimam sua afirmativa de que a História Oral é a representação da realidade humana, “não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que pedaços são diferentes, porém formam um todo coerente depois de reunidos” (PORTELLI, 1997, p.16).

No decorrer da pesquisa não foi detectado nem uma das requisições, os colaboradores explicaram que decorridos 24 anos não têm mais conhecimento do destino das mesmas, mas de qualquer forma essa história ficou marcada definitivamente na memória da maioria dos colaboradores e na história do bairro, visto que este, a princípio recebeu simultaneamente dois nomes dados pela própria população que o ocupou, Bairro da Promessa e Bairro da Conquista.

Independentemente do nome que ficou Itaúna, o bairro de Itaúna I se formou em um momento de decisão das classes menos favorecidas de Parintins que lançaram mão de todas as formas de lutas e resistências para conquistar um direito constitucionalmente adquirido, mas constantemente negligenciado pelo governo em todos os seus níveis.

O bairro pode ter sido pensado a partir de promessas eleitorais ou simplesmente da necessidade de excluídos urbanos, mas não resta a menor dúvida de que sua ocupação foi consequência de uma dura conquista engendrada por pessoas que tomaram a decisão de superar todas as formas de desapropriação e falta de oportunidades de direitos urbanos, mesmo que para isso entrassem na esfera da ilegalidade. Sobre o exposto, “a ilegalidade é sem dúvida um critério que permite a aplicação de conceitos como exclusão, segregação ou até mesmo de *apartheid* ambiental” (MARICATO, 2003, p.153).

Ambrósio Firmino informa que, como parte das estratégias para serem ouvidos e terem seu direito à moradia conquistado os líderes do movimento planejaram uma série de ações a partir de outubro de 1991, começando pelas manifestações nos meios de comunicação onde procuravam sensibilizar a sociedade parintinense através de informações, justificativas e

apelos. A rádio Alvorada tornou-se um instrumento útil com a presença de Floriano Lins³⁶ e Carlos Augusto.

Maria do Desterro afirma que, em caminhada com cartazes, faixas e palavras de ordem dirigiram-se à Câmara Municipal para contato com vereadores³⁷ na tentativa de terem suas reivindicações atendidas sem que para isso fosse necessário realizar a ocupação de forma desordenada, segundo os líderes. A caminhada até a Câmara serviu para que fossem informalmente ouvidos pelos vereadores, mas não houve nenhum movimento dos edis³⁸ no sentido de resolução do problema exposto.

De acordo com Maria Santarém, marcaram audiência com o prefeito, à época, Enéas Gonçalves Sobrinho³⁹. Com quem segundo os mesmos conversaram amigavelmente, receberam a promessa de que o prefeito entraria em contato com o então governador Gilberto Mestrinho para juntos buscarem uma solução ao impasse. Nessa reunião⁴⁰ lhes foi solicitado pelo prefeito que fizessem um levantamento de quantas famílias se encontravam sem moradia. A lista composta por 656 famílias foi entregue ao prefeito que lhes informou que seria feito um levantamento no setor de terras do município para checar se as pessoas listadas não eram proprietários de terra e para aguardarem as negociações do prefeito com o governador.

Ao ser questionado em relação à audiência citada pelos outros colaboradores, onde o prefeito Enéas Gonçalves teria proposto o levantamento das famílias interessadas em terras para moradia e a espera dos mesmos por uma negociação do prefeito com o então governador Gilberto Mestrinho no sentido de resolver o problema exposto, o prefeito Enéas Gonçalves nega que tenha acontecido tal audiência.

Enéas informa que tinha conhecimento de que estavam acontecendo “reuniões inclusive com algumas tonalidades políticas que vinham de pessoas que pretendiam ser candidatos a prefeito e a vereador em Parintins, visto que, 1992 era um ano de eleições⁴¹”. Afirma ainda que nunca tomou conhecimento de caminhadas ou qualquer outro tipo de

³⁶ Diretor de jornalismo do Sistema Alvorada de Comunicação no período da ocupação da Fazenda Itaúna. A Rádio Alvorada pertence à Diocese de Parintins.

³⁷ Entrevistas com Maria Santarém, Maria do Desterro e Ambrósio Firmino.

³⁸ Vereadores da 10ª Legislatura (1/1989 a 31/12/1992): Francisco das Chagas Ribeiro, José Waldir Martins de Lima, José Teixeira Barros, José Otávio Novo Façanha, Wilma de Freitas Ribeiro, Luiz Pereira de Souza, Eduardo França Lessa Junior, Iranildo Nóbrega de Melo Azedo, Valdenor Pontes Cardoso, Flávio Roberto do Amaral Vieira e Osório Nóbrega de Oliveira (SAUNIER, 2003).

³⁹ Enéas de Jesus Gonçalves Sobrinho, advogado, 61 anos, natural de Parintins. Prefeito de Parintins por duas gestões (de 1989 a 1992 e de 2001 a 2004). Em sua primeira gestão ocorreu a primeira ocupação da Fazenda Itaúna. Entrevista realizada pela pesquisadora na residência da genitora do colaborador em 05/12/2016.

⁴⁰ Entrevistas com Ambrósio Firmino e Maria Santarém.

⁴¹ Enéas de Jesus Gonçalves Sobrinho. Entrevista realizada pela pesquisadora na residência da genitora do colaborador em 05/12/2016.

manifestação dirigida à Câmara Municipal de Parintins com fins de solicitação de desapropriação de terra para moradia.

Novamente se recorre ao auxílio da metodologia da História Oral para compreender que as distorções que surgem em uma pesquisa que valoriza diferentes vozes de pessoas que se posicionam em lugares sociais distintos não abalam a confiabilidade do trabalho em si porque, “não há mentiras em narrativas. Pelo contrário, as versões dos fatos, legítimas ou não são o que mais interessa. Ou – pergunta-se – a vida social é feita só de verdades e fatos objetivos, comprováveis?” (MEIHY, 2011, p.124).

Segundo Ambrósio Firmino e Maria Santarém, o tempo passou, ocorreram as festas natalinas e de fim de ano e nenhum comunicado chegou de como andavam as negociações sobre a possível desapropriação de terras a serem distribuídas, como lhes havia sido prometido. Maria Santarém comenta que as reuniões tinham prosseguimento e os participantes demonstravam cada vez mais inquietação com a demora e o silêncio do executivo municipal. Segundo Maria Santarém:

Algumas pessoas me diziam que tinha se tornado tudo uma grande mentira, que não ia mais acontecer e eu dizia, tenham calma, nós vamos invadir se eles não negociarem com a gente. Aí nós formamos uma equipe de homens e saímos procurando a terra. Fomos na terra do seu Simão Assayag, lá era pequena, aí fomos no seu Zé Goela, não dava pra todo mundo, aí viemos no Itaúna e vimos que era esse o lugar (Maria Santarém, 59 anos, entrevista, 2016).

Enquanto esperavam a resposta, o movimento se organizava para ocupar. A área estava escolhida, mas somente os membros da comissão sabiam que esse passo havia sido dado. Um pequeno grupo escolheu a área da fazenda Itaúna à noite. No dia seguinte pela manhã toda a comissão visitou a área para avaliá-la. Ambrósio disse que lá na área todos concordaram que aquele era o lugar ideal, visto que o tamanho dava para as famílias que estavam cadastradas, a esta altura cerca de 600, e o dono da terra não morava em Parintins, eles nem o conheciam.

Ambrósio afirma que, escolhida a área a ser ocupada a equipe começou o trabalho de demarcação da terra. Durante duas semanas uma equipe de líderes do qual faziam parte, ele próprio, Josinaldo Lopes, Francisco Pessoa, Vladimir Hipólito, Adailton Pessoa e Maria Santarém passou a encaminhar-se para a fazenda Itaúna. Ambrósio informa que “nós íamos de madrugada com os colegas na poronga, na lanterna, para medir onde nós podíamos

começar a mapear de forma que a quantidade de terrenos que a gente queria desse para todos, e medimos tudo⁴².

Ao se referir a essa situação de demarcação Maria Santarém diz que quando aconteceu a ocupação a terra já estava toda demarcada, que todas as noites, durante duas semanas, por volta de uma hora da manhã uma equipe de homens e somente ela de mulher executavam o trabalho de divisão dos lotes medindo 10/30 até as cinco da manhã quando se retiravam temendo serem vistos por alguém que pudesse prejudicar seus planos. Sorrindo ao lembrar-se do passado ela fala “fizemos como foi possível, sem a experiência, não tinha área pra colégio, pra hospital, praça, não tinha área pra nada, era só pra moradia, só pra moradia!”⁴³.

Com objetivo de suprir financeiramente as necessidades mais urgentes do movimento foi organizado um bingo com prêmios arrecadados junto a empresários de Parintins em meados do mês de janeiro de 1992, enquanto isso a resposta da decisão do governador não chegava e as reuniões ficavam cada vez mais acaloradas com os participantes cobrando de seus líderes uma atitude decisiva.

No dia 21 de janeiro a equipe de comando saiu para buscar notícias dirigindo-se à Câmara Municipal e à prefeitura, porém sem obter resposta esclarecedora. Na noite do dia 23 uma nova reunião do movimento foi realizada para informar ao grupo que nada havia sido resolvido pelas autoridades, decidiu-se não mais esperar pelo governo e iniciar imediata ocupação da área da fazenda Itaúna⁴⁴.

Fernandes (2001) afirma que, geralmente, quando um grupo de famílias decide participar de uma ocupação de terras procura criar um processo de negociação com algum nível do Estado e sempre recebem promessas de compromissos assumidos que na maioria das vezes não são cumpridas, experiência que os leva a entender que são eles mesmos que devem construir as condições necessárias para a conquista de seus objetivos.

Everaldo Batista relata que as deliberações eram sempre em assembleia, que já havia acontecido a decisão de ocupação no período do ano novo, porém só apareceram cerca de trezentas pessoas e a ação foi cancelada. Na assembleia do dia 23 de janeiro estavam quase todos os cadastrados, que já passava de 1.000 pessoas, quem não estava foi avisado naquela

⁴² Ambrósio Firmino, 63 anos, entrevista realizada em 28/05/2016.

⁴³ Maria Santarém Gama, 60 anos. A entrevista foi realizada pela pesquisadora na residência da colaboradora em 20/08/2016.

⁴⁴ Maria Santarém Gama, 60 anos. A entrevista foi realizada pela pesquisadora na residência da colaboradora em 20/08/2016.

mesma noite para que estivessem no dia seguinte, 24 de janeiro logo ao raiar do dia para executarem a ocupação⁴⁵.

Carlos Augusto acredita que a decisão final da ocupação não foi de uma pessoa ou da comissão, foi o resultado da pressão dos participantes. Afirma que com a divulgação das atividades pelo rádio o movimento crescia a cada reunião e as pessoas que entravam queriam uma solução imediata para o problema.

As reuniões de famílias com a finalidade de ocupação de terra tendem a aumentar o número de participantes que rapidamente se transformam de dezenas para centenas de famílias que querem ver seu problema solucionado, conforme Fernandes “as reuniões realizadas no trabalho de base são espaços geradores de sujeitos construindo suas próprias existências” (FERNANDES, 2001, p.5).

2.6 A ocupação

Maria Santarém conta que na noite do dia 23 de janeiro de 1992 não conseguiu dormir direito pensando que estava muito próximo de conseguir seu pedaço de terra. Afirma que no dia seguinte acordou muito cedo e quase não tomou café, foi para o local de encontro por volta das seis horas da manhã e quando lá chegou encontrou algumas pessoas com terçados, machados e materiais para começar a construir seus barracos.

Ao que parece não foi marcada uma hora para a ocupação, o acordo era que todos chegassem ao ponto de encontro, a casa de Adailton Pessoa, o Dadaia, na Rua Itacoatiara, bem cedo da manhã, como muitos não chegaram, os que ali já estavam saíram pelas casas dos cadastrados para que eles se apressassem em chegar. Feita mais esta mobilização, por volta das 12 h o grupo partiu em direção da fazenda Itaúna.

O cortejo saiu da Rua Itacoatiara, bairro de São Vicente de Paulo em direção à Rua Paraíba, centenas de pessoas, homens, mulheres, idosos, jovens e crianças carregando consigo toda espécie de material e utensílios que pudessem contribuir para a construção de suas novas moradias. As pessoas que os encontravam perguntavam o que estava acontecendo? Por que tanta gente junto? Para onde estavam indo? Querendo entender a razão de tanto movimento, afinal de contas, ninguém em Parintins nunca havia visto algo parecido com o que ocorria naquele momento.

De acordo com Maria Santarém⁴⁶, ao adentrarem na fazenda Itaúna, ainda na altura da rua Paraíba, naquele trecho apenas um caminho de chão batido (**figura 2**), Everaldo pediu

⁴⁵ Everaldo Batista, entrevista, 56 anos, 2016.

para que todos parassem e fez um pronunciamento onde falou das dificuldades que passaram e das lutas que teriam que enfrentar para lograrem êxito em seu intento e perguntou ao povo se estavam mesmo decididos a tomar posse da terra, ao que o povo respondeu com gritos que sim. Foi dada a ordem para a multidão começar a limpar a área.

Figura 2 - Início da ocupação do Itaúna I.



Foto: Acervo Everaldo Batista.

Na opinião dos entrevistados participantes do movimento, a ocupação da área do Itaúna foi realizada por pessoas das classes menos abastadas que, por não possuírem casa própria, moravam em casas alugadas, junto com os pais ou sogros, e ainda por pessoas que migraram das comunidades rurais localizadas nas cercanias do município em busca de melhores condições de vida. De acordo com o 32º Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação – ENECOM:

A questão habitacional vem se constituindo em um problema significativo nas cidades, principalmente para aquelas que nos últimos anos alcançaram um notável crescimento demográfico. A formação de espaços segregados revela que as contradições urbanas colocaram na agenda do Estado a necessidade de uma intervenção por meio de uma política pública de habitação (ENECOM, 2011, p. 05).

O dia 24 de janeiro de 1992 ficou marcado na mente de Ambrósio Firmino, segundo ele, não só por ter sido o início da efetiva ocupação do Itaúna, mas principalmente pelo

⁴⁶ Maria Santarém Gama, 60 anos. A entrevista foi realizada pela pesquisadora na residência da colaboradora em 20/08/2016.

número de pessoas que rapidamente acorreram para o local, ele afirma “quando eu olhei para o fim da Paraíba era muita gente chegando e eu lembro que falei, mas de onde apareceu tanta gente?”⁴⁷.

A quantidade de pessoas que se dirigiu para a ocupação superou a contagem dos líderes e criou sérios problemas para a comissão uma vez que as demarcações feitas antecipadamente no terreno haviam levado em conta as famílias cadastradas, em torno de mil e eles estavam tendo que lidar com um número muito maior de pessoas. Para ganhar tempo na resolução do problema as famílias não foram logo assentadas em seus lotes, mas de acordo com Ambrósio “Os que estavam cadastrados estavam cientes de que nós só íamos entregar os terrenos à noite”⁴⁸.

Ao cair da noite a maioria das pessoas foi aos poucos se retirando da área ocupada, teve início o serviço de balizamento e entrega dos lotes. O trabalho aconteceu em duas frentes, do sentido da rua Paraíba para o interior do terreno Ambrósio Firmino comandava uma equipe e no sentido inverso a outra equipe era coordenada por Iluio Temples.

No dia seguinte os trabalhos continuaram e o terreno ficou novamente repleto de gente, toda a área que corresponde hoje aos bairros de Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa e União, foi tomada por pessoas oriundas dos mais diversos pontos da cidade, área urbana e área rural, que ouviram a notícia por meio dos programas de rádio, abandonaram suas terras e migraram na esperança de também conquistarem um terreno na cidade, eram agora em torno de cinco mil pessoas.

Carlos Augusto se refere a esse fato da ocupação de toda a antiga fazenda Itaúna dizendo que não imaginava que seria tão grande a área de ocupação, que o desmatamento foi muito grande. As pessoas estavam lá e queriam um terreno de qualquer maneira, mesmo aquelas que nunca haviam participado do movimento. Ele afirma que:

É claro que aquilo era um absurdo, eu digo que o movimento perdeu o controle, não tinha mais como controlar em função de que as pessoas queriam ter um pedaço de terra, pessoas que possuíam casa dentro da cidade, que tinham condições, isso acabou gerando muitos conflitos dentro da ocupação⁴⁹.

Orientados pelos líderes do movimento, as famílias ocupantes construíram barracos utilizando madeiras extraídas da vegetação local, com plástico e papelão, na tentativa de delimitar e assegurar seu espaço, temendo que outras famílias os ocupassem.

⁴⁷ Ambrósio Firmino, 63 anos, entrevista realizada em 28/05/2016.

⁴⁸ Ambrósio Firmino, 63 anos, entrevista realizada em 28/05/2016.

⁴⁹ Carlos Augusto, 49 anos, entrevista, 2016.

CAPITULO III– ITAÚNA I, SEU RETRATO, SEUS AGENTES SOCIAIS.

“Não são as estruturas que deliberam, imaginam, criam estratégias ou tomam decisões: são os atores humanos, que, navegando nas estruturas sociais, realizam essas atividades” (Brena Costa Lerbach)

3.1 Reintegração de posse

Poucos dias após a ocupação o proprietário da fazenda Itaúna, empresário Paulo Corrêa, residente no município de Santarém, no Pará, entrou na justiça com pedido de reintegração de posse que foi concedido pela juíza Denilza Maria Bezerra que ordenou a retirada dos ocupantes de toda a área.

Novas manifestações organizadas pela comissão ganharam as ruas de Parintins conclamando a intervenção dos vereadores, do prefeito e da sociedade em geral, no que foram atendidos. O prefeito Enéas Gonçalves resolveu interferir e abrir negociações com o empresário que enviou um advogado para representá-lo frente às negociações. Por seu lado a comissão também recebeu orientações e acompanhamento do advogado Wander Góes, contratado pelo então deputado estadual Raimundo Reis Ferreira.

As negociações ocorreram de forma tensa com as duas partes se recusando a ceder em suas prerrogativas, por motivo de o prefeito alegar que seria impossível para o município realizar a desapropriação de toda a extensão da área ocupada e a comissão alegar que a extensão de área delimitada pelo prefeito não seria suficiente para a quantidade de ocupantes que ali se encontravam.

O acordo não era estabelecido, o tempo passava e o empresário Paulo Corrêa pressionava a justiça pela resolução do problema até que o prefeito tomou a decisão final. A prefeitura pagaria a área que corresponde hoje ao bairro de Itaúna I e nada mais, área que vai da Rua Paraíba até a Geny Bentes, não restava mais o que fazer, uma grande parte das pessoas teriam que ser retiradas.

Figura 3 - Vista aérea dos bairros de Itaúna I, Itaúna II e Paulo Corrêa.



Foto: Acervo do fotógrafo Paulo Sicsú (2017)

Na foto acima vista aérea dos bairros de Itaúna I, Itaúna II e Paulo Corrêa. As duas vias maiores no sentido transversal são: Avenida Paraíba, em primeiro plano, dividindo em dois o bairro de Itaúna I; em segundo plano pode-se visualizar a avenida Geny Bentes, delimitando o bairro de Itaúna I com os bairros de Itaúna II e Paulo Corrêa que seguem paralelos a partir desta avenida.

Ambrósio Firmino e Iluio Temples dizem que os terrenos haviam sido divididos medindo 10/30 e só comportavam 600 famílias, mas os ocupantes estavam em torno de 5.000. Na tentativa de acomodar pelo menos os que estavam cadastrados desde o período das reuniões ficou decidido em reunião com o grupo de líderes que seriam diminuídos para 7/25. A nova medida daria para acomodar 1.200 famílias, e assim foi feito, esta foi a quantidade de lotes finais que deram início à efetivação da organização do bairro Itaúna I.

Segundo Everaldo Batista, quanto aos que estavam estabelecidos fora da área delimitada nas negociações teriam que se retirar. A juíza Denilza Bezerra expediu uma ordem de reintegração de posse para a área não negociada e determinou o tempo para que isso acontecesse. Everaldo conta que foi formada uma equipe para conversar com a juíza e solicitar um prazo mais estendido permitindo que os mesmos pudessem desmanchar suas barracas e transportar os materiais e utensílios. Esta solicitação foi atendida pela mesma.

No entanto, sem avisar nem justificar a juíza mudou de ideia e quando completou o primeiro prazo por ela estabelecido, o que estava decretado em lei, autorizou a policia que procedesse a retirada à força. Everaldo conta esse episódio afirmando que,

Foi um momento muito difícil, nós tínhamos acabado, praticamente de sair do gabinete da juíza, tínhamos ido para a área e fomos dizendo que quem estava naquela área tinha que desmanchar suas casinhas, sair dali porque era ordem judicial. Alguns não queriam, mas outros já estavam até despregando, tirando telha, palha para não perderem o material, eu não entendi porque ela mudou de ideia! (Everaldo Batista, 56 anos, entrevista, 2016)

Everaldo conta ainda que acabara de sair da ocupação quando Carlos Augusto ligou avisando que a polícia estava se preparando para ir executar a ordem de reintegração. Os dois se dirigiram ao local e avisaram aos ocupantes o que estava acontecendo.

Segundo o mesmo, ninguém que ali estava esboçou nem um tipo de reação. O padre Gino Malvestio, pároco da paróquia de São José Operário onde estava localizada a terra em questão e que os tinha acompanhado desde os primeiros momentos da ocupação também estava presente e pedia a todos que não reagissem que ficassem calmos, que tudo ia acontecer de forma tranquila.

Informa que quando a policia chegou com armas pesadas, tratores e pá mecânica não fez comunicado e não se dirigiu a ninguém, foi logo entrando com os veículos e derrubando casas. Ao mesmo tempo, outro grupo de policiais vinha do “fundo da ocupação” ateando fogo nas casas. Indignado com essa atitude Everaldo reagiu e foi preso. Em sua narrativa ele explica que,

A minha reação foi de tomar satisfação, por que ela mudou de ideia? Eu fui para cima do comandante, ele dizia que estava cumprindo ordem judicial, mas eu não conseguia aceitar que fosse daquela forma, nós tínhamos conversado com ela, aí os policiais me agarraram e me levaram preso.

O padre ficou indignado, gritando, falando brabo, tentando entender também. Não prenderam o padre claro, mas vontade eu acho que tiveram porque ele ficou muito indignado, ele estava na comissão que foi conversar com a juíza. (Everaldo Batista, entrevista, 56 anos, 2016).

Ambrósio Firmino conta que não estava dentro do Itaúna quando ocorreu o episódio da reintegração, mas ouviu a noticia pelo rádio de que a policia estava ali e que o Everaldo estava preso por enfrentar a polícia. Ele se dirigiu imediatamente ao local e viu as casas derrubadas e queimadas, algumas ainda queimando e o povo correndo tentando salvar o que restava, mas não encontrou as pessoas da comissão e nem mais a policia.

Procurou saber o que tinha acontecido e pediu ajuda para convocarem a maior quantidade de pessoas que pudessem. Deliberaram sobre que atitude deveriam tomar e decidiram ir em caminhada até a frente da delegacia para pressionar pela liberação de Everaldo. No caminho tomaram outra decisão e dividiram-se em dois grupos. Um grupo seguiu para a delegacia e outro se dirigiu para a residência da juíza, ambos com o mesmo objetivo, fazer pressão.

Ao chegarem à frente da delegacia gritando, pedindo que soltassem Everaldo, Ambrósio que liderava a manifestação se exaltou e também foi preso. Um rapaz que fazia parte da manifestação, conhecido como Louro, criticou a ação do policial e também foi recolhido à prisão. A confusão se formou, mas os ânimos foram contidos porque Carlos Augusto pediu para que todos tivessem muita tranquilidade argumentando que as atitudes exaltadas só estavam piorando a situação.

Segundo Ambrósio Firmino, no dia seguinte todos foram liberados e voltaram para a área de ocupação onde continuaram suas atividades, ainda mais fortalecidos em sua decisão de trabalhar, agora para reivindicar a urbanização da terra conquistada.

Para Fernandes (2001), o processo de ocupação de terra é sempre decorrente de necessidades não atendidas que subsistem na sociedade, mas que só aparecem quando são criados fatos capazes de evidenciá-las e acontecem para construir um espaço de socialização política compreendido por tripla dimensão. O espaço comunicativo que acontece nas reuniões com estabelecimento de objetivos; o espaço interativo que corresponde à metodologia utilizada pelo grupo para construir uma identidade e o espaço de luta e resistência, portanto a criminalização da ocupação é fugir do problema social, político e econômico que a gera.

3. 2 A presença da Igreja Católica

Um dos objetivos desta pesquisa consistia em identificar a presença de representantes oficiais da Igreja Católica e investigar seu envolvimento no grupo articulador e das negociações junto às autoridades municipais e estaduais para que se efetivasse direito à moradia aos ocupantes dos bairros de Itaúna I;

A hipótese da participação da Igreja Católica no movimento foi levantada a partir da percepção da presença de alguns membros da referida instituição e da consideração de que esta instituição tem na cidade de Parintins relevância e considerável atividade nos principais acontecimentos políticos e sociais ocorridos desde a ocasião de seu estabelecimento na cidade.

No Brasil é evidente a presença da Igreja Católica, principalmente a partir da década de 1960, nas mais diversas organizações sociais de luta por estabelecimento de direitos. O posicionamento da Igreja Católica brasileira ao lado dessas lutas é resultado das decisões assumidas no Concílio Vaticano II organizado com o objetivo de modernizar a Igreja e atrair os cristãos afastados, e das encíclicas do papa João XXIII *Mater et magistra* (1961) e *Pacem in terris* (1963), que, conforme Delgado, “contribuíram para a renovação do catolicismo” (DELGADO, 2010, p.110).

As encíclicas do papa João XXIII tratavam de forma direta as desigualdades sociais geradas pelo desenvolvimento econômico e defendia a ideia de que esse desenvolvimento deveria ser igualitário e atingir a todas as categorias sócias. Afirmavam que todos têm direito à existência com digno padrão de vida, usufruindo os benefícios gerados pela cultura. “O tratamento dispensado a estas questões dá um verdadeiro impulso ao novo projeto de catolicismo latino-americano e brasileiro” (DELGADO, 2010, p.110).

No que se refere ao primeiro movimento de ocupação da Fazenda Itaúna, em Parintins, não foi possível, nas narrativas coletadas, identificar a presença de membros eclesiais da Igreja Católica no primeiro momento, quando os líderes iniciaram a articulação do movimento realizando reuniões, visitas domiciliares ou manifestações em geral. Iolene Pereira afirma que,

Eu nunca vi em nenhuma reunião do movimento ninguém representando a Igreja Católica nem os evangélicos, a Igreja Católica já apareceu depois que nós invadimos, aí que o padre Gino, Dom Gino veio, não sei se alguém chamou ele, sei que ele veio pra ajudar, mas ele não foi incentivador da invasão (Iolene Mendes, 50 anos, entrevista, 2016).

Ilúio Temples ao ser questionado sobre o assunto responde que nas reuniões e em todo o processo de organização para que se efetuasse a ocupação nunca esteve presente nenhuma pessoa que se apresentasse como representante de qualquer religião e afirma que, “eu era católico e a maioria das pessoas que estavam ali também eram, participavam de alguma coisa na igreja, nós até separamos um campo nessa área aqui para fazer uma igreja, mas não foi ninguém que mandou⁵⁰”.

Maria do Desterro ratifica a fala dos companheiros de jornada dizendo que é católica, sempre participou ativamente das atividades nas paróquias por onde morava. No período em

⁵⁰ Ilúio Temple da Silva, 66 anos, agricultor e pescador, natural de Parintins. Entrevista realizada pela pesquisadora na residência do colaborador em 07/06/2016.

questão estava participando da paróquia de Santa Clara, no bairro homônimo e assim como ela haviam outras pessoas, católicos e evangélicos, mas nunca viu padre ou pastor apresentar-se em nome de sua denominação religiosa. Segundo suas palavras, “a Igreja Católica já veio depois, logo depois que nós invadimos ele veio para nos ajudar, o padre Gino, que na época ainda não era bispo”.

As informações das entrevistas nos sugerem que pode não ter havido a participação de membros eclesiais da Igreja Católica no grupo articulador do movimento de ocupação do bairro Itaúna I. Sua presença começa a ser percebida nos acontecimentos posteriores ao dia da ocupação, o que não exclui a possibilidade de suas ideias terem, de alguma forma, contribuído para a organização do mesmo, através de alguns líderes que se identificam como católicos envolvidos em suas comunidades de base.

Os bairros de Palmares, Nossa Senhora de Nazaré e São Vicente de Paulo, onde morava a maioria dos atores que iniciaram o movimento de ocupação da Fazenda Itaúna tinham como metodologia de ação as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs que se diferenciavam de outras realidades religiosas católicas por seu caráter religioso, social e político que buscava compreender a leitura da bíblia a partir do cotidiano vivido. De acordo com Delgado e Passos:

Essa metodologia possibilitava a participação de todos e motivava o grupo para uma reflexão profunda sobre o texto e a realidade histórica. Era um caminho para o exercício pastoral, em sintonia com os desafios da história presente. Com as CEBs, o catolicismo intensifica a ligação entre religião e vida cotidiana colocando nas manifestações religiosas situações básicas: o desenrolar da semana, a família, o trabalho, o bairro, a cidade. A articulação é estabelecida e envolve pessoas, grupos e a comunidade (DELGADO E PASSOS, 2010, p.123).

Como exposto pelos colaboradores, logo após a ocupação da Fazenda Itaúna fica evidente nas narrativas dos entrevistados a presença direta de membros eclesiais da Igreja Católica na figura de padre Gino Malvestio, pároco da paróquia de São José Operário.

Nos registros do livro de tombo da paróquia de São José Operário, não datado, mas registrado entre os dias 22 e 27 de janeiro de 1992, padre Gino se reporta à ocupação da Fazenda Itaúna, onde informa que tomou conhecimento do ocorrido e foi conversar com o bispo de Parintins, D. João Rizzatti, de quem recebeu a orientação de seguir “a posição da doutrina social da Igreja”. O padre diz que lhe foi informado a existência de 1.200 famílias no local, que está preocupado com os acontecimentos e com que atitude deve tomar, mas afirma que “a coisa melhor parece-me a presença atenta e amorosa do vigário com a ajuda dos leigos” (Pe, GINO, 1992. s/d).

A Doutrina Social da Igreja (DSI) é o conjunto dos ensinamentos que se encontram em diversos documentos produzidos pelo Magistério da Igreja Católica. Nestes documentos a Igreja se pronuncia com a finalidade de fixar princípios, critérios e diretrizes gerais a respeito da organização social e política dos povos e das nações desejosos de que todos os homens sejam direcionados a agir de acordo com os ensinamentos de Cristo em todos os âmbitos de sua vida e se tornem construtores responsáveis de uma sociedade mais igualitária. Não baseada nas soluções ideológicas capitalistas ou comunistas, mas com base na dignidade da pessoa humana, conforme Cristo a definiu, como filhos e filhas de Deus (CIC, 2002). .

O Catecismo da Igreja Católica – CIC, em seu parágrafo 2420, afirma que a Igreja tem uma missão distinta das autoridades políticas no que se refer à moralidade por isso, seu fim último é procurar inspirar as atitudes de justiça nas relações com os bens terrenos e nas relações socioeconômicas (CIC, 2002).

A Doutrina Social formulada pela Igreja Católica sugere que seus membros, eclesiais e leigos, possam intervir nas questões sociais onde houver injustiças, miséria, incoerências, violência, opressões. Questões que possam vir a causar agravos à sociedade no sentido de procurar criar consciência e discernimento das pessoas segundo a verdade sobre algum problema ou situação social (CIC, 2002). .

Padre Gino com a ajuda de Irmã Cristine, comandou uma equipe de leigos pertencentes à sua paróquia com o objetivo de arrecadar roupas, água e alimentos para tentar suprir as necessidades mais urgentes e para encaminhar os casos mais preocupantes de doenças ao hospital Padre Colombo, de responsabilidade da Diocese de Parintins, onde Irmã Cristine realizava um trabalho assistencial, visto que a mesma tinha formação em Enfermagem e exercia a função de coordenadora das pastorais da saúde e da criança.

Cerca de um mês de ocorrida a ocupação, o proprietário da fazenda Itaúna entrou na justiça com um pedido de reintegração de posse e ganhou a causa. Em maio de 1992 a polícia foi para o Itaúna executar a ordem judicial, mas diante da demora dos ocupantes em deixar a área aconteceu um conflito generalizado. Líderes do movimento foram presos e barracos foram derrubados e incendiados.

Novamente percebe-se a presença de padre Gino Malvestio que interviu em favor das famílias, conforme relata Iolene, moradora ouvida neste estudo:

As pessoas se agarravam ao padre para não serem presas. O padre, quando viu o desespero das pessoas, se colocou na frente e disse para o motorista de um dos tratores que ele não ia mais derrubar nenhum barraco, a não ser que, derrubasse o padre primeiro. (Iolene Pereira, Entrevista, 2016).

Os relatos colhidos sugerem que esse gesto de Pe. Gino foi um convite muito bem aceito àquele povo que, perdendo o medo, posicionou-se ao lado dele gritando palavras de ordem e impedindo a continuação da derrubada das barracas. Ilúio Temples, referindo-se a esse episódio afirma que,

Entraram com trator revirando tudo, derrubando casa, tiraram tudo mesmo, dava dó de ver. Prenderam o Everaldo, as pessoas corriam para sair da frente do trator, a polícia invadiu a favor do latifundiário, ninguém veio defender nós, só não foi mais gente preso porque o padre Gino estava aqui, o padre gritava, não façam isso, tem criança, foi muito triste, o padre foi o nosso protetor! (Ilúio Temples, Entrevista, 2016)

Com base nos relatos é possível conjecturar que a presença do referido padre arrefeceu os ânimos exaltados de policiais e autoridades. Abriram-se pressupostos para conversações que possibilitaram aos ocupantes do Itaúna melhores condições de negociação para a conquista do direito à moradia. Conforme Orlando Alves dos Santos Junior (2001) “as desigualdades sociais produzem desigualdades nas condições de exercício da cidadania e, portanto, desigualdades de poder” e isto tem interferência no que o autor chama de habilitação social dos atores sociais (SANTOS JÚNIOR, 2001, p. 98).

Sobre esse episódio da reintegração de posse padre Gino registrou no livro de tombo da paróquia de São José Operário, no dia treze (13) de maio, suas impressões com o seguinte texto:

Vi com os meus olhos hoje de manhã um povo sem vez e sem voz aos olhos dos homens, mas aberto aos sentimentos humanitários e cristãos.
E contra este povo pequeno e simples que está à procura do mínimo que o homem tem direito, autoridades sem compaixão, guiados só em defesa da lei...
E em nome da lei agem sem coração considerando o pobre como o pior ladrão do mundo.
Não era absolutamente necessário os numerosos soldados... medo de que e de quem?
Não era necessário um grande trator, para derrubar o que?
Uma mísera barraca de palha?
Não era necessário o fogo... para queimar um feixe de palha?
Aquilo que o povo de Parintins quer é que se use a inteligência e o coração, ou melhor, um diálogo amigável. (Pe. Gino)

Segundo Carlos Augusto, após os acontecimentos narrados teve início um longo processo de negociação formou-se uma comissão de líderes que representavam os interesses do “povo do Itaúna”, entre eles estava padre Gino, com o evidente apoio de D. João Rizzatti, bispo de Parintins e alguns leigos engajados. As negociações chegaram ao fim quando o então prefeito Enéas Gonçalves Sobrinho determinou a desapropriação, indenização das terras em litígio e efetivação legal de posse aos ocupantes.

Na região da antiga “fazenda Itaúna”, a partir da primeira ocupação que originou o bairro de Itaúna I, a princípio chamado de bairro da Promessa ou bairro da Conquista, ocorreram mais três ocupações surgindo três novos bairros: Itaúna II, Paulo Corrêa e mais recentemente o bairro da União.

Figura 4 - Bairro de Itaúna I, Itaúna II e Paulo Corrêa em fase inicial.



Foto: Acervo do fotógrafo Paulo Sicsú (2017).

Esta imagem mostra em primeiro plano a avenida Geny Bentes, chamada pelos moradores de “Rua Larga”, exatamente por se tratar da maior via dos bairros, ela marca o limite do bairro Itaúna I e o início dos bairros de Itaúna II e Paulo Corrêa. À época em que esta foto foi tirada não havia acontecido ainda a ocupação do bairro da União.

Esses quatro bairros são habitados, em sua maioria por famílias carentes, necessitadas de assistência médica, educacional, de urbanização, policiamento, de emprego, enfim uma infraestrutura que atenua a desigualdade social evidente e leve mais dignidade a esta população que carrega uma série de estigmas impostos pelos que ali não residem.

A Igreja Católica foi uma das primeiras instituições a envolver-se no movimento, primeiramente prestando assistência básica, arrecadando roupas, cobertores, alimentos, e remédios. Em seguida envolveu-se diretamente nas diversas manifestações de defesa do direito à moradia para os ocupantes nos meios de comunicação. Padre Gino Malvestio, pároco da paróquia de São José, onde estava localizada a área do Itaúna, tornou-se um dos membros da comissão de negociação para a efetivação das famílias na terra da antiga “fazenda Itaúna”.

Com a finalidade de marcar sua presença no local foi construída um pequeno templo católico dedicado a São Sebastião, conhecido pelos católicos como “o santo guerreiro” em alusão às batalhas que o povo teria que enfrentar pela conquista do local.

Figura 5 - Primeira Igreja de São Sebastião no Itaúna I, com Pe. Gino (ao lado da mesa, de camisa branca), Everaldo Batista e Carlos Augusto.



Foto: Acervo Everaldo Batista.

Decorridos três anos desses acontecimentos deu-se nova “invasão” no local, nesta ocasião foi reservado um terreno mais amplo para onde se transferiu a igreja de São Sebastião (**figura 6**) que foi construída em madeira e encontra-se em fase de reconstrução, com alvenaria. No local da antiga igrejinha funciona um centro social comunitário.

Atualmente os bairros que se formaram na antiga fazenda Itaúna estão pulverizados com muitos templos, os católicos são: no bairro Itaúna I, Santo Antonio e Santa Maria; no Itaúna II, São Sebastião e Nossa Senhora das Graças; no Paulo Corrêa estão as igrejas de Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora de Fátima; no bairro da União fica localizado o templo da Sagrada Família. Existem ainda as mais variadas denominações cristãs, espíritas, e religiões afro-brasileiras.

Figura 6 – Primeira Igreja de São Sebastião localizada no bairro de Itaúna I (esquerda) e atual Igreja de São Sebastião localizada no Bairro Paulo Corrêa (direita).



Foto: Hélio Oliveira (2017)

Nos estudos realizados por Safira Amman sobre o movimento popular de bairros nos estados da Região Centro Oeste brasileira onde a mesma pesquisou o processo de formação de bairros na periferia dos grandes centros regionais, a pesquisadora afirma que o apoio da Igreja Católica foi decisivo para que se estabelecessem os direitos de grande número dos participantes, se amenizasse os conflitos e se desse um passo na superação das desigualdades sociais e de poder entre as partes em questão.

Em Parintins, no caso da ocupação do Itaúna, pode-se também considerar que o fato de a Igreja Católica ter se posicionado em relação aos acontecimentos tornou-se um fator de equilíbrio para o desenrolar das negociações, pois é marcante o poder da referida Igreja devido ao seu pioneirismo local na educação e nos meios de comunicação de massa, é preciso considerar que por ocasião da ocupação do Itaúna a Comissão Pastoral da Terra – CPT vivia o apogeu de suas lutas reivindicatórias do direito à terra para todos no território brasileiro, que provavelmente colaborou para esse processo.

3. 3 Expansão territorial e demográfica de Parintins a partir da ocupação da Fazenda Itaúna

Castells (1975) alega que o processo de formação das cidades latino americanas evidencia uma urbanização marcada pela segregação e exclusão sócio-territorial em que uma

grande parte da população se vê obrigada a residir em áreas problemáticas, com precárias moradias, o que gera contradição entre diferentes classes sociais.

A urbanização na América Latina não é a expressão de um processo de “modernização”, mas a manifestação, a nível das relações sócio-espaciais, da acentuação das contradições sociais inerentes a seu modo de desenvolvimento – desenvolvimento determinado por uma dependência específica no interior do sistema capitalista mundial (CASTELLS, 1975, p.106).

A cidade é o lugar do cotidiano no qual convivem crenças, valores e mitos demonstrando uma dimensão simbólica, assim como um campo de lutas com valores e interesses diferentes que representam diferentes formas de uso da terra. Os locais citadinos são territórios demarcados por cercas reais ou imaginárias que segregam os menos favorecidos de acesso aos serviços básicos de infraestrutura e das demais variadas atividades comerciais, serviços e gestão, áreas industriais, residenciais e de lazer, o que constitui sua organização espacial (MARICATO, 2003).

O município de Parintins é um município brasileiro que tem como sede a cidade homônima, segunda maior cidade do estado do Amazonas, de acordo com informações publicadas pelo, em 1991, havia 58.785 habitantes no município, dos quais 41.591 hab residiam na área urbana enquanto 17. 192 hab moravam na área rural.

Menos de uma década após o censo acima citado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou o censo populacional de 2000 do município, que contava agora com um total de 92.118 habitantes, divididos em 58.125 hab citadinos e 33.993 na área rural do município, um considerável aumento da população da cidade e do campo, as motivações gerais deste aumento populacional foram analisadas no segundo capítulo deste trabalho, nos deteremos aqui somente na observação de que, no perímetro urbano de Parintins o número de habitantes cresceu cerca de 13% em apenas uma década.

A particularidade desta década na cidade de Parintins trata-se do fato de terem ocorrido três ocupações de terra urbana com a finalidade de construção de moradia, as três nas terras da Fazenda Itaúna. Por ocasião da primeira invasão que originou o bairro de Itaúna I, os ocupantes da área que não foi negociada pelo município tiveram que se retirar por ordem de reintegração de posse, porém esta retirada não foi definitiva.

No ano de 1995, animados pelo sucesso do reconhecimento da legalidade dos lotes concedidos aos ocupantes que construíram o bairro de Itaúna I e fortalecidos por novas perspectivas de conquista, alguns dos ocupantes que haviam sido retirados, juntamente com novos sujeitos, visto que a população continuava crescendo, fizeram nova investida e

ocuparam mais uma parte das terras da Fazenda Itaúna, esta ocupação deu origem ao bairro de Itaúna II. Dois anos depois, em 24 de abril de 1997 houve nova investida, que desta vez originou o bairro de Paulo Corrêa. A ocupação do que hoje corresponde ao bairro da União viria a ocorrer somente na próxima década, no ano de 2009.

Dados do censo de 2010 dão conta de que a população de Parintins, neste ano atingiu 102.033 habitantes em uma área de 5.952 km². Desse total populacional, 69.890 residem no perímetro urbano e 32.143 habitam a área rural (**Tabela 2**). Considerando que os quatro bairros que se formaram na área da antiga fazenda Itaúna, somado os seus habitantes atingem o total de 27.025, afirma-se ser expressiva a demografia do território.

Tabela 2 - Bairros mais populosos da cidade de Parintins/2010

Sta. Rita	Francesa	São José	Nsa. Sra. de Nazaré	São Benedito	Centro	Itaúna I	Palmares	Itaúna II	Paulo Corrêa
2.120	2.971	3.048	3.308	4.128	5.286	5.574	6.683	7.785	13.666

Fonte: IBGE (2010).

Acredita-se que o crescimento populacional do município de Parintins e a sequência de ocupações que ocorreram na Fazenda Itaúna foram fundamentais e marcaram profundamente a década de 1990 como uma nova fase de expansão territorial e demográfica na cidade. Segundo Souza (2013):

Assim, o crescimento populacional contribuiu, em certa medida, para uma aceleração da expansão do tecido urbano de Parintins. A periferia da cidade foi significativamente estendida com a produção dos novos bairros, mais distantes, sobretudo na direção sudoeste, alguns, inclusive, separados da malha urbana contínua por mananciais. Para facilitar essa ampliação, houve algumas intervenções no sistema viário da cidade com pavimentação de ruas em áreas mais afastadas da porção central, construção de pontes e melhorias nas rodovias de acesso à área urbana (SOUZA, 2013, p.68).

O bairro de Itaúna I é um desses bairros citados por Souza (2013) está localizado na região sudoeste do município, considerado área suburbana. Uma das características geográficas marcantes são as diversas áreas alagadiças que o circundam de forma que nos períodos de cheia dos rios este ficava totalmente isolado do centro urbano, dificuldade superada pela construção de duas pontes em áreas de maior fluxo de circulação humana.

A ponte do Gabião (**Figura 7**), a primeira a ser construída em madeira, pelos próprios ocupantes da área de forma emergencial com a finalidade de conter despesas que eram feitas com pagamento de canoeiros que prestavam serviços particulares remunerados de transporte em tempos de cheia para os moradores e seus filhos quando precisavam se dirigir ao centro da cidade para comparecer a alguma instituição, ao comércio ou às escolas.

Com o tempo o poder municipal começou a contribuir com a construção que era realizada todos os anos na época da enchente dos rios. Mais tarde foi construída uma ponte de concreto que já passou por diversas reformas de acordo com as necessidades surgidas conforme o aumento das águas nas épocas de inverno na região. Esta ponte está localizada em uma área alagadiça, no meio da Avenida Paraíba e liga o bairro de Itaúna I ao centro da cidade.

Figura 7 - A ponte do Gabião.



Foto: Acervo Paulo Sicsú (2017)

A outra ponte que liga os bairros que se formaram na antiga Fazenda do Itaúna às áreas centrais da cidade de Parintins é a ponte Amazonino Mendes (**Figura 8**) que também foi construída primeiramente com madeira pelos moradores, mas depois o poder municipal a construiu, em um primeiro momento com madeira e depois de algum tempo recebeu investimento do governo estadual e foi construída em concreto sofrendo passando por várias reformas devido às imprevisíveis cheias dos rios.

Figura 8 - Ponte Amazonino Mendes.



Foto: Acervo de Paulo Sicsú (2017).

A sequência de quatro ocupações de terras na área da antiga fazenda Itaúna modificou visivelmente o panorama, não somente da área em questão, mas de todo o município de Parintins, conforme Souza “estas causaram profundas transformações na geomorfologia urbana de Parintins, por iniciarem a ocupação da segunda ilha principal, que constitui o sítio apto à expansão urbana” (SOUZA, 2013, p. 73-74).

A área urbana teve sua estrutura aumentada em torno de 30% se somados os territórios dos quatro bairros constituídos. Isso é relevante não somente para as famílias que ali residem, mas para toda a população e autoridades municipais, uma vez que se trata de um episódio inédito na história do município. Compreender esses acontecimentos pode servir como ponto norteador para as políticas públicas municipais e futuras situações de impasse a respeito da posse da terra e dos direitos do cidadão comum no município.

Considerando o contexto refletido, há muito por fazer na área do Itaúna no sentido de melhorar a qualidade de vida dos que residem ali. Muitos estudos ainda deverão ser feitos sobre a área que, além de muito expressiva, apresenta forte ritmo de crescimento, porque o direito a moradia não se resume em uma casa para morar, mas sim, que a população também deve contar com infraestrutura básica para ter habitação de qualidade, um dos componentes do padrão de vida “digno”.

3.4- Itaúna I e seus agentes sociais

As ocupações de áreas urbanas com a finalidade de construção de casas para moradia, em sua maioria partem de grupos que se organizam em torno desta necessidade comum e decidem não mais esperar pela ação legal do Estado. Com o objetivo de alcançar seu intento de conquistar o direito à moradia e à cidade esses grupos elegem entre seus participantes alguns ou um líder a quem atribuem autoridade e representatividade para tomar decisões e iniciativas em prol da coletividade.

De acordo com Tatiana Barbosa e Estevan Bartoli (2012), o planejamento das ações dos referidos grupos são pensados à revelia da tutela estatal e entregue nas mãos dos líderes por eles escolhidos. A estes competem as determinações de quem, quando e como se dará a ocupação do espaço, a divisão dos trabalhos e as negociações com os proprietários e o poder constituído no processo de legitimação da área ocupada.

Conforme Brena Lerbach (2012) para se compreender um movimento social é fundamental compreender a ação e o estilo de liderança exercido no interior deste, porque “o líder desempenha importantes papéis no movimento, seja atuando enquanto administrador, mobilizador, inspirador, coordenador, representante ou estrategista político” (p.136). Desta feita, os resultados alcançados e os rumos tomados pelo movimento podem ser fortemente influenciados pelo perfil de sua liderança.

Fernandes (2001), em seus estudos sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra analisa as articulações que estes empreenderam em suas lutas pelo direito à terra rural e as ações do governo para tentar impedir a territorialização destas lutas. Afirma que a falta de ação do governo em realizar a reforma agrária é que direciona as atividades de ocupação. Para ele, por meio das ocupações, os sem-terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais.

Entende-se que no caso da primeira ocupação da Fazenda Itaúna pode ser aplicado semelhante reflexão se for considerado que, pelas informações prestadas, parte daqueles que estavam à frente do movimento desde a sua gênese, eram pessoas desprovidas de residência e emprego que lhes permitisse pagar seus aluguéis, que não conseguiam mais ver outra opção para resolver ou atenuar a necessidade sentida de ter uma casa.

O modo capitalista de produção fabrica um desenvolvimento seletivo que explora e expropria grande parte da população. Essa população expropriada cria então formas de se organizar para resistir à exclusão e à expropriação, de maneira que a ocupação de terras passa a ser vista como a materialização da luta de classes que ocorre no interior da sociedade. (FERNANDES, 2001).

Fernandes (2001) sugere que é nesse processo de luta traçado nos encontros que as famílias fazem para trocar experiências, feito nas bases dos movimentos, que acontece a formação política, geradora da militância e da consciência de que se faz necessário organizar-se e ir à luta para alcançar os objetivos aspirados. Essas reuniões são geralmente produtoras de ricos aprendizados e construtoras de sujeitos que procuram edificar suas próprias vivências.

Os movimentos sociais, de acordo com Brena Lerbach (2012), são constantemente estudados por pesquisadores e acontecem sempre impulsionados por pessoas que assumem papel de incentivar e muitas vezes tomar as rédeas das ações do grupo. No entanto, são poucos os estudos que se preocupam em empreender um estudo mais profundo que esclareça como ocorre a formação de lideranças para os movimentos sociais. afirma que “vários autores apontam que a liderança nos movimentos sociais ainda não foi adequadamente teorizada”. (LERBACH, 2012, p.136).

Este tema pouco debatido na literatura acadêmica tem sua importância, à medida em contribui para uma melhor definição do papel do líder e de como suas ações influenciam e são influenciadas pela coletividade, podendo ser decisiva para o sucesso ou fracasso do movimento, o que faz crer que o papel das lideranças sociais precisa ser mais estudado. (LERBACH, 2012).

Para Lerbach (2012), o perfil de um líder está estreitamente ligado a sua trajetória pessoal de vida, suas experiências adquiridas em outras organizações, sejam elas políticas ou associativas, em sindicatos, grupos de igreja ou com associações de pais de alunos. O grau de escolaridade ou formação em cursos de formação política que lhe capacitem desenvolver certas habilidades como discursar, escrever, debater, interagir, também merece atenção.

Ana Maria Doimo (1983), diz que no Brasil muitas pessoas que se destacaram ao assumir lideranças de movimentos sociais urbanos foram forjadas no interior da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs pela sua característica em articular a leitura da bíblia com a vida, com a realidade política e social em que vivem e com as dificuldades do cotidiano. Esses princípios religiosos com prática política recrutaram muitos participantes e lideranças.

Lerbach (2012) faz uma reflexão sobre a maneira como a liderança pode ser exercida dentro dos grupos afirmando que não existe um padrão definidor para a questão, cada caso é específico, de acordo com as circunstâncias e com as iniciativas de quem pode tomar as decisões, o que resulta em sucesso para um pode ser motivo de fracasso para outro, assim em

algumas situações os líderes são claramente identificados, em outros, a liderança está diluída não havendo definição das funções, outros apresentam um time de líderes.

Conforme Lerbach (2012) existem movimentos que se caracterizam pela evidência de não apenas um líder, mas de um grupo de pessoas que formam um time de líderes. Que montam as estratégias mais ricas porque são pensadas por várias pessoas enriquecendo suas ideias e ações e criando possibilidades diversas advindas de diferentes visões de mundo e experiências. Acredita-se que no caso da primeira ocupação da Fazenda Itaúna, em Parintins, o movimento adotou esta feição de grupo, onde vários líderes assumiram diferentes papéis que contribuíram para o alcance dos objetivos propostos.

Os atores sociais que direcionaram a ocupação que deu início à criação do bairro de Itaúna I, conforme suas entrevistas, não eram pessoas experientes na luta política, a maioria recebeu pouca educação formal e não tinham um projeto elaborado de ocupação. Eram homens e mulheres comuns do meio das camadas subalternas da sociedade, mas foram capazes de, a partir de seu entusiasmo e disposição, engendrar um projeto de vida em que conquistaram seus direitos e levaram consigo considerável número de pessoas.

Mas, de acordo com Lerbach (2012), não são só as experiências políticas e os conhecimentos eruditos que contribuem para a formação de líderes, muitos são formados nas práticas cotidianas em que se envolvem como organização de equipes esportivas, atuação em atividades religiosas comunitárias comitês de organização de eventos.

Desta forma, acha-se oportuno identificar alguns dos líderes do movimento em estudo e apresentar breves trajetórias individual e social desses sujeitos utilizando como referência seus próprios relatos orais. Não se tem a pretensão de abarcar todas as informações contidas nas entrevistas, esta seria uma prática exaustiva, mas apenas dá-los há conhecer um pouco mais dentro da prática social por eles cultivada.

Objetivando dinamizar as informações sobre os agentes sociais colaboradores na construção desta dissertação, foi utilizada a metodologia de entrevistas, das quais foram eleitas algumas perguntas formuladas aos mesmos. Quando perguntamos sobre a origem de nossos colaboradores, e em que circunstâncias chegaram a Parintins (para os que não são parintinenses) as respostas que nos foram dadas correspondem aos seguintes dados:

Ambrósio Firmino dos Santos nasceu no município de Santarém, no estado do Pará, no lugar chamado Lago Grande da Franca, aos 08 dias do mês de janeiro de 1954, aos três anos de idade sua família transferiu-se para Parintins onde ele foi registrado, por esse motivo se considera parintinense. Criado juntamente com os irmãos por sua mãe, Ana Firmino dos Santos, Ambrósio completou o Ensino Médio tardiamente e trabalha como pedreiro desde a

sua juventude, por ocasião da entrevista estava cursando o Técnico em Construção Civil na Fundação Bradesco, na cidade de Boa Vista, no estado de Roraima onde reside com sua família.

Carlos Augusto de Oliveira das Neves, natural de Parintins, filho de Messias Augusto das Neves, conhecido radialista da cidade integrante do Sistema Alvorada de Comunicação e de Alcemira das Neves, professora da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas. Cursou o Ensino Médio em Técnica Agropecuária, na Escola Agrotécnica Federal do Amazonas, em Manaus. Voltou para Parintins no final da década de 1980 quando iniciou seus trabalhos como radialista na Rádio Clube de Parintins. Em 1988, foi convidado pelo Sistema Alvorada de Comunicação para ir compor o quadro de seus funcionários como comunicador onde permaneceu até 1993, ocasião em que passou a trabalhar na prefeitura, na área de comunicação, portanto, quando ocorreu a ocupação em estudo, comandando alguns programas radiofônicos na rádio Alvorada, de propriedade da Diocese de Parintins.

Everaldo Silvério Batista Coelho nasceu na cidade de Parintins, no dia 23 de agosto de 1961, ainda criança sua família mudou-se para a área rural do município de onde este voltou em idade escolar para estudar e precisou morar em casas de parentes por muito tempo para alcançar esse objetivo⁵¹.

Tem como formação escolar o Ensino Médio completo e Adicional na área de Letras. A entrevista foi realizada no dia 21 de agosto de 2016 na sala da presidência da Câmara Municipal de Parintins, visto que este exercia seu segundo mandato de vereador e ocupava o cargo de presidente da casa⁵².

Iolene Pereira Mendes nasceu no município de Urucurituba, no estado do Amazonas e mudou-se para Parintins quando ainda era recém-nascida, tem formação no Ensino Médio, tardiamente concluído por meio do programa educacional Formação de Jovens e Adultos. Quando se envolveu no primeiro movimento de ocupação da Fazenda Itaúna, estava casada, com quatro filhos e a idade de vinte e cinco anos⁵³.

Suas informações nos dão conta de que era católica engajada na comunidade, morava no bairro de Palmares, em uma casa construída com madeira reutilizada no quintal da casa de sua genitora e foi convidada a fazer parte do movimento em uma visita que recebeu de

⁵¹ Ao conceder esta entrevista Everaldo estava com a idade de cinquenta e cinco (55), à época da ocupação tinha a trinta e um (31) anos.

⁵² Como profissão, Everaldo se define como um comerciante que trabalha com agricultura e gado na área rural e diz que está vereador, mas sabe que isso não é uma profissão.

⁵³ Iolene Mendes, 50 anos, entrevista realizada em 24/04/2016 em sua casa localizada no bairro de Itaúna I onde exerce o ofício de comerciante autônoma, trabalhando no ramo de venda de verduras e legumes em uma loja localizada na parte da frente de sua residência.

Ambrósio Firmino, ela não o conhecia, mas ele apareceu em sua moradia e lhe falou da proposta de conseguir “ganhar uma casa”, ficou tão feliz que nem entendeu direito como seria feito isso⁵⁴.

Iluio Temples da Silva, natural do município de Parintins, nascido na comunidade do Paraná do Espírito Santo, localizado na área rural, no dia 24 de março de 1950. Quando concedeu a entrevista estava com sessenta e seis anos, o que significa que por ocasião do movimento, tinha quarenta e dois. Estudou até a terceira série do Ensino Fundamental na comunidade onde nasceu e morou por toda sua infância e juventude⁵⁵.

Foi difícil conseguir conversar com esse colaborador por motivo de este trabalhar na área rural, mas a entrevista foi bastante produtiva. Sendo o filho mais velho de uma grande família interiorana, afirma que não teve tempo para estudar por ter que ajudar os pais desde os seis anos na roça e na produção de juta, com que sua família trabalhava.

Com trinta anos mudou-se para Manaus onde ficou por alguns anos trabalhando na agricultura em um sítio na estrada Manaus-Itacoatiara. Quando voltou para Parintins foi morar novamente na área rural por algum tempo e depois conseguiu uma casa na cidade em um terreno que ficava próximo da Fazenda Itaúna. Neste local, sua casa todo ano ia para o fundo, foi nestas circunstâncias que ouviu falar da organização do primeiro movimento de ocupação da Fazenda Itaúna, foi convidado para participar, então resolveu unir-se aos que estavam organizando.

Maria do Desterro Teixeira Roberto, com cinquenta e oito concedeu a entrevista⁵⁶, estava com a idade de 34 anos quando passou a fazer parte do grupo que organizou a primeira ocupação da Fazenda Itaúna, nasceu no município de Parintins, comunidade rural do Uaicurapá aos oito dias do mês de março de 1958. Teve seus estudos concluídos no Movimento de Educação de Base – MEB.

O local escolhido pela colaboradora foi o seu lugar de trabalho, um local de venda de frutas, legumes e produtos regionais onde trabalha com seu esposo e filhas, situado no bairro de Paulo Corrêa.

Maria do Desterro contou que viveu no Uaicurapá até os vinte e um anos, após casar-se veio para a cidade de Parintins acompanhando o esposo que residia na área urbana do município, porém, por falta de condições financeiras foram morar com sua sogra que residia

⁵⁴ Iolene Mendes, 50 anos, entrevista realizada em 24/04/2016.

⁵⁵ Iluio Temple da Silva, 66 anos, agricultor e pescador, natural de Parintins. Entrevista realizada pela pesquisadora na residência do colaborador em 07/06/2016.

⁵⁶ A entrevista foi gravada no dia dezoito (18) de junho de 2016.

no bairro de Palmares. Na tentativa de melhorar de vida, após quatro filhos, seu marido foi para Maués, trabalhar em um garimpo, as coisas melhoraram financeiramente, conseguiram montar uma venda, uma pequena taberna que logo faliu devido ao esposo ter adoecido muito e não poder mais trabalhar, foi uma época muito difícil, afirma a colaboradora Maria do Desterro:

Ele adoeceu, levou 22 anos doente, como eu era nascida e criada no interior eu não sabia fazer comida, eu só sabia lavar roupa, cuidar da casa, sabia cuidar dos meus filhos, nem supermercado eu sabia fazer, ele que comprava tudo, então ele adoeceu e eu estava grávida, foi muito difícil, morei com a minha sogra nove (09) anos⁵⁷.

Com incentivo e ajuda de uma tia, Maria do Desterro foi trabalhar como auxiliar na cozinha em um restaurante da cidade em que a tia era cozinheira e passou a se dedicar a aprender o ofício, aprendeu olhando sua tia fazer, mesmo assim não conseguiu ganhar o suficiente para manter sua família, visto que o marido continuava enfermo.

Maria Santarém Gama, natural da cidade de Juruti Velho, no estado do Pará. Nasceu no dia 4 de agosto de 1957 e tinha trinta e quatro anos quando aconteceu a ocupação em estudo. Ao conceder esta entrevista estava com cinquenta e nove. Viveu em Juruti Velho até os doze anos ajudando a mãe no trabalho de fazer roça.

O encontro para a entrevista se deu no dia 20 de agosto de 1916, na residência da entrevistada, situada na Rua Paraíba, no bairro de Itaúna I, após alguns desencontros motivados pelo intenso ritmo de trabalho da mesma.

Aos doze anos mudou-se para Parintins a convite de uma tia que morava na cidade com o objetivo de trabalhar em casa de família. Chegando a Parintins trabalhou em algumas casas de família. Casou-se e constituiu família, mas passados alguns anos separou-se e ficou criando os seis filhos sozinha. Para conseguir trabalho fez um curso de cozinheira na marinha, tirou carteira profissional e foi admitida em um emprego cozinhando em barco de recreio que fazia linha para Belém. Depois trabalhou em barco que fazia viagens para Manaus. Esteve em Coari por um tempo, conforme era possível ia trabalhando e criando os filhos. Mesmo com muito esforço e trabalho chegou um tempo que o salário não supria mais o valor dos aluguéis.

Foi solicitado aos agentes sociais colaboradores que realizaram a primeira ocupação da Fazenda Itaúna que falassem sobre suas motivações para ingressar no movimento e sobre como haviam tomado conhecimento de que este estava ocorrendo. De suas primeiras impressões e visões do que tinha se tornado o movimento, ao que os mesmos responderam:

⁵⁷ Maria do Desterro, 58 anos, entrevista realizada em 18/06/2016.

Ambrósio respondeu que por ocasião da organização da primeira ocupação da Fazenda Itaúna estava com 38 anos de vida, era casado e tinha filhos. Que após ter casado, mesmo executando diversos trabalhos nunca conseguiu adquirir uma casa própria que lhe trouxesse dignidade e tranquilidade para viver com sua esposa e filhos. Viajou por alguns municípios próximos de Parintins, sempre trabalhando, mas nunca tendo o suficiente para se sentir em condições de ter um terreno para fazer sua casa.

Sua última viagem foi para a cidade de São Sebastião do Uatumã onde integrou uma equipe que trabalhava na construção de um hospital, ao voltar para Parintins, teve que novamente alugar casa, mas o preço do aluguel era bastante pesado, mesmo em uma casa alugada precisavam morar junto com a sogra para conter despesas, Ambrósio afirma:

Eu fui pra São Sebastião do Uatumã, eu fui pra construir um hospital lá, passei oito meses depois eu voltei pra cá, aí quando eu cheguei aqui tornei a alugar casa pra ficar, e aí eu fiquei... tinha que ter uma saída pra encontrar onde morar⁵⁸.

De acordo com Ambrósio, nunca esteve, antes da primeira ocupação da Fazenda Itaúna em qualquer outro movimento social, mas já havia morado em Manaus por algum tempo e tinha conhecimento de que “nas cidades grandes a maioria dos bairros são resultado de ocupações”, afirma que entrou no movimento a convite de Maria Santarém, logo no início, quando não tinha ocorrido nenhuma reunião.

Ambrósio Firmino diz que sua principal motivação foi o fato de não possuir uma casa, mas quando começou a sair em visita para conversar com outras pessoas que, como ele, não possuíam casa e observava o entusiasmo com que estes recebiam a proposta e visibilizavam a possibilidade de adquirir esse bem, a alegria e satisfação de estar levando esperança de melhores condições àquelas pessoas o animava e lhe dava a certeza de estar fazendo a coisa certa, mesmo que não tivesse um projeto político definido para ser executado⁵⁹.

Conforme Fernandes (2001), toda ocupação acontece a partir de uma necessidade individual e coletiva de sobrevivência e no decorrer do processo acontece a construção da consciência da realidade, portanto, a construção e enriquecimento das experiências de resistência tem sua lógica construída na práxis.

Fazendo uma análise do que foi a primeira ocupação da Fazenda Itaúna, Ambrósio manifesta suas impressões dizendo que, infelizmente, houve alguns pontos que não faziam parte dos planos iniciais, mas que aconteceram independente das decisões do grupo que

⁵⁸ Ambrósio Firmino, 63 anos, entrevista realizada em 28/05/2016.

⁵⁹ Ambrósio Firmino, 63 anos, entrevista realizada em 28/05/2016.

organizou, acontecimentos que são classificados como “muito ruins” porque pessoas venderam seus terrenos no interior e mudaram para a cidade com projetos de melhorar de vida, mas “se perderam no tempo”. Para o colaborador:

Ficou uma situação de pobreza. Hoje você vê que Parintins desenvolveu muito, cresceu muito, mas sem estrutura. Nós não temos empresas aqui, nós não temos uma fonte de renda que utilize todo esse povo, então, isso aí, nós trouxemos por um lado coisas boas, por outro, coisas ruins... Hoje eu reconheço⁶⁰.

Como reconhecimento do poder de liderança de Ambrósio Firmino vale ressaltar que o mesmo foi eleito por seus pares como o primeiro presidente nas eleições que escolheram os representantes da recém-criada Associação dos Moradores do Bairro de Itaúna I.

O encontro⁶¹ com Ambrósio foi acertado por telefone e combinado para acontecer por ocasião de sua estada em Parintins, onde esteve com a finalidade de rever familiares, amigos e empreender uma reforma na casa que ele preserva localizada no bairro de Itaúna I.

Dentro do movimento em estudo, Ambrósio se destacou pela liderança que conquistou, tanto que por ocasião do cumprimento da ordem de reintegração de posse, foi um dos presos do grupo. Quando perguntamos o que o levou a assumir o papel de animar, organizar e conduzir decisões ele não define isso de forma objetiva, mas afirma que o grupo começou a se reunir com um propósito firmado e havia a necessidade que alguém comesse a tomar atitudes no sentido de direcionar as ações para se alcançar os objetivos traçados⁶².

De acordo com o colaborador⁶³ Carlos Augusto ele foi convidado para participar de uma reunião no bairro de São Vicente de Paulo por pessoas que já faziam parte do movimento e aceitou o convite. Quando chegou ao local quem comandava as reuniões era Everaldo Batista, a quem já conhecia, mas foi indo a essa reunião que passou a conhecer os outros integrantes do grupo⁶⁴.

Segundo as narrativas de Carlos Augusto, após sua chegada, feitos alguns esclarecimentos em relação às intenções e objetivos do movimento, seu papel no interior do grupo ficou logo muito bem definido, ele seria uma espécie de porta voz, cuja principal função seria divulgar as atividades, ele afirma que:

⁶⁰ Ambrósio Firmino, 63 anos, entrevista realizada em 28/05/2016

⁶¹ Esse encontro ocorreu em uma sala de estudo da Universidade do Estado do Amazonas - Centro de Estudos Superiores de Parintins.

⁶² Ambrósio Firmino, 63 anos, entrevista realizada em 28/05/2016.

⁶³ A entrevista com Carlos Augusto foi realizada em sua residência no conjunto habitacional João Novo.

⁶⁴ Carlos Augusto de Oliveira das Neves, 49 anos, radialista, natural de Parintins. Considerado o porta voz do movimento da primeira ocupação da Fazenda Itaúna. A entrevista foi realizada pela pesquisadora na residência do colaborador em 10/05/2016

A partir da minha presença ali, na época com muita influência na comunicação no rádio, através da rádio Alvorada, a minha presença ali acabou motivando outras pessoas porque eu passei a comentar sobre o movimento na rádio, nos meus programas sobre o movimento que estava começando na cidade por causa do déficit habitacional que havia⁶⁵.

Ao ser questionado sobre seus motivos para aderir ao movimento, visto que não se enquadra no perfil econômico da maioria dos que formavam a equipe de comando do grupo, o colaborador explica que em seu trabalho à frente de programas que lidavam com a população já havia ficado muitas vezes diante de pessoas “com grandes necessidades” e quando aceitou participar da reunião e viu aquela quantidade de pessoas, ficou surpreso e pensou que não poderia se abster de contribuir para aquela luta, que em seu parecer, era muito justa⁶⁶.

Carlos Augusto afirma que, resolvidas as questões legais da ocupação, juntamente com Everaldo Batista e Floriano Lins foram indiciados por incentivar a ocupação e responderam durante muitos anos a essa acusação.

Para esclarecer sua participação no evento em estudo, Everaldo Batista afirma que naquele momento em que ingressou no movimento não havia nem uma pretensão política e nem tinha a necessidade porque tinha casa própria. Afirma que foi convidado por Maria Santarém e “abraçou a causa” após ter ido à reunião do grupo e ter conhecido suas dificuldades e o objetivo que os impulsionava para a luta, conforme sua narrativa:

Eu visitei cada um na sua casa e vi, um pagava aluguel, outro dizia, olha eu não tenho mais como pagar. O desemprego era grande, como sempre em Parintins, mas eu avisei que não ia ser fácil, nós vamos lutar contra políticos, nós vamos lutar contra a justiça, nós vamos lutar contra a população que não entende uma causa como essa⁶⁷.

Everaldo Batista faz questão de explicar que tem consciência de sua liderança, mas nunca usou esta como forma de impor suas decisões ou de tirar proveito de alguma forma, mesmo sendo publicamente reconhecido como alguém que estava na luta não ficou com nenhum lote de terra e sempre que precisava decidir os caminhos do movimento, o problema era resolvido em assembleia, afirma que:

Todas as decisões nós fazíamos em assembleia, o que nós conversávamos com as autoridades era levado para assembleia, olha vamos reunir, vamos analisar e ver o que a gente vai fazer. Quando nós levamos a ideia para dentro da assembleia, olha os políticos não vão ajudar a gente, o prefeito não quer saber, ninguém quer saber, e agora? O que nós vamos fazer? Acabar o movimento ou continuar? Tem que tomar

⁶⁵ Carlos Augusto das Neves, 49 anos, entrevista realizada em 10/05/2016.

⁶⁶ Carlos Augusto das Neves, 49 anos, entrevista realizada em 10/05/2016.

⁶⁷ Everaldo Batista, 56 anos, entrevista realizada em 21/08/2016.

uma decisão. As pessoas disseram, não, nós vamos invadir, vamos ocupar, vamos ocupar!⁶⁸.

No ano seguinte à ocupação do Itaúna, em 1993, foi ano eleitoral e os moradores do bairro de Itaúna I realizaram uma assembleia para indicar entre eles um candidato a vereador que os pudesse representar no meio político, o escolhido foi Everaldo Batista que, naquelas eleições foi o vereador mais votado de Parintins. Carlos Augusto falou deste momento com a seguinte expressão: “Sem dinheiro, sem nada, por conta do movimento ele foi o vereador mais votado⁶⁹”.

Mesmo assumindo que não foi o autor da ideia e entrou a convite de Maria Santarém, Everaldo foi um dos líderes mais promissores do movimento. Assim que o integrou, por motivo de ser bastante conhecido na cidade e, a partir da execução da ordem de reintegração de posse, sua figura se destacou ainda mais por sua atitude de enfrentamento diante dos policiais que executavam a ordem. Atitude que lhe rendeu uma prisão e um processo ao qual precisou responder por muitos anos, mas rendeu também uma reação dos ocupantes que se organizaram em movimento, dirigindo-se à delegacia onde estava preso e à residência da juíza, gritando palavras de ordem pela libertação dele⁷⁰.

Iolene Mendes informa que recebeu um convite de Ambrósio e compareceu à reunião para a qual foi convidada. Chegando ao local ficou surpresa de ver tanta gente reunida, escondidos por lençóis que foram arrumados nas cercas do quintal para dificultar a observação do que estava acontecendo pelos transeuntes. Quando questionada sobre sua motivação para aderir ao movimento, responde claramente, “eu não tinha casa, não tinha terreno e nem tinha como adquirir, então aquilo para mim era uma grande oportunidade, se desse certo, eu teria uma casa”⁷¹.

Quando perguntado à entrevistada, o que ela sente hoje em relação a essa experiência de luta, ela diz que sente que valeu à pena todo o sofrimento passado. Porque de outra forma ela não teria conseguido uma casa, que quando para e analisa sua vida hoje, gosta de dizer que sua casa é seu palácio, mas se entristece por muitos que não valorizaram a luta, conforme Iolene:

Meu sentimento é por aquele que sofreu muito e certo dia vendeu o seu terreno por coisa que não tem valor, isso não se chama garra, isso não se chama solidariedade, não se chama valor, porque eu não tenho coragem de vender este terreno, aqui está a

⁶⁸ Everaldo Batista, 56 anos, entrevista realizada em 21/08/2016.

⁶⁹ Carlos Augusto das Neves, 49 anos, entrevista realizada em 10/05/2016.

⁷⁰ Everaldo Batista, 56 anos, entrevista realizada em 21/08/2016.

⁷¹ Iolene Mendes, 50 anos, entrevista realizada em 24/04/2016.

história da minha vida, uma história dos meus filhos, uma história da minha cidade⁷².

Sua entrada no movimento lhe rendeu algumas obrigações de grande responsabilidade que ficaram mais evidentes após a ocupação quando, sob a coordenação de irmã Cristine, a qual passou a fazer parte de um grupo de pessoas, em sua maioria mulheres, que se dedicavam a cuidar de crianças, doentes e idosos da comunidade utilizando os métodos da Pastoral da Criança e da Pastoral da Saúde⁷³.

Por ocasião das primeiras eleições para escolher a diretoria da Associação dos Moradores do Bairro de Itaúna I, a chapa encabeçada por Ambrósio Firmino foi eleita e para secretária estava Iolene Pereira Mendes⁷⁴.

A motivação apresentada por Ilúio corresponde à da maioria dos entrevistados, sempre a falta de moradia, a falta de dinheiro para pagar aluguel, a necessidade de ter uma casa na cidade para que os filhos pudessem estudar porque os estudos na área rural era precário.

A liderança de Ilúio percebida no meio do grupo através dos registros no livro de tombo da paróquia de São José Operário. No dia dois (02) de agosto de 1992, padre Gino registra informações sobre o andamento da comunidade que se forma no novo bairro da paróquia e diz que as coisas estão caminhando com a ajuda dos leigos da paróquia e do Itaúna I, que está sendo construído um barracão para que se realizem as atividades da comunidade, tendo à frente o Ilúio como animador do serviço. Ambrósio ao se referir aos trabalhos de distribuição dos lotes por ocasião da ocupação afirma a participação ativa do colaborador quando diz:

Quando todo mundo foi embora, os que sabiam que a gente ia entregar à noite ficaram, eu comecei a distribuir terreno àquela hora da noite, já pela outra parte, que vem do Zé Guela pra cá até a Messias Augusto, o Ilúio, que é um companheiro muito trabalhador, conduziu ali, organizando lá aquela área (Ambrósio Firmino, 67 anos, entrevista realizada em 28/05/2016).

Maria do Desterro informa que quando começou o movimento para organizar a ocupação em estudo, morava no bairro de Santa Clara em casa alugada e foi convidada por Maria Santarém logo no início, quando ainda não estavam ocorrendo as reuniões. Sua participação foi ativa em todos os momentos do processo. Fez parte da primeira comissão que deu início às reuniões. Identificava e visitava as casas de pessoas que provavelmente iriam

⁷²Iolene Mendes, 50 anos, entrevista realizada em 24/04/2016.

⁷³Iolene Mendes, 50 anos, entrevista realizada em 24/04/2016.

⁷⁴Iolene Mendes, 50 anos, entrevista realizada em 24/04/2016.

aderir ao movimento, ajudou a organizar as manifestações. Questionada a respeito do real motivo para a ocupação, corrobora a resposta dos outros entrevistados afirmando:

Já pensou você desempregado alugar casa? Você não pode porque você não tem emprego. Você tem um monte de filhos e você não tem emprego para sustentar seus filhos, você vai comprar uma casa? Como? Gente naquela época, quem estava conosco nas reuniões não era gente do interior era gente da cidade que não tinha onde morar⁷⁵.

Ao responder à pergunta sobre como analisa hoje os acontecimentos narrados por ela e suas experiências dentro do movimento, responde que olha com alegria, mas também com tristeza porque hoje continua como naquele tempo, tem casa que são três, quatro famílias morando junto, que na casa de sua sogra, onde ela morava, era assim, morava ela com o marido, a cunhada com a família, a outra cunhada com a família, “tudo dentro de um burquinho”, e continua sua fala com a seguinte afirmativa:

Quem disse que a vida é fácil? É fácil pra quem tem emprego, é fácil pra quem tem supermercado, é fácil pra vereador, pra prefeito, mas pra esse povo que elege, que põe prefeito na prefeitura, que põe vereador na câmara não é nada fácil, e esses políticos só vê o lado deles, não existe mais política social, só política da corrupção, é só isso que existe⁷⁶.

Maria do Desterro integrou a comissão de negociação para legalização dos lotes e a que resolvia os casos de conflitos internos dos assentados que eram suspeitos de já possuir casa na cidade, tirando-os dos lotes para entregar aos que comprovadamente não possuíam papel que segundo suas palavras lhe causou muita dor de cabeça e alguns mal entendidos.

Para responder à pergunta sobre sua motivação para iniciar o movimento que se pesquisa, a colaboradora Maria Santarém argumenta que vivia insatisfeita com a realidade de sua vida porque trabalhava muito, mas não era mais possível sanar seus compromissos. Sua insatisfação beirou ao desespero em uma ocasião em que chegou de viagem e seus filhos tinham sido despejados da casa em que morava no bairro de Santa Clara. Este foi o acontecimento que a fez despertar para a necessidade de resolver definitivamente o problema da falta de moradia.

Maria Santarém conseguiu ajuda de um amigo que cedeu uma casa no bairro de Palmares por algum tempo. Sua inquietação só crescia sabendo que a casa não lhe pertencia e teria que devolver ao dono mais cedo ou mais tarde. Foi então que ela teve a ideia de

⁷⁵ Maria do Desterro, 58 anos, entrevista realizada em 18/06/2016.

⁷⁶ Maria do Desterro, 58 anos, entrevista realizada em 18/06/2016.

organizar a ocupação e resolver o problema de falta de moradia, não dela, mas de quantas pessoas ela conseguisse convencer a entrar na empreitada com ela, Santarém afirma que:

Eu não tinha dinheiro pra comprar um terreno pra mim, o dinheiro que eu ganhava era pouco, na época era muito pouco, aí eu disse pra minha irmã, eu vou invadir uma terra, eu vou fazer uma invasão aqui em Parintins, eu preciso de uma casa pra morar, pra criar meus filhos, eu quero sair do aluguel, quero ir pra baixo de uma casa minha (Maria Santarém, 60 anos, entrevista realizada em 20/08/2016).

O poder de liderança de Maria Santarém foi notado em todas as fases do processo de ocupação, a ela é atribuída a iniciativa de organizar o movimento, comandar as primeiras reuniões, convidar aqueles sujeitos que mais tarde se mostraram fundamentais para o sucesso do movimento. Esteve desde o início formando a comissão que se movimentava para fazer os contatos necessários diante das autoridades cobrando ações e se mostrou líder na hora de efetivamente ocupar a terra.

Por ocasião de escolher qual seria a área ocupada, Maria Santarém estava na equipe que tomou esta decisão. Fez parte da equipe que se dirigia durante a noite para demarcar as terras de forma antecipada para que no dia da ocupação não houvesse desentendimentos quanto ao tamanho dos lotes. Quando surgiam desavenças era ela e o Ambrósio que tinham autoridade para resolver quem estava certo, enfim, sua figura foi importantíssima para a efetivação do evento.

Essa liderança não era reconhecida somente pelos ocupantes do Itaúna. As autoridades tinham ciência de sua liderança, tanto que no dia em que aconteceu a execução do mandado de reintegração de posse, por volta das seis horas da manhã, Maria Santarém conta que foi surpreendida por policiais em uma viatura, que a conduziu até a delegacia dizendo ser ordem da juíza que ela fosse retirada da área de ocupação. O motivo de sua retirada deveu-se ao fato de que naquele dia seria efetivada a reintegração e ela não poderia estar no local. Afirmaram que sua retirada era uma estratégia da justiça alegando que tinham conhecimento que ela mandava na área, seria capaz de enfrentar a polícia e agitar as pessoas para acompanhá-la nesta atitude.

As narrativas aqui propostas descrevendo a participação dos sujeitos históricos colaboradores desta pesquisa buscam criar maiores condições de compreensão de suas atuações no processo da primeira ocupação de terras da Fazenda Itaúna. Em suas narrações orais é possível articular suas experiências políticas dentro do movimento e suas histórias de vida individual e coletiva como uma aprendizagem na prática, inserida em um contexto de luta por direitos sociais.

A importância da análise sobre o papel da liderança nos movimentos sociais é relevante no sentido de transformar a ideia de que estes movimentos são consequência de oportunidades políticas criadas a partir de contextos históricos estabelecidos sem os quais seria impossível articulá-los. A literatura que trata dos movimentos sociais no Brasil é bastante rica, porém existe uma dificuldade de encontrar trabalhos que se dediquem a estudar a importância das ações dos líderes dentro destes movimentos. Segundo Lerbach, é necessário atentar para “o papel da agência humana nos fenômenos sociais”. (LERBACH, 2012, p.136).

Conforme Lerbach (2012), as estruturas são apenas uma das possibilidades para o desenvolvimento dos movimentos sociais. São os atores políticos humanos que pensam, articulam, agem sobre as estruturas postas. As lideranças dos movimentos sociais são indivíduos que vivem a coletividade e assumem seu papel de atores políticos sociais cuja atuação torna-se importante para a comunidade dentro de determinados contextos de crise onde fazem a diferença e impactam as ações coletivas.

Dessa forma, acredita-se que as reflexões aqui realizadas são apenas uma pequena parcela do que ainda pode ser dito sobre o papel das lideranças populares em meio às demandas por reivindicações sociais. Entende-se que será necessário ainda algum tempo para amadurecer e elucidar as lições e experiências apreendidas na construção do evento em estudo e das narrativas de vida forjadas no embate social pela conquista de uma vida urbana digna.

Tendo em vista o que foi dito pelos entrevistados, pode-se concluir que estes não contavam com grandes experiências políticas ou associativas anteriores, mas foram adquirindo na prática do cotidiano de construção do movimento os elementos necessários que contribuíram para a sua formação e lhes capacitou para agirem conforme as necessidades foram surgindo. Conforme Lerbach (2012, p.142), “há líderes que aprendem a liderar na prática, sem experiências anteriores de participação política”. Este pode ter sido o caso da liderança que conduziu o primeiro movimento de ocupação da Fazenda Itaúna em Parintins, no ano de 1992.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início desta pesquisa nos propusemos a construir uma parte da História Contemporânea da cidade de Parintins a partir do primeiro movimento de ocupação da Fazenda Itaúna com objetivo de construção de moradia, procuramos cumprir esse objetivo por meio do contato e entrevistas gravadas com alguns dos atores históricos envolvidos no processo de ocupação, foram muitas as dificuldades, contratempos, desencontros, que não nos permitiram entrevistar todos os que haviam sido selecionados.

Durante as conversas com os que colaboraram surgiram outros nomes de sujeitos que poderiam contribuir, novos contatos foram feitos, novas adesões, novas dificuldades. Fechamos em oito colaboradores, preciosas conversas, excelentes entrevistas. Selecionamos categorias a serem analisadas, neste momento, percebemos a riqueza da prática metodológica da História Oral que nos permitiu a dinâmica da subjetividade sem, contudo, perder o foco no objeto escolhido.

A vitalidade desta prática metodológica estimula a ampliação do conhecimento da história do tempo presente local, porque gera divergências e debates, mas ao mesmo tempo colabora para a construção da identidade social e do sentimento de pertencimento dos entrevistados, e por que não afirmar que do pesquisador também, se ele está pesquisando um acontecimento que lhe é próximo.

No Brasil a emergência dos movimentos políticos e sociais que se organizaram em favor do restabelecimento da sociedade civil de direito, especialmente nas décadas de 1970 e 1980 despertaram grande parte da população para a reivindicação de seus direitos à cidadania democrática que incidiram no aumento progressivo da participação popular em que homens e mulheres das classes subalternas da sociedade, cansados de ser expropriados em seus direitos básicos foram à luta pela aquisição desses direitos e de mudanças sociais.

O crescimento populacional da cidade de Parintins nas décadas de 1970 e 1980 tiveram alguns fatores contribuidores apontados neste estudo conforme tratado no capítulo I com o auxílio de autores da Geografia e da Antropologia, entre eles, o fechamento da Companhia Fabril Juta. Acreditamos que este fator precisa ser mais pesquisado no sentido de averiguar se muitas das pessoas que participaram da ocupação de 1992 na Fazenda Itaúna não eram produtores de juta ou seus filhos, que diante do crescimento, das dificuldades estabelecidas com o fechamento da empresa citada migraram para a cidade. Entende-se que para isso será necessário selecionar novas categorias de colaboradores. Entre os que foram entrevistados apenas um estava diretamente ligado à atividade da produção de juta na área rural de Parintins.

É importante esclarecer que no início da pesquisa se conjecturou sobre a presença de membros da Igreja Católica compondo o primeiro grupo que pensou e articulou as reuniões e demais ações do processo de ocupação da Fazenda Itaúna, porém, feitas as entrevistas com os colaboradores as informações socializadas desfizeram as dúvidas em relação a esta suposição. Ficou claro que a Igreja Católica de Parintins, oficialmente, só passou a fazer parte do processo após ter sido executada a ocupação.

Os bairros que se formaram na área de invasão da antiga Fazenda Itaúna tem duas características marcantes e paradoxais, mesmo sendo consideradas como áreas propensas a conflitos é a área de Parintins com maior concentração de templos religiosos.

No que se refere à ocupação do Itaúna, até onde caminhou a pesquisa, não foi possível comprovar a participação de membros eclesiais e leigos da Igreja Católica no grupo articulador do movimento, porém, é evidente a importância da participação efetiva dos referidos membros no processo de negociação para que os ocupantes conquistassem o direito à moradia.

Safira Amman realizou estudos sobre o movimento popular de bairros nos estados da Região Centro Oeste brasileira. A mesma pesquisou o processo de formação de bairros na periferia dos grandes centros regionais. A pesquisadora afirma que o apoio da Igreja Católica foi decisivo para que se estabelecessem os direitos de grande número dos participantes, se amenizasse os conflitos e se desse um passo na superação das desigualdades sociais e de poder entre as partes em questão.

Em Parintins, no caso da ocupação do Itaúna, pode-se também considerar que o fato de a Igreja Católica ter se posicionado em relação ao acontecimento tornou-se um fator de equilíbrio para o desenrolar das negociações. Considerando que é marcante o poder da referida Igreja devido ao seu pioneirismo local na educação e nos meios de comunicação de massa. É preciso considerar ainda que por ocasião da ocupação do Itaúna a Comissão Pastoral da Terra – CPT vivia o apogeu de suas lutas reivindicatórias do direito a terra para todos no território brasileiro, que provavelmente colaborou para esse processo.

Na região da antiga Fazenda Itaúna surgiram três bairros: Itaúna I, Itaúna II e Paulo Corrêa. Mais recentemente (2008) nova invasão deu origem ao bairro da União. Esses quatro bairros são habitados, em sua maioria por famílias carentes, necessitadas de assistência médica, educacional, de urbanização, policiamento, de emprego. Enfim uma infraestrutura que leve mais dignidade a esta população que carrega uma série de estigmas impostos pelos que ali não residem.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES:

- Manuscritas:

Livro de Tombo da Paróquia de São José Operário, Diocese de Parintins.

- Orais:

Ambrósio Firmino dos Santos, 63 anos, pedreiro, natural de Santarém – PA. Um dos líderes do movimento da primeira ocupação da Fazenda Itaúna. Foi o primeiro presidente da Associação de Moradores do Bairro de Itaúna I. A entrevista foi realizada pela pesquisadora em uma sala da Universidade do Estado do Amazonas em 28/05/2016.

Carlos Augusto das Neves, 49 anos, radialista, natural de Parintins. Considerado o porta voz do movimento da primeira ocupação da Fazenda Itaúna. A entrevista foi realizada pela pesquisadora na residência do colaborador em 10/05/2016.

Enéas de Jesus Gonçalves Sobrinho, advogado, 61 anos, natural de Parintins. Prefeito de Parintins por duas gestões (de 1989 a 1992 e de 2001 a 2004). Em sua primeira gestão ocorreu a primeira ocupação da Fazenda Itaúna. Entrevista realizada pela pesquisadora na residência da genitora do colaborador em 05/12/2016.

Everaldo Silvério Batista Coelho, 56 anos, autônomo. A entrevista foi realizada pela pesquisadora Lucineli de Souza Menezes na sala da presidência da Câmara Municipal de Parintins em 21/08/2016.

Ilúio Temples da Silva, 66 anos, agricultor e pescador, natural de Parintins. Entrevista realizada pela pesquisadora na residência do colaborador em 07/06/2016.

Iolene Pereira Mendes, 50 anos, comerciante, natural de Urucurituba. Tesoureira na primeira gestão da Associação de Moradores do Bairro de Itaúna I. A entrevista foi realizada pela pesquisadora na residência da colaboradora em 24/04/2016.

Maria Santarém Gama, 59 anos, cozinheira marítima, natural de Juruti Velho – PA. Uma das principais lideranças do movimento da primeira ocupação da Fazenda Itaúna. Considerada idealizadora do movimento da primeira ocupação da Fazenda Itaúna. A entrevista foi realizada pela pesquisadora na residência da colaboradora em 20/08/2016.

Maria do Desterro Teixeira Roberto, 58 anos, feirante, natural de Parintins. A entrevista foi realizada pela pesquisadora no local de trabalho da colaboradora em 18/06/2016.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. – 3ª. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

_____. Histórias dentro da História. In PINSKY, Carla (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 155-202.

_____. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento** – 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Safira Bezerra. **Dominação e movimentos de libertação na América Central**. Serviço Social & Sociedade nº 20, Ano VII. São Paulo: Cortez, 1986.

APPOLINÁRIO, Fábio. Metodologia da Ciência: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia** (1964 - ...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.3).

ASSAD, Tâmera Maciel. **A problemática das “invasões” na cidade e Manaus: perspectivas de legalização fundiária à luz do Estatuto da Cidade**. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/novos_desafios_tamera_maciel_assad.pdf. Acesso em 04/05/2017.

BARBOSA, Tatiana da Rocha; BARTOLI, Estevan. . **Ordem na desordem: o planejamento popular nas ocupações urbanas da cidade de Manaus ? AM..** In: Nutau, 2012, São Paulo. BRICS e habitação coletiva sustentável, 2012.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006.

BEZERRA, Miriam Regina de Sousa. **O movimento de luta por moradia no Bairro Capitão Eduardo: processos educativos resgatados pelas lembranças dos seus primeiros moradores**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

BITTENCOURT, Antonio Clemente Ribeiro. **Memória do município de Parintins: estudos históricos sobre sua origem e desenvolvimento moral e material**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas/ Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.

BRANT, Vinicius Caldeira. **Sindicatos de Trabalhadores**. In: São Paulo: o povo em movimento. Organizadores: Paul Singer e Vinicius Caldeira Brant. 4ª Edição. Editora Vozes LTDA. Petrópolis, RJ, Brasil, 1983.

Brasil. A vida pública do Senador José Esteves. Vol. I, TOMO II. Coletânea elaborada pelo Senado Federal. Distrito Federal, s/d.

CASTELLS, Manuel. Movimentos sociales urbanos. 2. Ed. México, Siglo XXI, 1976.

_____, Manuel. A Questão Urbana. Tradução Arlene Caetano – 6ª ed.- São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Edição Típica Vaticana. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CAVALCANTE, Maria Souza. ASSIS, Maria Tereza Oliveira de. **As primeiras lutas por moradia popular em Manaus: vida e militância da irmã Helena Augusta Walcott**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. – (O Brasil Republicano; v. 4).

DICIONÁRIO HOUAISS CONciso/Instituto Antônio Houaiss, organizador; [editor responsável Mauro de Salles Villar]. São Paulo: Moderna, 2011.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento social urbano, igreja e participação popular**. Dissertação (Mestrado) da Universidade Estadual de Campinas, 1983.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR 213

ENECOM. Comunicação e Movimentos Sociais. **Comunicação, Movimentos Sociais e a luta pela Moradia**. 32ª edição. Belém - Pará 22 a 29 de Julho – 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Ocupação Como Forma de Acesso à Terra**. Universidade Estadual Paulista – Unesp – Campus de Presidente Prudente. São Paulo, 2001.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. **Movimientos de vivienda, autogestión y política habitacional en Brasil: del acceso a la vivienda al derecho a la ciudad**. In: 2º Foro de Sociologia ISA Justicia Social y Democratización, 2012, Buenos Aires. 2º Foro de Sociologia ISA Justicia Social y Democratización - Programa, 2012.

FERREIRA, Emília Ximenes; VELÔSO, Thelma Maria Grisi. **A luta por moradia e o surgimento da Vila dos Teimosos: uma análise a partir de relatos orais**. In: XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2009, Maceió - AL. Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org). **Entrevistas: abordagens e uso da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

_____, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, V. 94, Nº. 3, P. 111-124, MAI/JUN., 2000.

FREITAS, Sônia Maria. **História Oral: Possibilidades e Procedimentos**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

FUNES, Silvia. **Regularização Fundiária na Cidade de Piracicaba – SP: Ações e Conflitos**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONÇALVES, Gláucio Bentes. **Parintins nas minhas lembranças**. Manaus: Editora Aram, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47. Páginas 333-361, maio-ago, 2011.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

HELLMANN, Michaela. Democratização e Movimentos Sociais no Brasil. In: HELLMANN, Michaela (Org.). **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil** “Sem a gente não tem jeito”. 1ª Ed, Editora Marco Zero, São Paulo, 1995.

HOLZ, Sheila y MONTEIRO, Tatiana Villela de Andrade. Política de habitação social e o direito a moradia no Brasil. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/xcol/158.htm>>

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde** – São Paulo, 1974-84. 2ª. ed. São Paulo : Cortez, 1993.

JELINEK, Rochelle. **O princípio da função social da propriedade e sua repercussão sobre o sistema do Código Civil**. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/areas/urbanistico/arquivos/rochelle.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

LERBACH, Brena Costa. Liderança e movimentos sociais: Apontamentos sobre a importância da ação do líder. **Simbiótica**, Ufes, v. ún., n. 1, junho/2012.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. Disponível em <<http://www.seade.gov.br>>, 2003.

_____. A terra é um nó na sociedade brasileira ... também nas cidades. **Cultura Vozes**, Petrópolis – Ed. Vozes, v. 93, n.6, p. 7-22, 1999.

MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral**, 5º ed. São Paulo: Edições Loyola. 1996.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1965**. São Paulo: Atual, 1998. – (Discutindo a História do Brasil)

NETTO, José Paulo. “Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64”. 11ª Edição – São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA FILHO, João César Abreu de. A Cidade de Direito ao Direito à Cidade: Movimentos Sociais de Luta pela Moradia e a Produção do Espaço na Cidade do Crato-Ce. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 02, n. 02, 2013.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: HELLMANN, Michaela (Org.). **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil** “Sem a gente não tem jeito”. 1ª Ed, Editora Marco Zero, São Paulo, 1995.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. – (O Brasil Republicano; v. 4).

PEDON, Nelson Rodrigo Pedon. MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Presidente Prudente: [s.n], 2009.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Cidade e Município: qual é a diferença?"; **Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/cidade-municipio-qual-diferenca.htm>>. Acesso em 13 de março de 2017.

PINHEIRO, Armando Castelar; GIAMBIAGI, Fabio; GOSTKORZEWICZ, Joana. O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90. In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org.). **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, p.200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre ética e história oral. **Revista Projeto História**. n.15, São Paulo: Educ, p.13-49, abril, 1997.

_____. O massacre da Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M.M: AMADO, J. (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIDENTE, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e democracia (1964 - ...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.3).

ROSAL, Emmanuel Cunha. **Uma análise sobre o ciclo da juta no município de Parintins**. Monografia de conclusão de curso. Faculdade de Estudos Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2000.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SANTOS JUNIOR, O. A. **Democracia e Governo Local: Dilemas da Reforma Urbana Municipal no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos Sociais Urbanos**. São Paulo: UNESP, 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SAUNIER, Tonzinho. **Parintins: Memórias dos Acontecimentos Históricos**. Manaus, Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2003.

SCHOR, Tatiana; MARINHO, Thiago Pimentel. **Ciclos econômicos e periodização da rede urbana no Amazonas-Brasil: as cidades Parintins e Itacoatiara de 1655 a 2010**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. nº. 56, pp.229-258. São Paulo jun. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i56p229-258>.

SILVA, Ana Amélia. Movimentos de moradia e políticas sócias: novas dimensões da interlocução pública. In: **Movimentos sociais e democracia no Brasil “Sem a gente não tem jeito”**. Michaela Hellmann (organizadora), Editora Marco Zero, São Paulo, 1995.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 – (O Brasil Republicano; v. 4).

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memórias**. São Paulo: UNESP, 2004.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. O legado dos Movimentos Sociais dos anos 70-80. **Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 79-94, jan/jun, 2000.

SPECK, Bruno Wilhelm. **A compra de votos: uma aproximação empírica**. *Opin. Publica* [online]. 2003, vol.9, n.1, pp.148-169. ISSN 0104-6276. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762003000100006>.

SOUZA, José Camilo Ramos de. Parintins: a ilha urbanizada. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Geografia). Manaus: UFAM, 1998.

SOUZA, Nilciana Dinely de. **O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM): evolução e transformação**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUZA, Tadeu. **Missão Vila Nova – Parintins** (dos jesuitas aos missionários do Pime), Gráfica João XXIII. Parintins, 2003.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

SILVAN, Denison; TORRES, Iraídes Caldas. Memória Operária: A fabriljuta de Parintins vista a partir da história oral. In: III Congresso Pan-Amazônico de História Oral- IX Encontro Regional Norte de História Oral- VIII Semana de História do CESP-UEA, 2015, Parintins, p. 1-12

TOURAINÉ, Alain. **Movimentos Sociais e Ideologias nas sociedades dependentes**. In: ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (Coord.). *Classes médias e políticas no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA –
PPGSCA/UFAM

Projeto de Pesquisa: **Ocupação, Conflitos e Conquistas: a luta pelo direito a terra para moradia e a formação do bairro de Itaúna I/Parintins-Amazonas.**

Questões para direcionar a entrevista:

1. Sobre o entrevistado.
 - a) Nome completo: _____
 - b) Idade: _____
 - c) Grau de escolaridade: _____
 - d) Principal ocupação: _____
 - e) Local em que nasceu: _____
 - f) Data de nascimento: _____
 - g) Endereço atual: _____
 - h) Data da entrevista: _____
2. Você participou de alguma reunião de preparação para a ocupação da fazenda Itaúna?
3. Se participou, poderia contar onde e como eram realizadas essas reuniões?
4. Nas referidas reuniões havia muitas pessoas, você poderia identificar algumas delas?
5. Você poderia identificar os líderes das reuniões?
6. Alguma vez você viu membros da Igreja Católica nas reuniões de organização para a ocupação da fazenda Itaúna?
7. Se você não participou das reuniões para a organização da ocupação da fazenda Itaúna, como e quando tomou conhecimento do processo de ocupação da fazenda Itaúna?
8. Onde você morava antes de vir morar na região do Itaúna?
9. Você fez parte do primeiro grupo que ocupou a fazenda Itaúna?
10. Como foi a sua chegada à área ocupada?
11. Como estava o movimento antes da chegada da Igreja Católica?
12. Você sabe informar como foi para a Igreja Católica se envolver no movimento?
13. Durante o processo de negociação para estabelecer os ocupantes na área da fazenda Itaúna você percebeu o envolvimento de membros da Igreja Católica?
14. Se percebeu, poderia contar como foi essa participação?
15. Você gostaria de acrescentar mais alguma informação sobre o movimento de ocupação da fazenda Itaúna que resultou na formação do bairro de Itaúna I?

CARTA DE CESSÃO

Parintins, _____.

Eu, _____, estado civil _____, CI nº. _____, declaro para os devidos fins que cedo os direitos autorais de minha entrevista gravada em ____/____/_____ para **Lucineli de Souza Menezes**, CI nº. 0698.061-9, mestranda da Universidade Federal do Amazonas, responsável pela pesquisa **Ocupação, Conflitos e Conquistas: a luta pelo direito a terra para moradia e a formação do bairro de Itaúna I/Parintins-Amazonas**, usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data.

Abdicando de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto desta carta de cessão, subscrevo a presente.

Assinatura do (a) colaborador (a)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE ECULTURA NA AMAZÔNIA –
PPGSCA/UFAM

Projeto de Pesquisa: **Ocupação, Conflitos e Conquistas: a luta pelo direito a terra para moradia e a formação do bairro de Itaúna I/Parintins-Amazonas.**

Questões para direcionar a pesquisa:

1. Sobre o entrevistado.

- a) Nome completo: _____
- b) Idade: _____
- c) Grau de escolaridade: _____
- d) Principal ocupação: _____
- e) Local em que nasceu: _____
- f) Data de nascimento: _____
- g) Endereço atual: _____
- h) Data da entrevista: _____

- 2. Você participou de alguma reunião de preparação para a ocupação da fazenda Itaúna?
- 3. Como você teve conhecimento de que estavam acontecendo essas reuniões?
- 4. Poderia contar onde e como eram realizadas essas reuniões?
- 5. Nas reuniões havia muitas pessoas, você poderia identificar algumas delas?
- 6. Quem liderava as referidas reuniões?
- 7. Em sua opinião, o que motivou a ocupação?
- 8. Você é apontado por outros entrevistados como um dos líderes do movimento de ocupação do Itaúna I, você se considerou ou se considera um dos líderes do movimento? Por que?
- 9. Que motivações o levaram a participar do evento em pauta?
- 10. Em algum momento, você viu ou ouviu falar da existência de cartões que teriam sido distribuídos pelo prefeito Enéas Gonçalves como promessa de que, se este fosse eleito, desapropriaria terras e distribuiria aos portadores dos mesmos?.
- 11. Alguma vez você viu membros da Igreja Católica nas reuniões de organização para a ocupação da fazenda Itaúna?
- 12. Onde você morava por ocasião do movimento de ocupação da região do Itaúna?
- 13. Você fez parte do primeiro grupo que ocupou a Fazenda Itaúna?
- 14. Qual foi a reação da sociedade parintinense (autoridades e população em geral) diante da ocupação da área do Itaúna?
- 15. Qual a reação da Igreja Católica?
- 16. Durante o processo de negociação para estabelecer os ocupantes na área da fazenda Itaúna você percebeu o envolvimento de membros da Igreja Católica?
- 17. Poderia contar como foi essa participação?
- 18. Você gostaria de acrescentar mais alguma informação sobre o movimento de ocupação da fazenda Itaúna que resultou na formação do bairro de Itaúna I?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE ECULTURA NA AMAZÔNIA –
PPGSCA/UFAM

Projeto de Pesquisa: **Ocupação, Conflitos e Conquistas: a luta pelo direito a terra para moradia e a formação do bairro de Itaúna I/Parintins-Amazonas.**

Questões para direcionar a pesquisa:

1. Sobre o entrevistado.

a) Nome completo: _____

b) Idade:

c) Grau de escolaridade:

d) Principal ocupação:

e) Local em que nasceu:

f) Data de nascimento:

g) Endereço atual:

h) Data da entrevista:

2. Como e quando você tomou conhecimento de estavam acontecendo reuniões em preparação para a ocupação da Fazenda Itaúna?
3. Algumas pessoas se destacaram na liderança de ocupação da fazenda Itaúna. Você poderia identificá-las?
4. Você lembra quais foram as primeiras atividades do movimento para chamar a atenção da população e do poder público para a sua causa?
5. Como prefeito de Parintins, por ocasião do evento em pauta, como você reagiu ao tomar conhecimento do que estava ocorrendo?
6. Em sua opinião, o que motivou a ocupação?

7. Você tem conhecimento de que durante o governo do prefeito que o antecedeu, Gláucio Gonçalves, foi distribuído algumas casas construídas pela prefeitura na área onde se localiza hoje o bairro de São Francisco?
8. Em algum momento do desenvolvimento do processo de organização e ocupação da Fazenda Itaúna, os líderes trataram com você sobre a existência de cartões que teriam sido distribuídos por você ou pelo seu pai como promessa de que, se você fosse eleito prefeito, desapropriaria terras e distribuiria ao portadores dos mesmo?
9. Você poderia explicar qual era a situação legal da Fazenda Itaúna por ocasião da ocupação?
10. Como ocorreu a negociação para que os ocupantes das terras da Fazenda Itaúna fosse legitimados com sua posse?
11. Qual é a reação da sociedade parintinense (autoridades e população em geral) diante da ocupação da área do Itaúna?
12. Durante o processo de negociação para estabelecer os ocupantes na área da fazenda Itaúna você percebeu o envolvimento de membros da Igreja Católica?
13. Poderia contar como foi essa participação?
14. Sobre o dia do cumprimento da ordem de reintegração de posse expedida pela juíza Denilza Bezerra no dia 13 de maio de 1992, o que você poderia informar?
15. Você tomou conhecimento da intervenção de padre Gino no dia em que a polícia entrou no Itaúna para efetivar a reintegração de posse?
16. Sobre a prisão de alguns líderes, o que você pode informar?
17. Você gostaria de acrescentar mais alguma informação sobre o movimento de ocupação da fazenda Itaúna que resultou na formação do bairro de Itaúna I?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
CAMPUS DO BAIXO AMAZONAS - PARINTINS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS E ZOOTECNIA –
ICSEZ



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, **Lucineli de Souza Menezes**, brasileira, natural de Parintins, Estado do Amazonas, responsável pela pesquisa **“Ocupação, Conflitos e Conquistas: a luta pelo direito a terra para moradia e a formação do bairro de Itaúna I/Parintins-Amazonas”** estou fazendo um convite para você participar como voluntário (a) deste estudo.

Esta pesquisa pretende compreender através das narrativas dos colaboradores as articulações sociais e políticas relacionadas à luta pela conquista do direito a moradia que originou o bairro de Itaúna I na cidade de Parintins, município do Amazonas no ano de 1992 e suas mais evidentes consequências. Acreditamos que seja importante porque este acontecimento é impar na história do município e suscita novos movimentos de luta pelo direito à moradia.

Para sua realização serão adotados os procedimentos metodológicos: observação participante e entrevista semiestruturada, que será realizada com os participantes do movimento. A entrevista será gravada em equipamento digital (gravador) para posterior análise, juntamente com a observação sistemática dos espaços da pessoa pesquisada.

Esclarecemos, para os devidos fins, que os participantes só terão seus nomes divulgados de acordo com seu consentimento e que serão utilizados unicamente para os fins da pesquisa.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato, com a pesquisadora. Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, havendo identificação dos voluntários, se estes assim decidirem.

Autorização:

Eu, _____, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto expresso minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

Assinatura do voluntário

Assinatura de uma testemunha

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste voluntário para a participação neste estudo.

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE _____

Dados do pesquisador responsável: Lucineli de Souza Menezes.

Telefone de contato e e-mail: (92) 99306-7140 – lucineligoes@hotmail.com